



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS NOVA VENÉCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Nova Venécia-ES

2019

REITOR
JADIR PELA

PRÓ-REITORA DE ENSINO
ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
LUCIANO DE OLIVEIRA TOLEDO

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
RENATO TANNURE ROTTA DE ALMEIDA

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
LEZI JOSÉ FERREIRA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ANDRÉ ROMERO DA SILVA

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS
ANDERSON ROZENO BOZZETTI BATISTA

DIRETORA DE ENSINO
ALEXSANDRA GOMES BIRAL STAUFFER

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
MARCOS ROBERTO DA SILVA

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
EDIU CARLOS LOPES LEMOS

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO
AMANDA DE FATIMA MARTIN CATARUCCI
ANDRÉ LUIZ BIS PIROLA
CAROLINA DE CASTRO BARBOSA
EDUARDO LUCINDO RODRIGUES DA CUNHA

EGLIENI TREVEZANI
JAIME BERNARDO NETO
JULIO DE SOUZA SANTOS
PAMELA MARCIA FERREIRA DIONISIO
RONEY MARCOS PAVANI
VANESSA TIBURTINO
WERIQUISON SIMER CURBANI

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	6
1.1 Apresentação Geral.....	6
1.2 Apresentação do Curso.....	13
2 Identificação do Curso.....	16
2.1 Denominação.....	16
2.2 Área de conhecimento.....	17
2.3 Grau.....	17
2.4 Modalidade.....	17
2.5 Diplomas e certificados.....	17
2.6 Turno de oferta.....	17
2.7 Periodicidade.....	17
2.8 Tipo de oferta.....	17
2.9 Número de vagas oferecidas.....	17
2.10 Periodicidade da oferta.....	17
2.11 Carga Horária Total.....	17
2.12 Formas de acesso.....	17
2.13 Local de oferta.....	19
2.14 Do coordenador.....	20
2.15 Prazo para integralização curricular em anos.....	20
2.16 Histórico de criação e reformulação do PPC.....	20
3 Justificativa.....	20
4 OBJETIVOS.....	27
4.1 Objetivo Geral.....	27
4.2 Objetivos Específicos.....	27
5 Perfil Profissional do Egresso.....	29
5.1 Áreas de Atuação.....	30
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	30
6.1 Concepção.....	30
6.2 Metodologias.....	33
6.2.1 Estratégias Pedagógicas para as disciplinas EaD Parciais ou Integrais.....	35
6.2.2 Perfil docente para atuar em disciplinas EaD.....	38
6.2.3 Tutoria/Mediação e Interação (específica para cursos a distância):.....	41
6.2.4 Material Didático (específico para curso EaD):.....	43
6.3 Estrutura Curricular.....	44
6.3.1 Matriz Curricular.....	46
6.3.2 Representação gráfica/fluxograma.....	52
6.3.3 Composição curricular.....	53
6.3.4 Disciplinas optativas e eletivas.....	54
6.3.5 Ementário das disciplinas.....	55
6.3.6 Estágio Curricular Supervisionado.....	113
6.3.6.1 Estágio Não Obrigatório.....	114
6.3.6.2 Estágio Obrigatório.....	114
6.3.6.3 Partes Envolvidas e Formalização do Estágio.....	115
6.3.6.4 Acompanhamento e avaliação.....	115
6.3.6.5 Organização do Estágio Obrigatório.....	116
6.3.7 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.....	117
6.3.8 Trabalho De Conclusão De Curso.....	118
6.3.9 Iniciação Científica.....	120
6.3.10 Extensão.....	125
7 AVALIAÇÃO.....	134
7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	134
7.2 Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem.....	136
7.3 Avaliação do Curso.....	138

7.4 Plano de Avaliação Institucional.....	140
7.4.1 Objetivos da Avaliação Institucional.....	140
7.4.2 Mecanismos de Integração da Avaliação.....	141
7.4.3 Diretrizes Metodológicas e Operacionais.....	141
8 ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	143
8.1 Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP).....	143
8.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne).....	144
8.2.1 Acesso às pessoas com deficiência.....	147
8.3 Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM).....	147
8.4 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi).....	149
8.5 Núcleo de Arte e Cultura (NAC).....	150
9 GESTÃO DO CURSO.....	152
10 CORPO DOCENTE.....	153
11 INFRAESTRUTURA.....	159
11.1 Áreas de ensino específicas.....	159
11.2 Áreas de estudo geral.....	159
11.3. Áreas de esporte e vivência.....	160
11.4 Áreas de atendimento discente.....	160
11.5 Áreas de Apoio.....	160
11.6 Biblioteca.....	160
12 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	164
12.1. Contratação de docentes.....	164
12.2. Materiais a serem adquiridos.....	165
12.3. Aquisição de obras bibliográficas.....	165
13 REFERÊNCIAS.....	165
ANEXO I.....	173
ANEXO II.....	182

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação Geral

O município de Nova Venécia, conforme a Lei 9.768 de 28/12/2011 que estabelece a Divisão Regional do Espírito Santo por microrregiões de planejamento, está situado, de acordo com o IBGE, na região Noroeste, com área de 1.442 km² (Mapa 1). Os municípios limítrofes de Nova Venécia são: ao norte, Boa Esperança e Ponto Belo; a leste, São Mateus; a oeste, Ecoporanga, Vila Pavão e Barra de São Francisco; ao sul, Águia Branca e São Gabriel da Palha.

O recorte espacial onde atualmente situa-se o município de Nova Venécia foi originalmente habitado por grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, cujo primeiro contato com os invasores europeus teria ocorrido ainda nos primórdios da invasão europeia ao Continente Americano, no século XVI, em um episódio que ficou conhecido na historiografia como “Batalha do Cricaré”. Nesta, os indígenas teriam conseguido frustrar as tentativas, por parte de alguns navegadores portugueses que adentraram pelo curso do Rio, de ali se estabelecerem.

Ao longo dos três primeiros séculos da invasão europeia ao Continente Americano, a colonização dessas terras que viriam a se tornar o estado do Espírito Santo se restringiu a alguns poucos núcleos no litoral, realidade que só começa a mudar em meados do século XIX, a partir do crescimento da cafeicultura, que fez a colonização avançar para o interior. Todavia, até o início do último quartel dos Oitocentos, esse avanço das fronteiras coloniais rumo ao interior praticamente se restringiu à porção do Espírito Santo situada ao sul do Rio Doce. No alvorecer do século XIX, portanto, esse curso d’água funcionava como uma verdadeira fronteira na Província Espírito Santo, servindo de limite entre um sul colonizado e um norte ainda constituído predominantemente por territórios indígenas e de quilombos, que se estendia por praticamente todo o norte, com exceção de um trecho descontínuo da faixa litorânea que abrigava núcleos populacionais como Itaúnas, Conceição da Barra, São Mateus e – bem mais ao sul – Linhares.

A colonização do Norte do Espírito Santo, portanto, ocorrerá predominantemente a partir das primeiras décadas do século XX (sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1950), baseando-se no movimento migratório de capixabas vindos do Sul, mineiros vindos do Leste e baianos que aqui chegavam vindos do Norte. Nova Venécia, nesse sentido, foi uma exceção, haja vista ser uma das poucas localidades do extremo Norte do Espírito Santo cujos primórdios remontam ainda ao século XIX, mais precisamente à década de 1870, sendo notória na memória coletiva

local a figura do pioneiro Major Antônio Rodrigues da Cunha, mais conhecido como “Barão de Aimorés”.

Sabe-se que esse fazendeiro descendia de uma família aristocrata que, em meados do século XIX, era detentora de vasta extensão de terras no baixo São Mateus, tendo como progenitores o casal Antônio Rodrigues da Cunha e Rita Cunha, cujas terras e escravos eram utilizados na produção de cana-de-açúcar e de, principalmente, farinha de mandioca. O “Barão dos Aimorés” teria se estabelecido no início do último quartel do século XIX, na localidade conhecida como Cachoeira do Cravo, mais a montante da Bacia do Rio Cricaré, onde as terras supostamente seriam mais propícias ao cultivo do café. Apesar de ter feito uso de trabalhadores cativos de origem africana/afro-brasileira e, posteriormente, ter vendido parte dessas terras a imigrantes europeus (sobretudo, italianos), acredita-se que para a derrubada da mata e abertura das primeiras fazendas na região, o Barão teria utilizado mão de obra dos próprios indígenas nativos daquela área, que trabalhavam em uma relação semelhante ao escambo, em troca de itens diversos, principalmente armas e ferramentas (o que explica a natureza de sua alcunha).

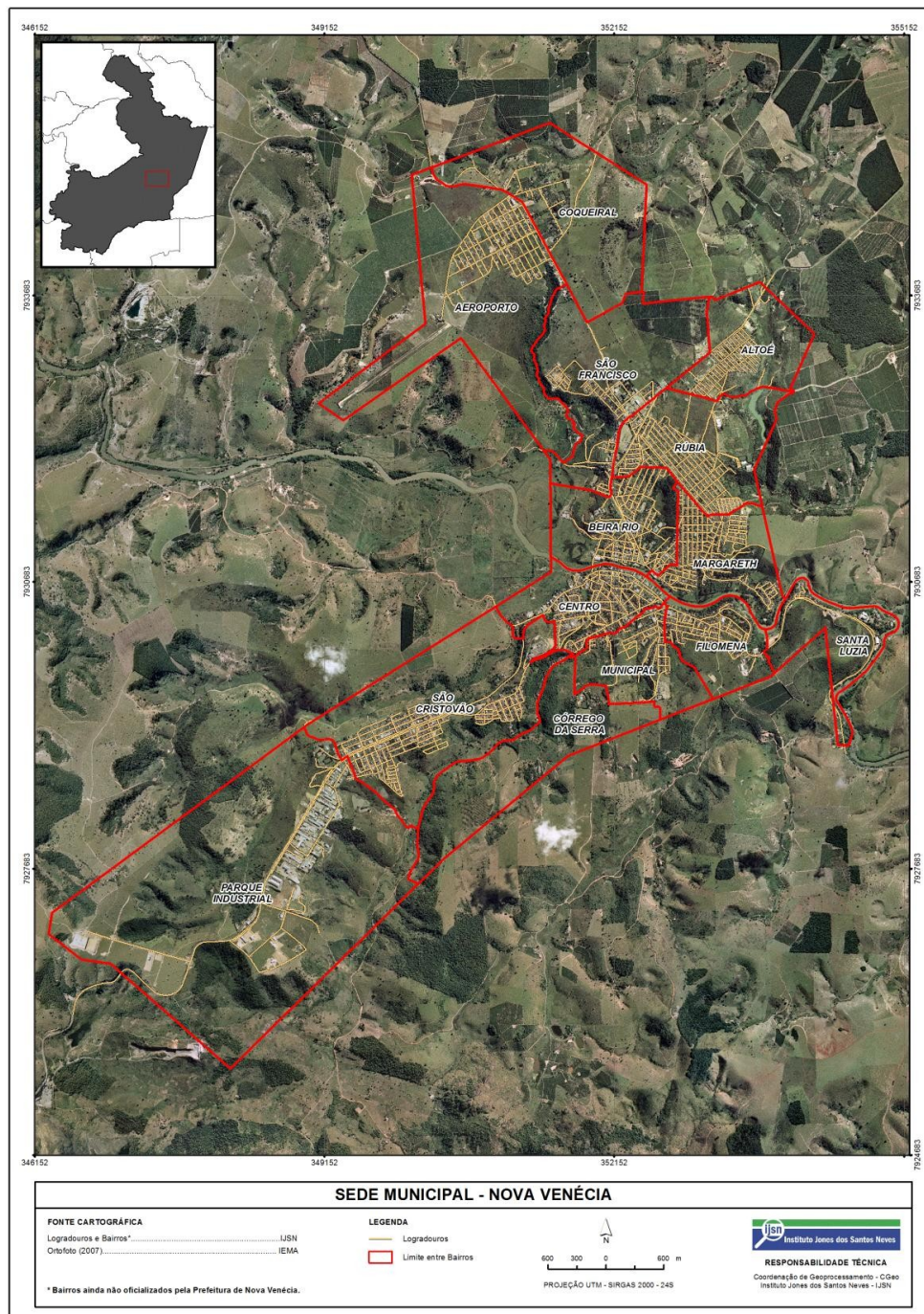
Como já mencionado, alguns anos após a abertura dessas primeiras fazendas ao montante de São Mateus, a partir de fins da década de 1880 e início da década de 1890, verifica-se um significativo fluxo de outros colonizadores, especialmente imigrantes italianos, que se deslocam para essa localidade, aos quais vieram se somar um significativo quantitativo de imigrantes nordestinos, sobretudo, cearenses. Em decorrência desses fatos, há o surgimento do núcleo populacional denominado Serra dos Aimorés, que na virada do século XIX para o século XX era então a única área efetivamente colonizada da porção interiorana do Norte do Espírito Santo.

Em 1893, o povoado de Serra dos Aimorés foi elevado à categoria de sede de distrito do município de São Mateus. No ano seguinte, a sede do distrito foi transferida para a Vila Aimoreslândia, que, mais tarde, passou a ser conhecida por Nova Venécia, em razão dos imigrantes italianos vindos de Veneza, na Itália. O município foi apelidado de “cidade Boca de Sertão” pelo geógrafo capixaba Cícero de Moraes, em função dessa trajetória singular.

A formação administrativa do município de Nova Venécia seguiu-se a partir do distrito criado com a denominação de Serra dos Aimorés, pela lei municipal datada de 13 de agosto de 1896 e por ato municipal de janeiro de 1902, subordinado ao município de São Mateus. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Nova Venécia pela Lei Estadual nº 767, de 11 de dezembro de 1953, desmembrando-se, então, de São Mateus, com sede no antigo distrito de Nova Venécia (Mapa 1).

Segundo sua divisão territorial oficial, datada de 01/06/1995, o território municipal possui quatro distritos: Nova Venécia, Guararema, Rio Preto e Santo Antônio do Quinze (Mapa 2).

Mapa 1 - Sede de Nova Venécia



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Mapa 2 - Nova Venécia e distritos



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2010, a população total do município de Nova Venécia correspondia a 46.031 habitantes, dos quais 30.821 residiam em áreas urbanas, o que nos permite afirmar que sua população é predominantemente urbana (cerca de 2/3 dos habitantes). O levantamento feito por esse mesmo Instituto em 2018 estimava uma população próxima a cinquenta mil habitantes (49.780 habitantes), consolidando-o como o maior município, em termos demográficos, da Região Noroeste do Espírito Santo e da porção interiorana do Norte Capixaba como um todo, haja vista

que as duas cidades de maior porte nessa parte do Estado são litorâneas (São Mateus e Linhares).

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2000), Nova Venécia ocupava o 33º lugar (0,738) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (I.D.H) dentre os municípios do Espírito Santo. Todavia, a maior parte das demais cidades do Noroeste Capixaba possui IDH inferior a 0,700, o que faz de Nova Venécia o município da região Noroeste Capixaba com melhor desempenho neste indicador.

De acordo com o levantamento do Censo do IBGE de 2010, podemos afirmar que o município de Nova Venécia se caracteriza por ser predominantemente urbano, com sua população concentrando-se em uma pequena parcela territorial do município (a maior parte de seu território, entretanto, é definida como rural). Sua densidade demográfica era de 31,7 habitante/km², e, não obstante apresentar um crescimento demográfico significativo nas últimas duas décadas, ela ainda é pequena se comparada com os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória ou mesmo com outros municípios-polo mais distantes da capital, como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares ou São Mateus (do qual Nova Venécia é limítrofe).

Quanto aos aspectos econômicos, a cafeicultura, o cultivo de pimenta-do-reino (que cresceu significativamente nos últimos dez anos) e a pecuária leiteira são as atividades mais importantes no que se refere ao setor primário do município veneciano (Tabela 1). A infraestrutura de beneficiamento e armazenagem de café e pimenta se faz com os armazéns da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel (Cooabriel), Zanotti Café, Calegari Comércio de Café, Louis Dreyfus Commodities e outros que possuem armazéns próprios, que intermedeiam e comercializam suas produções. Quanto à produção leiteira, a Cooperativa Veneza tem uma estrutura de armazenamento e industrialização com capacidade para beneficiar 140 mil litros de leite por dia, atendendo não apenas ao município e região, mas a mercados de praticamente todo o estado. Convém mencionar, entretanto, que muitos produtores locais de leite vendem sua produção ao Laticínios Damare, cuja fábrica situa-se em Montanha e cujos produtos também são distribuídos a praticamente todo o estado do Espírito Santo.

Tabela 1 – Principais atividades econômicas - Nova Venécia - 2009

Município	Agropecuária	Indústria, Construção e SIUP*	Comércio e Serviços
Nova Venécia	20,36 %	17,0%	62,63%

* SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública (Eletricidade, Gás e Água)

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Como pode ser observado na Tabela 1, o município de Nova Venécia apresenta uma forte concentração da participação do setor terciário na economia. Isso está ligado à participação de destaque desse município nos contextos estadual e nacional na extração e comércio de granito. A extração de rochas ornamentais, principalmente granitos, tem crescido na região nas duas últimas décadas e, apesar de seu desenvolvimento ser relativamente recente quando comparado ao Sul do estado (sobretudo com Cachoeiro de Itapemirim), ela tem consolidado Nova Venécia como um polo dessa atividade no norte capixaba.

Esse desenvolvimento das atividades de beneficiamento foi, em parte, induzido, haja vista que contou com amplo apoio estatal. Em 2012, o polo industrial de granito de Nova Venécia contava com 27 empresas do setor que possuíam juntas 51 teares em funcionamento. Eram produzidos mensalmente cerca de 165 mil metros quadrados de chapas brutas e mais de 149 mil metros quadrados de chapas polidas, gerando, aproximadamente, 530 empregos diretos (Sindirochas, 2013).

Essas atividades, que são as bases econômicas do município, são também as maiores responsáveis pela degradação ambiental na região. O município de Nova Venécia, assim como os demais em seu entorno, teve uma ocupação histórica predatória, com desmatamento de densas florestas para a retirada da madeira para exportação, que posteriormente deram lugar a pastagem e as lavouras, sobretudo, a cafeicultura. Nas últimas décadas, aos efeitos desse processo se acrescentaram os problemas acarretados pela mineração.

De todos os problemas ambientais latentes na região, a escassez hídrica é, sem dúvida, o que mais tem chamado a atenção e mais tem ganhado notoriedade na mídia e nos discursos governamentais. A “seca”, como se diz num linguajar popular, tem trazido, inclusive, grandes prejuízos, haja vista que a agropecuária é um dos pilares da economia local. Desde de 2014, os índices pluviométricos anuais têm ficado abaixo da estimativa média municipal (que gira em torno de 1.200mm), o que tem fomentado discussões sobre esse tema dentro e fora do meio acadêmico, principalmente em virtude do uso indiscriminado de irrigação e águas subterrâneas nas lavouras regionais e aos impactos decorrentes de intervenções como a extração mineral e mesmo a construção de barragens.

Em relação aos potenciais turísticos, o município possui atrativos naturais, tais como: área de Preservação Ambiental da Pedra do Elefante (Corredor Ecológico), Fazenda Santa Rita, Matriz

de São Marcos, Pedra da Fortaleza, Santuário de Nossa Senhora Mãe Peregrina (Gameleira), Sítio Pionte, Prainha, Parque Aquático dos Grilos, Patrimônio do Bis, Lajedão e Cachoeira do Córrego da Areia.

Do ponto de vista propriamente econômico, Nova Venécia se caracteriza por ser o município com maior produto interno bruto (PIB) da Região Noroeste do estado, como pode ser observado na Tabela 2, o que se deve, em grande medida, às atividades agrícolas e, principalmente, à expansão da atividade mineradora nas últimas décadas. Regionalmente, também se destaca o município de Barra de São Francisco, que também se consolidou como polo de extração de granito no Noroeste Capixaba.

Tabela 2 - PIB Regional, segundo os municípios - 2005-2010

Regiões e Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Noroeste	970.263	1.170.664	1.377.431	1.409.430	1.466.203	1.633.851
Água Doce do Norte	63.961	75.082	93.684	95.052	91.855	85.601
Águia Branca	66.259	72.536	113.791	100.807	94.364	107.005
Barra de São Francisco	252.520	282.734	322.021	334.036	395.183	432.315
Ecoporanga	163.513	223.335	220.788	219.495	228.963	260.941
Mantenedópolis	52.019	63.843	80.362	71.373	71.660	87.284
Nova Venécia	299.515	360.808	436.054	470.284	469.582	549.694
Vila Pavão	72.475	92.326	110.731	118.382	114.596	111.010

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Quando observamos a Tabela 3, que trata da participação dos municípios no PIB da região noroeste, a importância de Nova Venécia fica explícita, já que, em 2005, seu PIB correspondia a 31% de toda a riqueza produzida por tal região, avançando para 34% desse total no ano de 2010.

Tabela 3 - Participação dos Municípios no PIB da Região Noroeste - 2005-2010

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Água Doce do Norte	7%	6%	7%	7%	6%	5%

Águia Branca	7%	6%	8%	7%	6%	7%
Barra de São Francisco	26%	24%	23%	24%	27%	26%
Ecoporanga	17%	19%	16%	16%	16%	16%
Mantenópolis	5%	5%	6%	5%	5%	5%
Nova Venécia	31%	31%	32%	33%	32%	34%
Vila Pavão	7%	8%	8%	8%	8%	7%

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Como se pode constatar a partir dos dados da Tabela 4, o município de Nova Venécia é o mais populoso da Região Noroeste do Espírito Santo, apresentando também o mais alto grau de urbanização nesse conjunto de municípios, o que é um reflexo de sua importância econômica nessa localidade, onde ele claramente tem um papel de cidade-pólo.

Tabela 4 – População e urbanização na Região Noroeste do Espírito Santo

Município	População total	População urbana	População rural	Grau de urbanização
Águia Branca	9.519	3.051	6.468	32,05%
Água Doce do Norte	11.771	6.699	5072	56,91%
Barra de São Francisco	40.649	26.357	14.292	64,84%
Ecoporanga	23.212	14.779	8.433	63,67%
Mantenópolis	13.612	8.647	4.965	63,52%
Nova Venécia	46.031	30.831	15.200	66,98%
Vila Pavão	8.672	2.998	5.674	34,57%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

1.2 Apresentação do Curso

A implementação do Curso de Geografia em nível superior, no Espírito Santo, foi iniciada a partir dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História/Geografia oferecidos na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (FAFI) no ano de 1953.

Em 1955, ano em que foi concluída a primeira turma de Licenciados e Bacharéis em Geografia e História do Espírito Santo, ocorreu o desmembramento da graduação simultânea nas duas habilitações de conhecimento. Em 1961, a FAFI foi incorporada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), criada pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1962.

A Geografia, especificamente, trata-se de uma ciência que tem por objetivo possibilitar ao educando um entendimento crítico a respeito da realidade que o cerca a partir da análise do espaço no qual ele está inserido, demonstrando as interconexões entre as lógicas local e global por meio da compreensão do papel do lugar/região de vivência do sujeito no mundo globalizado e, portanto, do entendimento dos vetores internos e externos que atuam na configuração e reconfiguração desse lugar, considerando as inter-relações entre as dinâmicas sociais e as dinâmicas da natureza, analisando-as dialeticamente.

Diante disso, a oferta da Licenciatura Plena em Geografia tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico regional propriamente dito, mas também (e sobretudo) no processo de desenvolvimento crítico dos sujeitos, tornando-os mais aptos ao exercício da cidadania e ao protagonismo sociopolítico que se espera dos cidadãos em um regime democrático. Apesar de existir a oferta de formação em Licenciatura em Geografia desde a década de 1950, uma pesquisa realizada em 2012 pelo Ifes nos permitiu concluir que havia uma grande demanda de formação de profissionais nessa área no estado e, em particular, em sua Região Noroeste, o que levou o Instituto a incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a possibilidade de ofertar, a partir do primeiro semestre de 2014, o curso de Licenciatura Plena em Geografia no campus Nova Venécia.

Por entendermos que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que otimizem ações para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o Núcleo Docente Estruturante do curso, instituído pela Portaria DG nº 240/2014 e atualizado pela Portaria DG nº 32/2017, julgou pertinente realizar algumas alterações pontuais no PPC inicial, produzido no interstício de 2012-2014 (ou seja, anteriormente à abertura da referida graduação), a partir da avaliação coletiva feita sobre os três primeiros anos de funcionamento do curso, visando melhor atender os discentes que já se encontravam cursando a referida graduação na instituição.

Convém ressaltar, portanto, que não se alterou a diretriz geral do projeto, tendo ainda por base a Resolução CNE/CP n 02/2015, promovendo-se apenas a retificação de alguns dados (tabelas e gráficos, particularmente), a inclusão das ementas faltantes dos componentes

curriculares do projeto original, efetuação de algumas adequações quanto à ordem de oferta dos componentes curriculares obrigatórios (sua distribuição por períodos), visando torná-la mais favorável ao processo de ensino-aprendizagem, e inclusão de um leque maior de componentes curriculares optativos (que era muito reduzido no PPC original). Também foram feitas algumas alterações pontuais nas normas que regem as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), particularmente em seu artigo 8º, ampliando as possibilidades de os discentes atenderem a esse requisito parcial para a conclusão do curso, levando-se em conta o contexto institucional e regional de oferta de possibilidades de participação dos graduandos em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essas alterações pontuais, portanto, visam contribuir positivamente na formação dos discentes que já estão cursando a Licenciatura em Geografia ofertada pela instituição.

Nesse sentido, pautamo-nos pelos seguintes ordenamentos legais para a revisão desse documento:

- Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 9 de junho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Embasamo-nos também nas seguintes legislações mais específicas à área de Licenciatura:

- Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia;

- Parecer CNE/CES nº 1.363/2001 - Trata da retificação do Parecer CNE/CES nº 492/2001, da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura MEC/SESu, de abril de 2010, que compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta;
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Lei nº 13.415/2017 - Revisão da LDB nº 9.394/96: Título I, Título II, Título III, Título IV, Título V (principalmente o capítulo IV – da Educação Superior, capítulo V – da Educação Especial), Título VI e VII;
- Lei nº 13.005/2014: Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024);
- Planos de Carreira da Instituição para pessoal docente, técnico e administrativo, anexados ao PDI e Regimento em vigor.
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI): a Proposta Pedagógica Institucional e suas metas, estabelecidas no PDI.
- Resolução CNE/CP nº 01/2004 - Detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei que compõe um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma Política Educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas.

Ante o exposto, entende-se que a oferta de cursos de licenciatura plena tende a contribuir significativamente com a melhora nos serviços públicos e privados de educação na região noroeste e, particularmente, no município de Nova Venécia, mediante qualificação da mão de obra docente, habilitando profissionais a atuarem na docência de Geografia e temas a ela relacionados nos diversos níveis de ensino, tendo em vista o contínuo aumento da demanda por serviços de educação provocado pelo crescimento populacional e por uma economia predominantemente urbana.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Denominação

Licenciatura em Geografia

2.2 Área de conhecimento

Ciências Humanas

2.3 Grau

Licenciatura

2.4 Modalidade

Presencial

2.5 Diplomas e certificados

Licenciado em Geografia

2.6 Turno de oferta

Noturno

2.7 Periodicidade

Semestral

2.8 Tipo de oferta

Crédito

2.9 Número de vagas oferecidas

40 vagas

2.10 Periodicidade da oferta

Anual

2.11 Carga Horária Total

3.200 horas

2.12 Formas de acesso

Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e transferências de outras instituições, conforme normas internas do Ifes.

São ofertadas 40 vagas com ingresso anual no turno noturno. O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da instituição, ou seja, as formas de ingresso, regime de matrícula, calendário acadêmico e desempenho acadêmico.

Destaca-se que, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, parte das vagas do curso é destinada à política de cotas para egressos das escolas públicas, para negros e para comunidades indígenas e quilombolas. Além disso, a legislação atual contempla também ações afirmativas para pessoas com deficiência.

No curso de Graduação em Licenciatura em Geografia, bem como nos demais cursos do Ifes, o ingresso será realizado a partir dos processos a seguir pontuados:

- a) Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- b) Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação do Ifes, poderá transferir-se para outro curso de graduação dessa instituição;
- c) Processo seletivo complementar:
 - i. Reingresso: ingresso de ex-discente do Ifes em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 anos;
 - ii. Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta instituição;
 - iii. Portador de diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES;
- d) Transferência compulsória: forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo;
- e) Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos; é concedida para portadores de diploma

de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 anos;

f) Programa estudante convênio: matrícula destinada ao estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados;

g) Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares do Ifes, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as instituições;

h) Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente do Ifes cursar, temporariamente, componentes curriculares em outro campus;

i) Matrícula institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria nº 121, de 02/10/84;

j) Para os acadêmicos ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e processo seletivo complementar (exceto na modalidade de transferência voluntária) e que possuam componentes curriculares a serem aproveitados de outras IES, visando à construção do perfil do egresso descrito no Projeto Institucional do Ifes.

Para atender a Lei nº 13.146/2015, foi criado, em 2012, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (Napne): este tem como objetivo propor e viabilizar uma educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de apoios diversos para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, buscando seu ingresso, acesso e permanência, favorecendo a aprendizagem no ambiente universitário.

Tem-se como foco o respeito às diferenças, buscando a formação e a sensibilização da comunidade acadêmica, a aquisição de recursos e tecnologias assistidas para o acesso a todos os espaços, ambientes, ações e processos educativos desenvolvidos na instituição.

2.13 Local de oferta:

Ifes campus Nova Venécia

Rodovia Miguel Curry Carneiro, 799

CEP: 29830-000

Nova Venécia - ES

Tel.: (27) 3752-4345

2.14 Do coordenador

A coordenadora do curso é, atualmente, a Professora Mestra Carolina de Castro Barbosa. Tem formação em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais e Mestrado em Ciência Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua como docente no Instituto Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia, desde o ano de 2016, ministrando disciplinas nos cursos técnicos em Mineração, Edificações, Meio Ambiente e na Licenciatura em Geografia. É coordenadora deste curso desde setembro de 2018.

2.15 Prazo para integralização curricular em anos

Mínimo: 9 semestres

Máximo: 18 semestres

2.16 Histórico de criação e reformulação do PPC

Criação ou reformulação	Data de implementação do PPC
Criação	2014/2
Reformulação	2017/2
Reformulação	2020/1

3 JUSTIFICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes definiu os rumos, os programas, objetivos e metas para o período de 2009-2013, dentre eles, a implantação de cursos de licenciatura, conforme Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País e definiu as instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos

técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Essa lei também estabeleceu que 20% de suas vagas seriam direcionadas à formação de professores.

A proposição do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes/Nova Venécia, em consonância com sua missão institucional, encontra-se amparada a partir dos seguintes dispositivos legais: Lei nº 9.394, de 20/12/1996 e suas alterações, Resolução CNE/CES n.º 14, de 13/03/2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada; Resolução CNE/CP nº 01/2017, que altera o artigo 22 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e Resolução do Conselho Superior do Ifes nº170/2016, que estabelece o núcleo comum dos Cursos de Licenciatura, assim como as demais resoluções e decretos que dispõem sobre a formação de professores para atuar na educação básica.

Tendo como base dados estatísticos da educação em Nova Venécia para o ano de 2012, registraram-se 10.038 matrículas em toda a rede de ensino disponível no referido município (BRASIL, 2012). Desse total, 11,04% pertenciam à educação pré-escolar, 65,9% ao Ensino Fundamental, 23,06 % ao Ensino Médio. Os dados concernentes ao ensino superior não foram mensurados nessa pesquisa.

Tabela 5 - Número de matrículas por rede de ensino (2012)

Nível	Número de Matrículas por Rede				Total
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	
Pré-Escolar	1069	-	-	40	1109
Fundamental	5892	477	-	253	6622
Médio	0	1777	333	197	2307

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável

É importante destacar o aspecto majoritário das matrículas ofertadas pela rede pública, as quais chegam a 95,1% na educação básica, ao passo que a rede privada participa com apenas 4,9%, no ano de 2012. Observa-se ainda que, neste município, foram confirmadas 333 matrículas na rede federal, o que corresponde a 3,31% das matrículas registradas (Tabela 5).

O desempenho das redes de ensino, evidenciado pela razão entre o número de estudantes e docentes quando se consideram os níveis fundamental e médio, é melhor para o setor público (Tabela 6), chegando a 641 docentes distribuídos na educação básica, o que corresponde a 93,1% do total de docentes do município.

Tabela 6 - Número de docentes por rede de ensino.

Nível	Número de Docentes por Rede				Total
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	
Pré-Escolar	99	-	-	3	102
Fundamental	366	46	-	25	437
Médio	-	97	33	19	14

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Os dados das tabelas 5 e 6 demonstram que existem lacunas importantes a serem preenchidas: a necessidade de ampliação de vagas em escolas públicas; a ampliação do número de professores, coerente com a qualificação dos mesmos; o aumento do número de estabelecimentos escolares; e a necessidade de participação do setor público no Ensino Superior, que se faz sentir apenas pela existência da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E é nesse contexto sociopolítico-econômico e cultural que os antigos Cefetes, atuais Ifes (Figura 1), foram autorizados a oferecer, a partir de 2006, cursos de licenciaturas, partindo de uma experiência centenária em formação de técnicos de nível médio profissionalizantes. Nesse sentido, o Ifes Nova Venécia também inicia sua trajetória, partindo da oferta do Curso de Licenciatura em Geografia, até então existente somente na Ufes, com uma abordagem que busca preparar, de forma crítica e transformadora, os discentes para as oportunidades e desafios do cotidiano atual.

Figura 1 - Distribuição dos campi do Ifes



Fonte: www.ifes.edu.br (acessado em 22/11/2012).

A expansão dos cursos e modalidades de ensino nos Ifes é uma estratégia do governo federal para atender as potencialidades regionais, conforme afirmou Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional do MEC:

Essas escolas trazem benefícios imediatos, não só para os estudantes, mas para o desenvolvimento de toda a região. [...]. A cada semestre, entram novos alunos e os egressos saem qualificados e, invariavelmente, colocados no mercado de trabalho (BRASIL, 2010a).

Enfrentar o desafio de fazer da formação de professores uma formação profissional de alto nível é uma necessidade emergente da comunidade local e desejo do Ifes campus Nova Venécia; destarte, no processo de reconhecimento feito pelo Ministério da Educação, em 2017, o Curso de Licenciatura em Geografia ofertado no campus foi avaliado com a nota 4.

De forma geral, há demanda para a formação de professores no Brasil, principalmente para a atuação na educação básica, uma vez que, conforme dados do próprio Ministério da Educação, existe uma carência enorme de professores com formação em licenciatura para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Reconhecendo esse quadro, os Institutos Federais adotaram como missão institucional a formação de licenciados, papel que se torna ainda mais relevante nas áreas distantes dos grandes centros urbanos, nas quais a oferta de cursos de graduação é menor (como é o caso do Noroeste Capixaba). Nesse sentido, o campus Nova Venécia, ao ofertar uma Licenciatura em Geografia, coloca em prática sua missão

institucional de contribuir com a formação de docentes, procurando sanar uma das áreas deficitárias em número de professores no Brasil.

No final da década de 60, a criação dos cursos de licenciatura de curta duração atendeu algumas urgências circunstancialmente históricas. Hoje, a realidade solicita docentes com competência técnica, conhecimentos teóricos aprofundados e capacidade de leitura crítica frente aos desafios da contemporaneidade. Na proposição de implantação e reestruturação das licenciaturas, adequando-as ao mundo globalizado, precisamos considerar os seguintes cenários: a globalização, a privatização, emergência de novos paradigmas, avanço constante da ciência e tecnologia, as transformações na área e no sistema educacional e as gerações que crescem em sintonia com todas essas mudanças. O avanço constante da ciência e da tecnologia disponibiliza um conjunto de recursos que, além de servir de suporte didático, propicia condições de aprendizagem continuada e diversificada.

De acordo com o estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2010b) sobre a educação básica, são necessários 235 mil professores no Ensino Médio e 476 mil para as séries finais do ensino fundamental, um total de 711 mil professores. Nos últimos anos, o número de professores formados nos cursos de licenciatura foi de 457 mil, o que perfaz um deficit de cerca de 250 mil docentes. Ainda segundo o estudo, o País precisaria ter 40 mil professores de Geografia. De acordo com o MEC, a falta de professores não atinge só o Brasil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), há 59 milhões de professores no planeta, 15 milhões a menos que o mínimo exigido para atingir a meta fixada no Fórum Mundial da Educação de Dacar, em 2000 (BRASIL, 2010b).

Pensando especificamente na formação de professores para o Ensino Médio, de acordo com as finalidades trazidas pela Lei nº 9.394/96, no artigo 35, além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos para o prosseguimento de estudos e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos da relação entre a teoria e a prática de cada disciplina, temos, com a mesma importância, as finalidades referentes ao desenvolvimento cultural, pessoal, ao aprender contínuo, à postura ética e à flexibilidade nas relações e no viver com a diversidade.

Para tanto, é necessário pensar na formação do professor que lidará com essas séries, a fim de que possua uma formação sólida em conhecimentos e habilidades relacionados ao domínio do conteúdo específico da sua área e a preparação pedagógica como um saber necessário à docência.

[...] a pedagogia é totalmente inseparável dos outros componentes da atividade docente, ou seja, dos objetivos do trabalho, de seu objeto, assim como dos saberes e das técnicas particulares que caracterizam o ensino, que não pode ser concebido separadamente do processo de aprendizagem (TARDIF, 2002, p. 148).

A existência dessa dicotomia provoca, entre outras coisas, o fraco desempenho dos cursos superiores na formação do número de professores necessários ao aumento do número de matrículas de alunos, dadas as políticas de acesso e permanência. Particularmente no caso dos professores de Geografia, observa-se a ocupação de vagas – inicialmente destinadas a licenciados – por profissionais de outras áreas, tais como advogados, pedagogos e jornalistas, entre outros. Além disso, dados recentes do Conselho Nacional de Educação (CNE) afirmam que a situação do Ensino Médio no Brasil tornar-se-á ainda mais grave se nenhuma providência for tomada em relação à formação de professores para as áreas de ciências humanas, em especial, na disciplina de Geografia.

Divulgado em maio de 2007, o relatório do CNE produzido por uma Comissão Especial instituída para estudar medidas para a melhoria do Ensino Médio, aponta um deficit de mais de 240 mil professores para este nível, sendo particularmente alto o deficit na disciplina de Geografia, área na qual pouco mais de ¼ dos professores têm formação específica em licenciatura nessa ciência.

Também é preciso considerar que há uma grande evasão nos cursos de licenciatura em geral (Tabela 8). Os dados do relatório, feito em parceria entre o MEC e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), mostram o percentual de evasão nos cursos de licenciaturas no Brasil, em 1997. Como resultado, atualmente apenas 26% dos professores de Geografia da escola básica possuem formação específica (Tabela 7), ou seja, foram formados e estão aptos para o exercício do magistério.

Tabela 7 - Demanda hipotética de professores no Ensino Médio, com e sem incluir o 2º ciclo do Ensino Fundamental, por disciplina e número de licenciados entre 1990 e 2001.

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º Ciclo do Ensino Fundamental	Nº de Licenciados entre 1990-2001	Docentes com Formação Específica
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829	56%
Matemática	35.270	106.634	55.334	27%
Biologia	23.514	55.231	53.294	57%

Física	23.514	55.231	7.216	9%
Química	23.514	55.231	13.559	13%
Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410	29%
Educação Física	11.757	59.333	76.666	50%
Educação Artística	11.757	35.545	31.464	20%
História	23.514	71.089	74.666	31%
Geografia	23.514	71.893	53.947	26%
TOTAL	235.135	710.893	456.947	-

Fonte: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>

Tabela 8 - Evasão nos cursos de Licenciatura, 1997

CURSO	PERCENTUAL DE EVASÃO
Licenciatura em Matemática	56%
Licenciatura em Química	75%
Licenciatura em Física	65%
Licenciatura em Biologia	42%
Licenciatura em História	44%
Licenciatura em Geografia	47%
Licenciatura em Letras	50%
Licenciatura em Educação	52%

Fonte: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em 10/12/13

Desta forma, a oferta de cursos superiores de formação de professores, que é um dos objetivos Institutos Federais, deve ser entendida como uma política educacional voltada à educação básica que tem uma grande carência profissional, tanto quantitativa quanto qualitativa, que tende a ser ainda mais acentuada em municípios distantes dos grandes centros urbanos do País, onde ainda está concentrada a maior parte das vagas de Ensino Superior.

No caso do Norte do Espírito Santo, a oferta do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Ifes tem exatamente este papel, haja vista que as instituições mais próximas a ofertar tal curso presencialmente situam-se em Colatina e na Região Metropolitana da Grande Vitória, distantes 120 km e 250 km, respectivamente, de Nova Venécia, tendo que se considerar ainda que, no caso de Colatina, a oferta é feita por uma instituição privada, fato que, antes da abertura do curso pelo campus Nova Venécia, limitava as possibilidades de uma formação gratuita nessa área ao campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com base nos dados dos primeiros quatro anos de funcionamento desse curso, que oferta ingressos regulares desde 2014, percebe-se que, mesmo com a adesão da Instituição ao Sisu, a maioria dos discentes são oriundos de Nova Venécia e municípios vizinhos. Desde sua inauguração, tem havido um movimento pendular significativo de discentes do curso provenientes de São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Pavão, Boa Esperança, Pinheiros e Jaguaré, o que nos permite pensar que os benefícios na formação e qualificação de profissionais da educação para lecionar Geografia se estendem para muito além de Nova Venécia.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Preparar profissionais para atuar no ensino de Geografia na educação básica em suas diferentes etapas e modalidades, que detenham não apenas os saberes geográficos e prático-pedagógicos adequado a essa modalidade de ensino, mas tenham compreensão da função da escola enquanto instituição básica de uma sociedade democrática e do papel do ensino de Geografia em âmbito escolar como meio de desenvolvimento das competências necessárias ao exercício pleno da cidadania.

4.2 Objetivos Específicos

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade mais justa, equânime e com maior igualdade de oportunidades, e reconhecer o papel da Geografia em âmbito escolar no desenvolvimento das competências necessárias a tais transformações sociais;
- Compreender o papel da escola e dos docentes (em particular, do professor de Geografia) na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Dominar os conteúdos específicos de Geografia, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - Identificar a Geografia dentro do universo das ciências, compreendendo seus aspectos epistemológicos e metodológicos, de maneira a formar um educador-pesquisador capaz de manter o devido diálogo entre a Geografia escolar e sua matriz acadêmica;
 - Compreender o espaço enquanto uma instância social e o espacial enquanto dimensão da existência humana, e que ambos estão vinculados às identidades coletivas e individuais e às relações de poder em suas diversas instâncias;
 - Identificar as diferenças naturais e humanas entre as diversas partes do Planeta e do território brasileiro, reconhecendo sua heterogeneidade natural, cultural, social, econômica e política, bem como explicar, com a devida criticidade, as razões de ser destes contrastes nas diferentes escalas.
 - Compreender o processo de produção capitalista do espaço, que veio a resultar no fenômeno da globalização, suas implicações em diversas escalas (bem como a inter-relação dialética entre elas), as relações de poder inerentes a esse processo e seus reflexos sociopolítico-econômico-culturais;
 - Compreender as dinâmicas de clima, relevo, biodiversidade e sua inter-relações em diversas escalas, bem como a entropia fruto dos impactos da ação humana, analisando-a partir de uma perspectiva holística, ou seja, vinculando essas dinâmicas naturais aos aspectos sociais, culturais, políticas e econômicas de nossa sociedade;
 - Dominar os conteúdos pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas necessários ao ensino de Geografia, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
 - Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação e ao ensino de Geografia, em específico, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

- Compreender o papel da escola, do docente e do ensino de Geografia no âmbito escolar para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, de religião, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Licenciado em Geografia é o professor que atua no âmbito da Educação Básica, nas etapas do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), na perspectiva de integração e diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Para tanto, o licenciado precisa conceber a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos da Geografia, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerente à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

No exercício da docência, a ação do Licenciado em Geografia é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, por meio da sólida formação, envolvendo o domínio e

manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

O licenciado precisa também compreender o processo histórico de construção do conhecimento na área da Geografia, no que diz respeito a conceitos, princípios e teorias, bem como o significado da Geografia para a sociedade e da sua responsabilidade como educador nos vários contextos de sua atuação profissional, consciente do seu papel na formação de cidadãos críticos e autônomos. Além disso, precisa se comprometer com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por perspectivas humanísticas e de rigor científico, bem como por referenciais éticos e legais. Deve, ainda, ter consciência das realidades em que vai atuar e da necessidade de se tornar agente transformador dessa realidade, na busca da melhoria da qualidade de vida da população.

5.1 Áreas de Atuação

O Licenciado em Geografia pode propor, planejar, executar e coordenar projetos de ensino e programas de caráter educativo aplicável ao ensino de Geografia; deve apresentar capacidade para atuar nos ensinos Fundamental e Médio ministrando disciplinas; ainda pode atuar: no desenvolvimento de métodos e técnicas para a elaboração de mapas temáticos e de outras representações gráficas; na elaboração de material didático para o ensino de Geografia; no assessoramento de instituições em projetos de ensino e aprendizagem, elaborando e executando projetos de desenvolvimento de conteúdos curriculares, desenvolvendo pesquisas de investigação geográfica e participando da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Outro campo de atuação envolve o planejamento, execução e coordenação de projetos socioambientais de estabelecimentos que abarcam a esfera do terceiro setor e de instituições públicas e privadas.

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Concepção

Na perspectiva de formação de licenciados, conforme perfil de egresso do Curso de Licenciatura em Geografia, tomamos como referência a necessidade de superação de práticas e metodologias de ensino centradas em perspectivas tradicionais de currículo, que se apresentam

como neutras, científicas e desinteressadas, e que se concentram na dimensão técnica. Para tanto, apontamos para a possibilidade do desenvolvimento de práticas educativas que, associadas às perspectivas curriculares críticas e pós-críticas, questionam o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, preocupando-se com as conexões entre saber, identidade e poder (SILVA, 2013).

Desse modo, sinalizamos para a possibilidade de construção do conhecimento, através do desenvolvimento de práticas e metodologias de ensino que promovam o diálogo entre saberes de sujeitos envolvidos no processo educativo, conhecimentos da ciência geográfica, conhecimentos da pedagogia e de outras áreas, bem como a articulação entre a dimensão local e a dimensão global, considerando a importância de compreensão crítica dos contextos históricos, sociais, políticos, culturais e educacionais. Esta perspectiva está em consonância com o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes, visto que este também entende a educação numa ótica mais abrangente, que possibilita a formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos que compreenda a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta e que consiga pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações do meio em que vive.

Desse modo, o licenciando, compreendido como professor em formação, poderá vivenciar experiências formativas, de caráter teórico-prático, através de seminários, palestras, atividades de extensão, ações de pesquisa, atividades interdisciplinares, utilização de tecnologias aplicadas ao processo educativo, entre outros espaços-tempos de formação promovidos no âmbito dos componentes curriculares. Assim, concebemos que o processo formativo docente precisa ser desenvolvido através de estratégias curriculares baseadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como na relação entre a teoria e a prática no processo de construção do conhecimento.

Além dessas experiências formativas, o licenciando poderá vivenciar experiências de iniciação à docência no âmbito do estágio supervisionado que, na perspectiva de unidade entre teoria e prática, busca proporcionar ao discente experiências formativas na prática pedagógica, consolidando a sua profissionalização e explorando as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética, política e estética.

Nos espaços-tempos formativos do estágio supervisionado, a ser realizado na segunda metade do curso, o licenciando poderá desenvolver práticas pedagógicas problematizadoras, de forma articulada à reflexão e à pesquisa na/sobre a prática docente, na perspectiva de produção de conhecimentos voltados para a superação e transformação da realidade social. Segundo Freire (1996):

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação

científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje. [...] (FREIRE, 1996, p. 142-143).

Além disso, os conhecimentos construídos no âmbito dos componentes curriculares objetivam a familiarização dos alunos com o contexto do trabalho escolar, tanto as ações administrativas e pedagógicas, quanto as ações políticas internas e externas no envolvimento com a comunidade, ou seja, que envolve toda a organização de uma instituição educacional formal. Nesse contexto, temáticas relacionadas às modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Especial, da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Escolar Indígena, da Educação no Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação a Distância também serão abordadas de maneira a possibilitar aos licenciandos um conhecimento mais amplo das relações entre Estado, Sociedade, Política e Organização da Educação Brasileira.

É importante destacar que o trabalho pedagógico precisa considerar as particularidades de estudantes com necessidades específicas, através da flexibilização e adaptação curricular, na perspectiva de desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, que proporcionem o acesso ao currículo, a acessibilidade, a socialização, a interação, entre outras dimensões formativas, com o intuito da formação integral dos sujeitos.

Considerando marcos legais da educação brasileira e as perspectivas curriculares desse Projeto Pedagógico de Curso, destacamos a inserção e oferta de Libras como componente curricular (BRASIL, 2005); a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso, além do tratamento de questões e temáticas relacionadas aos afrodescendentes (BRASIL, 2004); a efetivação da Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012) e a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo (BRASIL, 2012).

O processo avaliativo busca superar tanto o padrão rígido da avaliação quantitativa, que se baseia na quantificação de desempenho cognitivo e das habilidades adquiridas, quanto o modelo híbrido, que afirma ruptura com a avaliação quantitativa, porém não rompe com a prática da classificação. Desse modo, apontamos para a possibilidade de construção de uma avaliação democrática, imersa numa pedagogia da inclusão, ou seja, práticas de avaliação que substituem a lógica da exclusão pela lógica da inclusão, vislumbrando a escola como zona fronteira de cruzamento de culturas (ESTEBAN, 2003).

Além das atividades pedagógicas apontadas, destacamos que as atividades de caráter Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) estão contempladas nas Atividades Complementares e

serão desenvolvidas ao longo do curso, não se restringindo ao ambiente acadêmico. Tais atividades visam possibilitar aos alunos o desenvolvimento da responsabilidade pela própria formação, adquirindo as competências relacionadas ao “saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “saber conviver”.

Quanto à evasão dos discentes do curso, é importante que ações sejam empreendidas em busca da permanência e conclusão com êxito daqueles que ingressam. Podemos citar que as intervenções realizadas pelo Campus neste sentido têm como princípio a

(...) garantia da democratização e da qualidade do atendimento prestado à comunidade estudantil, com as devidas adequações à realidade local; adequação dos projetos pedagógicos dos cursos aos arranjos culturais e produtivos regionais e locais, por meio de avaliação sistemática; respeito ao pluralismo de ideias, à diversidade e à gestão democrática; justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; integração e interdisciplinaridade das ações, de forma a atender os sujeitos em sua totalidade (PDI, 2014-2019, p. 56).

6.2 Metodologias

Encontramo-nos em um momento histórico de reaproximação dos saberes, de um retorno ao conhecimento mais integrado, que possa dar conta de responder aos enormes desafios que nos pressionam (MORIN, 2002). Além disso, concebemos que não é possível desenvolver práticas e metodologias desvinculadas totalmente das questões culturais da sociedade (CANDAU, 2008).

Considerando a necessidade de superação de práticas e metodologias de ensino centradas em perspectivas tradicionais de currículo, apontamos para a possibilidade de construção de práticas educativas que questionem o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, baseando-se em princípios, como a rigorosidade metódica, a pesquisa, o respeito aos saberes dos educandos, a criticidade, a estética, a ética, a corporificação das palavras pelo exemplo, a aceitação do novo e rejeição à discriminação, a reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e assunção da identidade cultural (FREIRE, 1997).

Tomando como referência a perspectiva histórico-cultural da educação, entendemos que a interação entre educadores e educandos em todo o tempo do curso é indispensável na produção do conhecimento, pois “[...] construir conhecimentos implica numa ação, partilhada já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas” (REGO, 1995, p.110).

Desse modo, levando em consideração as perspectivas teóricas elencadas, as atividades didáticas serão desenvolvidas em salas de aula (aulas teóricas), em laboratórios (aulas práticas de laboratório) e práticas de campo, com uma especificidade ao final do curso (trabalho de conclusão do curso), sempre com o devido suporte de material bibliográfico.

As aulas teóricas serão ministradas com suporte audiovisual (projetores multimídia), utilizando-se das seguintes estratégias pedagógicas: debates, explanações dos conteúdos, seminários, produção de material didático, relatórios, estudos dirigidos, simulações de aulas, dentre outros. As aulas são complementadas com atividades práticas nos seguintes espaços: Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg); Laboratório de Mineralogia; Laboratório de Mecânica dos Solos; Laboratórios de Informática; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório de Cartografia e Topografia; e Laboratório de Desenho.

As aulas práticas de laboratório são desenvolvidas em ambientes projetados para tal (especificamente para ensino), segundo as áreas do conhecimento da Geografia (unidades curriculares), em que os conhecimentos teóricos são articulados com as descobertas do “fazer”, tendo em vista as habilidades e competências desejáveis aos egressos do curso. A retroalimentação entre os dois momentos de ensino e de aprendizagem (teórico e prático) visa ao desenvolvimento de uma postura indagadora e proativa do aluno, qualquer que seja o ambiente didático.

As atividades de prática de campo são tarefas fundamentais do curso, pois constituem uma parte inseparável do processo educativo, visando à consolidação e ampliação dos conhecimentos teóricos, e possibilitam o aprimoramento da capacidade de observação e interpretação de processos geográficos.

Considera-se que a interdisciplinaridade deve ser buscada constantemente em todas as disciplinas que integram a matriz curricular do curso. A participação dos discentes em *workshops*, congressos, simpósios e outros promove novas experiências e troca de informações.

Além do leque de atividades e possibilidades didáticas exposto acima, adicionam-se as atividades complementares que objetivam valorizar e oficializar a carga horária que o aluno desenvolve em contato com atividades de ensino (iniciação à docência), pesquisa (iniciação à pesquisa), extensão (iniciação à extensão), organização de eventos e atuação supervisionada no mercado profissional (estágios), de acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2014, de 27 de junho de 2014, a qual se encontra em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Dessa maneira, visa-se

desenvolver e estimular o contato do aluno com atividades profissionais e outras que desenvolvam a autonomia, criatividade, proatividade e liderança.

As possibilidades de flexibilizações e adequações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados para os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) são analisadas pelo Colegiado em parceria com a Coordenação de Gestão Pedagógica e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), buscando eliminar barreiras de forma a atender as demandas que surgirem. O trabalho direcionado a este público envolve os seguintes espaços e tempos de formação: planejamentos, reuniões entre equipe docente, pedagógica, NAPNE e Coordenadoria de Curso, acolhimento e diálogo com aluno e família, acompanhamento dos envolvidos diretamente na aprendizagem do aluno, atendimentos individuais do educando com os docentes e Napne ao longo dos semestres, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reuniões finais para avaliação final do aluno em cada disciplina e reuniões com a gestão do campus para providências que competem à equipe gestora (contratações, aquisições de materiais, ente outros).

O estágio supervisionado será de caráter obrigatório, constando na grade curricular do curso, e seguirá as normas para os estágios dos alunos da Educação Profissional de Nível Técnico e da Educação Superior que estão estabelecidas na Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2014, de 27 de junho de 2014, que, conforme já pontuado, encontra-se em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Portanto, propõe-se um Curso de Licenciatura em Geografia que seja orientado pela tríade ensino-pesquisa-extensão, indissociável desde o início do curso, pelo planejamento, flexibilidade, participação, interdisciplinaridade, historicidade e interação, tendo a prática integrada aos componentes curriculares.

6.2.1 Estratégias Pedagógicas para as disciplinas EaD Parciais ou Integrais

As bases legais para a modalidade de Educação à Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e regulamentada por diversos decretos e portarias normativas.

Dentre os diversos marcos normativos vinculados a tal matéria, destacam-se os programas de fomento à Educação à Distância, a partir do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e

interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior brasileira, e o Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, que regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, instituindo a Rede e-Tec Brasil, com o objetivo de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de Educação a Distância (EaD), ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

No Ifes, o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) desempenha o papel de articulador e administrador de tais demandas, responsável ainda pelo desenvolvimento e aprimoramento das metodologias de EaD, na elaboração de materiais didáticos, formalização de processos para EaD e, por fim, na institucionalização dessa modalidade de ensino.

O Cefor é uma diretoria vinculada à Coordenadoria Geral de Ensino da Pró-Reitoria do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes), realizando, também, assessoria técnica e pedagógica e o acompanhamento das ofertas de cursos na modalidade EaD junto aos Núcleos de Educação a Distância do Ifes e aos polos credenciados pelos programas EaD.

Os cursos a distância ou semipresenciais ofertados pelo Ifes tem como princípios: a) metodologia de ensino-aprendizagem que privilegie a construção dos conhecimentos como princípio educativo; b) autonomia dos alunos e autogerenciamento da aprendizagem; c) formas de comunicação eficientes entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista evitar o isolamento do aluno bem como estimular a sua motivação para a aprendizagem; d) contextualização entre as necessidades de aprendizagem e a realidade socioeconômica e cultural dos alunos; e) articulação entre teoria e prática; f) acompanhamento do processo de aprendizagem; g) promover a interdisciplinaridade com base em uma relação dialógica entre as disciplinas buscando a correspondência entre os diversos saberes; h) uso e difusão de tecnologias na Educação (CEFOR, 2016)¹.

No Curso de Licenciatura em Geografia, dentro da estruturação e disponibilidade atual do corpo docente existente no campus, foi pensada a oferta de três disciplinas em EaD, quando da impossibilidade de oferecimento na modalidade presencial. As disciplinas referem-se à (1) Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, ofertada no 5º semestre, com carga horária de 60h; à (2) Gestão e Organização do Trabalho Escolar, a ser realizada no 6º semestre e de 60h; e, finalmente, à (3) Educação Especial, no 7º semestre, com carga horária de 30h.

1

A possibilidade de oferta das três disciplinas a distância não chega a representar nem 5% da carga horária total do curso e, portanto, atende a Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial:

Art. 2º As IES [Instituições de Ensino Superior] que possuam pelo menos 1 (um) curso de graduação reconhecido poderão introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, **até o limite de 20% (vinte por cento)** da carga horária total do curso. (grifos nossos)

Dessa forma, há ainda a possibilidade de parte da carga horária das disciplinas presenciais ser ofertada a distância.

Dos componentes curriculares mencionados, a disciplina de Libras já é, atualmente, ofertada a distância. Dessa forma, para sua realização, é utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle versão 3.1. O Moodle (*Modular Object Oriented Distance Learning*) é um *software* livre de apoio à aprendizagem, utilizado para o gerenciamento de cursos e executado em ambiente virtual. A expressão também é conhecida como *Learning Management System* (LMS) ou, simplesmente, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Em qualquer computador com internet o aluno terá acesso à plataforma Moodle utilizando um usuário e senha enviados ao discente por e-mail. Na plataforma, o aluno terá acesso a uma sala de aula virtual, onde acompanhará as atividades do curso pela internet.

O Moodle fornece a educadores e gestores ferramentas práticas e completas para produção de estruturas colaborativas de aprendizagem, além disso, ele pode ser usado em todos os dispositivos, inclusive dispositivos móveis com o *Moodle Mobile*.

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes já conta essa ferramenta para utilização nos cursos a distância e presenciais e também para atividades administrativas do Instituto, além de prestar assistência para a abertura e manutenção dos ambientes virtuais e para a capacitação de docentes para o uso da plataforma.

As salas virtuais fornecem suporte para o desenvolvimento das atividades acadêmicas de forma a garantir a qualidade do ensino ofertado, com as orientações iniciais, agenda de atividades, notícias, atividades permanentes, fóruns de dúvidas e demais ferramentas utilizadas na EaD: biblioteca virtual com textos para *download*, hiperlinks para videoaulas e documentários, infográficos, *Wikis* etc.

O processo de aprendizagem em formato EaD é produzido, executado e avaliado sob responsabilidade do Ifes/Cefor, com acompanhamento presencial e não presencial. Os momentos presenciais serão realizados nos polos de apoio presencial, no caso, no campus de Nova Venécia, contando com a mediação de um tutor presencial (coordenador do curso ou docente de área correlata). Os polos de apoio presencial deverão garantir espaços que permitam a interação, a constante reflexão, as atividades práticas, os debates, a avaliação dos conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes e colaborativos. A metodologia adotada deverá permitir o desenvolvimento do aluno por métodos socializantes, socioindividualizantes e individuais.

O Cefor entende que as atividades presenciais incluem: as avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos de conclusão de curso, conforme apontado no artigo 4º do Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Já nos momentos não presenciais, o processo de aprendizagem ocorrerá por meio do autoestudo e por meio da Internet, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), como explicado anteriormente. Além disso, poderão ser disponibilizados materiais impressos ou em meio digital e nas mais diversas mídias relacionadas aos conteúdos abordados nos componentes curriculares. Também serão utilizadas ferramentas síncronas (comunicação que se realiza ao mesmo tempo) ou assíncronas (com comunicação que não ocorre ou não se efetiva ao mesmo tempo) com os professores, professores-tutores e alunos.

6.2.2 Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

Os docentes que ministrarão disciplinas na plataforma Moodle deverão ter a formação de nível superior específica na área de atuação, conforme a Lei nº 9.394/1996; além disso, deverão passar por um processo de capacitação para a aquisição de conhecimento das ferramentas da modalidade de educação a distância, adotando práticas criativas e inovadoras para que o processo ensino-aprendizagem se torne mais enriquecedor e contribua no êxito dos discentes do curso.

De acordo com os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007, p. 20), em cursos a distância espera-se que os **docentes** sejam capazes de:

- a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;

- c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- e) elaborar o material didático para programas a distância;
- f) realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes;
- g) avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância.

Ainda que os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância não possuam força de lei, eles constituem um referencial norteador importante para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada. Esse documento circunscreve-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e das Portarias Normativas do MEC nº 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007.

Dessa forma, é necessário que o professor ou a equipe docente que atua em disciplinas e cursos em EaD tenha uma formação que o auxilie no cumprimento adequado da complexidade de tarefas que lhe são atribuídas. Conforme apontado em Brasil (2007, p. 20), é enganoso pensar que “programas a distância minimizam o trabalho e a mediação do professor. Muito pelo contrário (...) os professores veem suas funções se expandirem, o que requer que sejam altamente qualificados”. É fundamental, portanto, que o docente tenha domínio do conteúdo a ser ensinado e formação quanto ao uso de tecnologias digitais no contexto da educação visando auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, a fim de elaborar as estratégias de direcionamento de formação dos estudantes e de interação nas plataformas de aprendizagem, garantindo interações síncronas e assíncronas entre a equipe docente e os estudantes ao longo do desenvolvimento do curso.

Cabe à instituição indicar uma política de capacitação e atualização permanente tanto dos docentes quanto dos tutores e corpo técnico-administrativo de apoio à educação a distância. Há vários instrumentos legislativos e normativos que garantem a participação em programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, como aqueles que preveem a concessão de bolsas de estudo e pesquisa (Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006 e Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007), também no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes) e Sistema Escola Aberta do Brasil - Programa e-Tec Brasil (Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009 e Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010, respectivamente).

O Cefor/Ifes, além de realizar assessoria técnica e pedagógica e acompanhamento das ofertas de cursos na modalidade EaD, procura garantir espaços formativos que atendam tal demanda, com o oferecimento de cursos de formação, por meio de editais; citam-se, por exemplo: a Formação de Tutores para Educação a Distância e a Formação de Tutores e Orientadores de Monografia à Distância, bem como curso de Pós-Graduação em nível de Aperfeiçoamento em Tecnologias Digitais aplicadas à Educação (a distância) e de Design Educacional.

Na equipe multidisciplinar do Cefor, responsável pelo planejamento e realização dos cursos a distância, há dois docentes: o Professor Conteudista, que consiste num professor, preferencialmente, do Ifes com formação em área específica relacionada ao curso e/ou componente curricular, sendo responsável por elaborar o material didático e as atividades da disciplina; e o Professor Especialista, preferencialmente, professor do Ifes, responsável pelo planejamento e gerenciamento de todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem, da disciplina de sua responsabilidade, além de ser o responsável por esclarecer dúvidas, acompanhar e orientar os seus tutores a distância.

Considerando as exigências contidas na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 13, os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Ao docente cabe ainda desenvolver as atribuições e atividades detalhadas no Regulamento de Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação do Ifes. Mediante tais atribuições, o docente desenvolverá atividades de ensino, pesquisa, extensão, pedagógicas, orientação acadêmica, administração, representação e assistência.

6.2.3 Tutoria/Mediação e Interação (específica para cursos a distância):

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores a distância e compõe quadro diferenciado no interior das instituições. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância (BRASIL, 2007, p. 21)², algumas características e habilidades são necessárias aos tutores da Educação a Distância:

Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico dos conteúdos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam. O tutor presencial deve manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso.

[...] o corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos a distância e compõem quadro diferenciado, no interior das instituições. O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

A equipe do Cefor conta com dois professores-tutores na equipe multidisciplinar responsável pelo curso a distância. O Professor-Tutor a Distância é o profissional com formação em área específica relacionada ao curso e/ou componente curricular, responsável pela mediação da aprendizagem do estudante por meio do ambiente virtual de aprendizagem. Já o Professor-Tutor Presencial é o profissional com formação em área específica relacionada ao curso e/ou componente curricular, responsável pela orientação e acompanhamento dos alunos no polo de apoio presencial.

² BRASIL. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Ministério da Educação - Secretaria de Educação a Distância, Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf>> Acesso em: outubro/2019.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância (BRASIL, 2007) descrevem, ainda, a importância do corpo técnico-administrativo que tem por função oferecer o apoio necessário para a plena realização dos cursos/componentes ofertados atuando na sede da instituição junto à equipe docente responsável pela gestão do curso e nos polos descentralizados de apoio presencial. As atividades desempenhadas por esses profissionais envolvem duas dimensões principais: a administrativa e a tecnológica.

Na área tecnológica, os profissionais devem atuar nos polos de apoio presencial em atividades de suporte técnico para laboratórios e bibliotecas, como também nos serviços de manutenção e zeladoria de materiais e equipamentos tecnológicos. A atuação desses profissionais, nas salas de coordenação dos cursos, tem como principais atribuições o auxílio no planejamento do curso, o apoio aos professores conteudistas na produção de materiais didáticos em diversas mídias, bem como a responsabilidade pelo suporte técnico aos estudantes. Em relação à dimensão administrativa, a equipe deve atuar em funções de secretaria acadêmica, no registro e acompanhamento de procedimentos de matrícula, avaliação e certificação dos estudantes, envolvendo o cumprimento de prazos e exigências legais em todas as instâncias acadêmicas; bem como no apoio ao corpo docente e de tutores nas atividades presenciais e a distância, distribuição e recebimento de material didático, atendimento a estudantes usuários de laboratórios e bibliotecas, entre outros.

Os momentos presenciais das disciplinas ofertadas a distância realizados no campus contarão com a mediação de um tutor presencial com capacitação na área, sob responsabilidade do Cefor, no caso das disciplinas ofertadas integralmente em EaD.

Em relação aos sistemas de avaliação dos trabalhos do tutor/mediador pelos alunos e equipe do curso, esta é realizada através do Sistema Acadêmico, que se constitui numa plataforma de interação com os estudantes, responsável pelo controle acadêmico do Ifes. Através dele, o estudante pode, ainda, ter acesso a pedidos de matrícula, horário individual dos docentes, acompanhamento das notas e datas de prova, bem como do conteúdo de atividades disponibilizado pelos professores, data de apresentação de trabalhos, boletim, histórico, matriz curricular do curso, e permite, ainda, trocar mensagens com o professor ou com a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA). Tal plataforma propicia, também, a integração dos diários das disciplinas presenciais com a plataforma *Moodle*, caso o docente opte na utilização do mesmo para disponibilizar materiais aos estudantes, bem como para a realização de atividades a distância.

Assim, o Sistema Acadêmico possibilita ao estudante a “Avaliação Docente”, prevista em calendário acadêmico, realizada tanto no primeiro quanto no segundo semestre. Ela é feita através do preenchimento de um formulário pelo estudante e explora vários aspectos de atuação do professor/tutor, permitindo o estudante avaliar os trabalhos desempenhados pelos docentes e tutores/mediadores do curso. Essa avaliação é depois disponibilizada aos responsáveis da disciplina para que compreendam pontos fracos e fortes do seu trabalho e garantam a possibilidade de aperfeiçoamento do mesmo.

6.2.4 Material Didático (específico para curso EaD):

O material didático compreende os diversos recursos usados como ferramentas de aprendizagem, como animações, jogos, vídeos, tutoriais, ilustrações, webconferências, videoaulas e material impresso (MDI), propriamente dito (SILVA ; SILVA, 2012).

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância (BRASIL, 2007, p. 13),

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

Tais recursos atendem a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para atingir esses objetivos, é necessário que os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web, entre outros (BRASIL, 2007).

A metodologia utilizada pelo Cefor/lfes para a produção das disciplinas envolve, primeiramente, após período de capacitação, o planejamento das disciplinas pelos professores (conteudistas/especialistas) para que possam ser construídos os materiais didáticos (impresso, sala virtual e mídias). O pedagogo orienta a elaboração e oferta da disciplina, enquanto que o designer educacional orienta, revisa e aprova o planejamento dos materiais didáticos. A equipe de produção do Cefor/lfes, então, desenvolve os materiais e as mídias que retornam para a aprovação final do professor. Os materiais produzidos, como o mapa de atividades, material

impresso e os formulários da sala virtual e mídias são verificados por um profissional Revisor de textos.

Em geral, os recursos utilizados pelo Cefor são:

- **Manual do Aluno** - Material impresso e versão online: guia de orientação para a aprendizagem a distância, com orientação e técnicas de autoaprendizagem, além de informações acadêmicas e administrativas. Esse manual é disponibilizado em forma impressa e em mídia;
- **Livro didático**: os livros de textos básicos para as disciplinas ministradas no curso estão disponíveis nas bibliotecas dos polos presenciais;
- **Material impresso**: fascículos com o conteúdo de cada disciplina do curso, elaborados pelos professores especialistas responsáveis pelas respectivas matérias, conforme metodologia de educação a distância;
- **Multimídia** - CD/DVD-ROM: produção requerida em determinados cursos para apresentar situações, procedimentos, relatos, processos, simulações, jogos educacionais e outros.

Dessa forma, busca-se que a construção do material didático proporcione unidade entre os conteúdos trabalhados e garanta a interação entre os diferentes sujeitos envolvidos, estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento (BRASIL, 2007).

No ambiente virtual, o aluno conta com suporte dos Tutores a Distância, profissionais responsáveis pelo esclarecimento de dúvidas sobre conteúdos específicos das disciplinas de sua responsabilidade. Havendo dúvidas sobre a metodologia adotada, as avaliações ou, até mesmo, o conteúdo, o Professor Especialista, responsável pelo planejamento e pela execução da disciplina, poderá fazer os esclarecimentos necessários ou propor um planejamento diferenciado.

No caso de, eventualmente, surgirem problemas com a distribuição do material didático, a equipe multidisciplinar do Ifes/Cefor junto à figura do Coordenador do Curso, tomarão as medidas cabíveis para a mitigação e resolução dos problemas.

6.3 Estrutura Curricular

O Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes está estruturado em 9 (nove) semestres, com um conjunto de componentes curriculares obrigatórios e optativos, mensurados na forma de

créditos, desenvolvido em períodos semestrais, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos anuais previstos na Lei nº 9.394/96. Para efeitos de cálculo da carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de 15 (quinze) horas semestrais. Além disso, há também, como requisito obrigatório para conclusão da graduação, a necessidade de comprovar 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), que deverão ser cumpridas ao longo do Curso, cujo registro pode ser feito semestralmente ou apenas ao término do curso e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O currículo do curso foi elaborado em conformidade com as seguintes diretrizes legais para os cursos de licenciatura: Resolução CNE/CES nº 14/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia; Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; Resolução CNE/CP 01/2017, que altera o art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2/2015, Resolução do Conselho Superior do Ifes nº170/2016, que estabelece o núcleo comum dos Cursos de Licenciatura, assim como as demais resoluções e decretos que dispõem sobre a formação de professores para atuar na educação básica.

A inclusão do componente curricular Geografia Humana e Cultural do Brasil e Educação das Relações Étnicas Raciais abarcarão as premissas do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, estando em consonância com o que determina a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação.

O componente curricular Língua Brasileira de Sinais - Libras também atende às normas do Conselho Nacional de Educação, através da Lei nº. 10.436/2002, do Decreto Nº 5.626/2005 e da Orientação Normativa nº 03/2010, que altera e substitui a Orientação Normativa Nº 03/2009, que normatiza o núcleo comum dos cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo.

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

- ✓ Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares e do campo educacional;
- ✓ Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional;

- ✓ Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Os dois primeiros núcleos compreendem uma carga horária total de 2.200 horas. São as disciplinas específicas da área da Geografia, bem como as de formação geral e do campo educacional. Já o terceiro núcleo é formado pelas Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC), cuja carga horária é de 200 horas, mais 400 horas voltadas para atividades práticas articuladas com as disciplinas obrigatórias e mais 400 horas de estágio obrigatório supervisionado.

Buscando qualificar o processo de ensino-aprendizagem, o Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes estabelece pré-requisitos. Os pré-requisitos referentes aos componentes curriculares são elementos criados para impedir que um discente curse determinados componentes curriculares continuados ou que se relacionam nos conteúdos programáticos ao mesmo tempo.

Os componentes curriculares poderão ser ofertados integralmente ou parcialmente na modalidade à distância, desde que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, mas as avaliações são presenciais. A disciplina classificada nessa modalidade inclui métodos e práticas de ensino-aprendizagem incorporando o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação, buscando otimizar a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prevê encontros presenciais e atividades de tutoria. A tutoria dos componentes curriculares ofertados nessa modalidade é realizada por docentes qualificados, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

6.3.1 Matriz Curricular

1º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
Introdução à Filosofia	I e II	-	45	-	45	3
Leitura e Produção de Textos	I e II	-	60	-	60	4
Sociologia Geral	I e II	-	45	-	45	3
Formação do Mundo Contemporâneo I	I e II	-	60	-	60	4

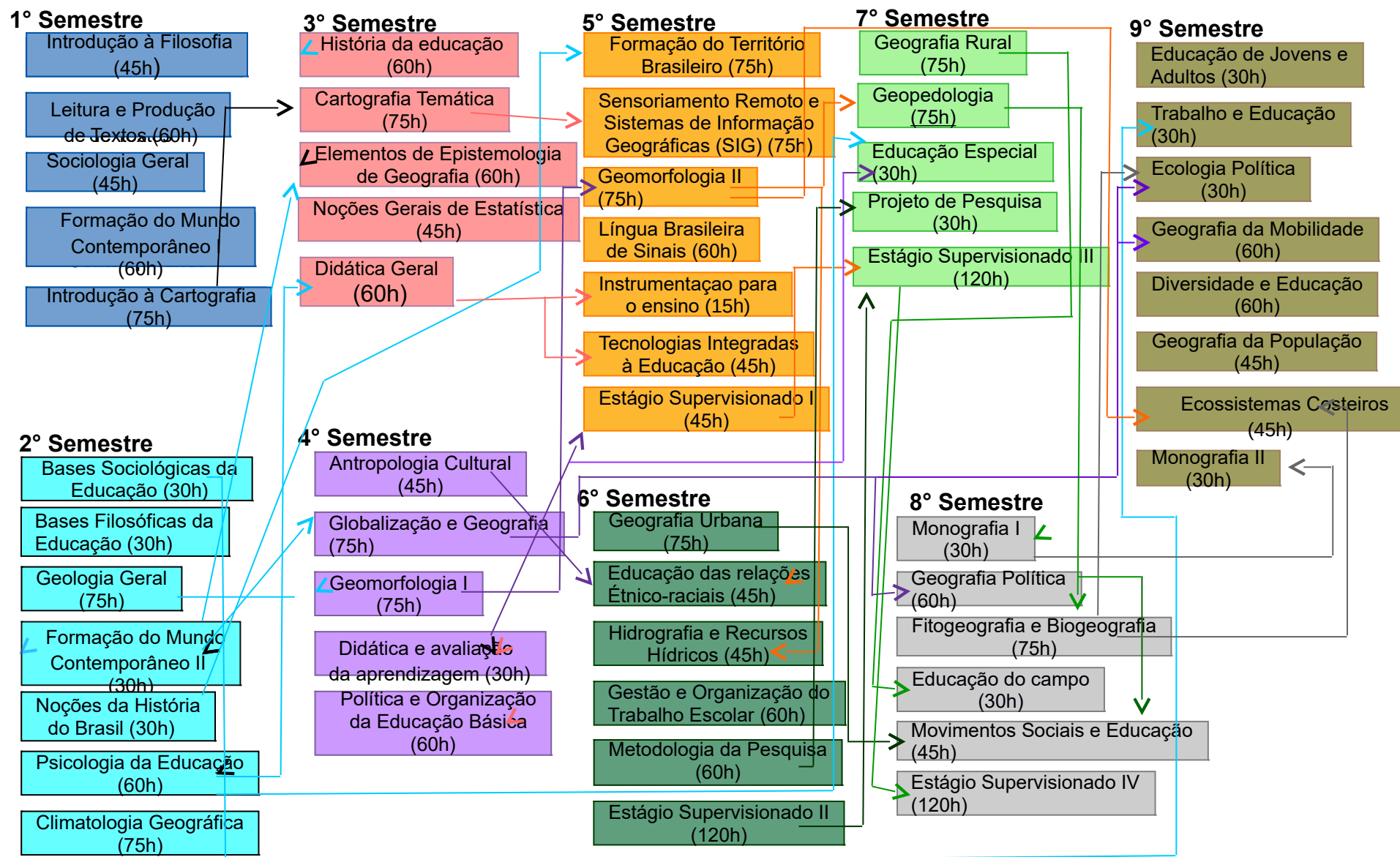
Introdução à Cartografia	I e II	-	75	-	75	5
<i>Total do período:</i>			285	-	285	19
2º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
Bases Sociológicas da Educação	I e II	-	30	-	30	2
Bases Filosóficas da Educação	I e II	-	30	-	30	2
Geologia Geral	I e II	-	75	-	75	5
Formação do Mundo Contemporâneo II	I e II	Formação do Mundo Contemporâneo I	30	-	30	2
Noções de História do Brasil	I e II	-	30	-	30	2
Psicologia da Educação	I e II	-	60	-	60	4
Climatologia Geográfica	I e II	-	75	-	75	5
<i>Total do período:</i>			330	-	330	22
3º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
História da Educação	I e II	Formação Mundo Cont. II	60	-	60	4
Cartografia Temática	I e II	Introdução à Cartografia	75	-	75	5
Elementos de Epistemologia de Geografia	I e II	Introdução à Filosofia/Formação Mundo Cont. II	60	-	60	4
Noções Gerais de Estatística	I e II	-	45	-	45	3
Didática Geral	I e II	Psicologia da Educação	60	-	60	4
<i>Total do período:</i>			300	-	300	20

4º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
Antropologia Cultural	I e II	-	45	-	45	3
Globalização e Geografia	I e II	Formação Mundo Cont. II	60	-	60	5
Geomorfologia I	I e II	Geologia e Climatologia Geográfica	75	-	75	5
Didática e Avaliação da Aprendizagem	I e II	Didática Geral	30	-	30	2
Política e Organização da Educação Básica	I e II	História da Educação	60	-	60	4
<i>Total do período:</i>			270		270	19
5º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
Formação do Território Brasileiro	I e II	Noções da História do Brasil	75	-	75	5
Sensoriamento Remoto e Sistema de Informações Geográficas (SIG)	I e II	Cartografia Temática	75	-	75	5
Geomorfologia 2	I e II	Geomorfologia I	75	-	75	5
Língua Brasileira de Sinais - Libras	I e II	-	-	60	60	4
Instrumentação para o Ensino	I e II	Didática Geral	15	-	15	1
Tecnologias Integradas à Educação	I e II	Didática Geral	45	-	45	3
Estágio Supervisionado I	I e II	Didática Geral / Didática e avaliação da aprendizagem	45	-	45	3
<i>Total do período:</i>			330	60	390	26
6º SEMESTRE						
Componente	Núcleo		CH	CH	Total	Créditos

Curricular		Pré-Requisito	Presencia I	CH a Distância		
Geografia Urbana	I e II	-	75	-	75	4
Educação das relações étnico-raciais	I e II	Antropologia Cultural/ Formação do Território Brasil.	45	-	45	3
Hidrografia e Recursos Hídricos	I e II	Geomorfologia II	45	-	45	3
Gestão e Organização do Trabalho Escolar	I e II	-	-	60	60	4
Metodologia da Pesquisa	I e II	-	60	-	60	4
Estágio Supervisionado II	-	Estágio Supervisionado I	120	-	120	8
<i>Total do período:</i>			345	60	405	26
7º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencia I	CH a Distância	Total	Créditos
Geografia Rural	I e II	-	75	-	75	4
Geopedologia	I e II	Geomorfologia II	75	-	75	5
Educação Especial	I e II	-	-	30	30	2
Projeto de Pesquisa	I e II	Metodologia de Pesquisa	30	-	30	2
Estágio Supervisionado III	-	Estágio Supervisionado II	120	-	120	8
<i>Total do período:</i>			300	30	330	21
8º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencia I	CH a Distância	Total	Créditos
Monografia I	I e II	Projeto de Pesquisa	30	-	30	2
Geografia Política	I e II	Globalização e Geografia	60	-	60	4

Fitogeografia e Biogeografia	I e II	Geopedologia	75	-	75	5
Educação do campo	I e II	Geografia Rural	30	-	30	2
Movimentos sociais e Educação	I e II	Geografia Rural/ Geografia Urbana	45	-	45	3
Estágio Supervisionado IV	-	Estágio Supervisionado III	120	-	120	8
<i>Total do período:</i>			360	-	360	24
9º SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito	CH Presencial	CH a Distância	Total	Créditos
Educação de Jovens e Adultos	I e II	-	30	-	30	2
Trabalho e Educação	I e II	Bases Sociológicas da Educação	30	-	30	2
Ecologia Política	I e II	Globalização e Geografia /Biogeografia	30	-	30	2
Geografia da Mobilidade	I e II	Globalização e Geografia	60	-	60	4
Diversidade e Educação	I e II	-	60	-	60	4
Geografia da População	I e II	-	45	-	45	3
Ecosistemas Costeiros	I e II	Geomorfologia II	45	-	45	3
Monografia II	I e II	Monografia I	30	-	30	2
<i>Total do período:</i>			330		330	22
Atividades Acadêmico-científico-culturais: 200						
Carga Horária Total à Distância: 150			Carga Horária Total Presencial: 2.850			
Carga Horária Total de Disciplinas: 3.000						
Carga Horária Total Obrigatória: 3.200						

6.3.2 Representação gráfica/fluxograma



6.3.3 Composição curricular

O currículo do Curso de Licenciatura em Geografia está organizado em conformidade com as determinações dos seguintes documentos legais:

- ✓ Resolução CNE/CES n° 14/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia;
- ✓ Lei n° 13.005/2014, que aprova Plano Nacional de Educação (PNE);
- ✓ Resolução CNE/CP n° 2/2015, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- ✓ Resolução CS/Ifes n° 170/2016, que estabelece o núcleo comum dos Cursos de Licenciatura do Ifes;
- ✓ Resolução do CS/Ifes n° 01/2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão do Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

Considerando o disposto na Resolução CNE/CP n° 2/2015, artigo 12, bem como na Resolução CS/Ifes n° 170/2016, a organização curricular abrange um núcleo de estudos de formação geral (núcleo comum dos cursos de Licenciatura do Ifes), um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional e outro núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular que propiciam, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do futuro professor. Os referidos núcleos deverão oferecer aos licenciandos, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação.

Seguindo esse direcionamento e atendendo ao disposto na meta 12 do PNE (Lei n° 13.005/2014), que prevê “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, na organização curricular do Curso de Licenciatura em Geografia 320 horas são voltadas para a curricularização de atividades de extensão.

Conforme explicado na Resolução CNE/CP nº 2/2015, artigo 13, inciso I, a prática como Componente Curricular (PCC) deve compreender “400 (quatrocentas) horas, distribuídas ao longo do processo formativo”. Partindo do princípio de que a prática como componente curricular constitui-se em um conjunto de atividades formativas que garante efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, além de proporcionar experiências docentes que deverão ocorrer desde o início do curso, na organização curricular do Curso de Licenciatura em Geografia essas horas apresentam-se distribuídas ao longo dos períodos e componentes curriculares (Tabela 9).

A carga horária total do curso é de 3.205 horas, sendo 2.600 horas de componentes curriculares gerais e atividades práticas, 405 horas de Estágio Supervisionado e 200 horas de Atividade Artístico-Científico-Culturais (AACC). O tempo de aula é de 60 minutos com três horas-aula por dia letivo. A carga horária do curso foi estruturada com aproximadamente 20 (vinte) semanas letivas.

Tabela 9 - Carga Horária Mínima para conclusão do curso distribuída por Núcleo de Formação

DESCRIÇÃO	CH	%
Núcleo de estudos de formação geral	2200	68,75
Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional		
Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular (AACC)	200	6,25
Estágio Supervisionado	405	12,5
Atividades práticas	400	12,5
Total (mínimo para obter a graduação)	3205	100

6.3.4 Disciplinas optativas e eletivas

Os componentes curriculares optativos não têm oferta regular prevista, pois dependem da disponibilidade dos docentes do colegiado (em termos de disponibilidade de carga horária) e da demanda dos discentes. A carga horária dos componentes curriculares optativos pode ser utilizada para compor as 200 (duzentas) horas complementares em atividades acadêmico-científico-culturais, conforme consta no Anexo II.

Componente Curricular	Pré - Requisito	CH Presencial	CH a distância	Créditos	Total
Geoprocessamento	Sensoriamento Remoto e Sistemas de	30	-	2	30h

	Informações Geográficas (SIG)				
Geografia Física do Brasil	Geopedologia	30	-	2	30h
Agroecologia na Educação Básica	Geopedologia	30	-	2	30h
Manejo Ecológico dos Solos Tropicais	Geopedologia	45	-	3	45h
Técnicas de Trabalho de Campo	Geopedologia	45	-	3	45h
Geografia e Planejamento	Geografia Urbana	30	-	2	30h
Tópicos Especiais de Ensino/Geografia	-	30	-	2	30h
Língua Inglesa	-	30	-	2	30h

6.3.5 Ementário das disciplinas

Disciplina: Introdução à Filosofia
Carga Horária: 45 horas
Período: 1º
Ementa: Origem do pensamento filosófico: do mito ao <i>logos</i> . A relação homem–mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a filosofia como saber reflexivo e crítico. As principais partes do estudo filosófico; as principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas;
Bibliográfica básica:
CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à Filosofia . São Paulo: Editora Ática, 2010.
CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é Ideologia . São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
ZIMMER, Robert. Portal da Filosofia. Volume 1 . São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
ZIMMER, Robert. Portal da Filosofia. Volume 2 . São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.
Bibliografia complementar:
ADORNO, Theodor W. Indústria Cultural e Sociedade . São Paulo: Paz e Terra, 2009.
ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento . Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: Introdução a Filosofia . São Paulo: Editora Moderna, 2009.
AREDNT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**. Nova Sobre Política. São Paulo: Editora Autentica, 2015.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. São Paulo: Editora Autentica, 2008.

BUTLER, Judith. **Relatar a Si Mesmo**. São Paulo: Editora Autentica, 2015.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio Sobre o Homem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

CHALMERS, Alan Francis. **O que é a Ciência Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e Esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O que é a Filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Mil Platôs. Volume 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Mil Platôs. Volume 2**. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Mil Platôs. Volume 3**. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **Mil Platôs. Volume 5**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

_____. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. São Paulo: Autores Associados, 2015.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. Caixa com 12 Volumes. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

MARTINS, José Antonio. **Filosofia Política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

MARX, Karl. **Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1985-1846. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falava Zaratrusta**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante**: 5 Lições Sobre a Emancipação Intelectual. São Paulo: Editora Autentica, 2015.

Carga Horária: 60 horas
Período: 1º
Ementa: Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático). Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo científico e relatórios.
Bibliográfica básica: INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicado aos textos . São Paulo: Scipione, 2006. ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE GNERRE, Maria Bernardete Marques. Um olhar objetivo para produções escritas : analisar, avaliar, comentar. São Paulo: Moderna, 2002. WACHOWICZ, Teresa Cristina. Análise linguística nos gêneros textuais . São Paulo: Saraiva, 2012. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica : a prática de fichamentos, resumos resenhas. São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia complementar: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CEREJA, William Roberto. Gramática reflexiva : texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2009. CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa . São Paulo: Scipione, 2009. LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira . São Paulo: Globo, 2002. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo, Atlas, 2009.
Disciplina: Sociologia Geral
Carga Horária: 45 horas
Período: 1º
Ementa: As condições históricas do surgimento da sociologia. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a situação intelectual. A sociologia como ciência. O objeto da sociologia, a identidade sujeito-objeto, a diversidade de abordagens – principais autores, as abordagens como sistematização de visões de mundo, os princípios de integração e contradição.
Bibliográfica básica: IDEMO, Pedro. Introdução à sociologia : complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002. ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos . Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARX, Karl. **Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1985-1846. São Paulo: Boitempo, 2006.

Bibliografia complementar:

WEBER, **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Disciplina: Formação do Mundo Contemporâneo I

Carga Horária: 60 horas

Período: 1º

Ementa: A baixa Idade Média e a transição do feudalismo ao capitalismo; a Reforma Protestante; o Renascimento e as origens do Estado Absolutista; o Iluminismo; as Revoluções Burguesas; A Revolução Industrial; A independência dos Estados Americanos; o Imperialismo europeu sobre a África e a Ásia.

Bibliográfica básica:

HOBBSAWM, Eric. **Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

_____. **Era dos Impérios (1875-1914)**. A Era dos Impérios. Paz e Terra, 2006.

Bibliografia complementar:

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1870**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, George. **1789: o surgimento da Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **Histórias das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

MICELI, Paulo. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Atual, 1987.

Disciplina: Introdução à Cartografia

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 1º

Ementa: A cartografia na Geografia: cartografia geral e cartografia geográfica. Elementos básicos para leitura e interpretação de cartas topográficas: fenômenos geográficos e suas representações gráficas e cartográficas; projeções cartográficas e sistema de referência terrestre; escala e generalização cartográfica. Prática laboratorial e uso de instrumentos analógicos da Cartografia.

Bibliográfica básica:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FERNAND, Jolly. **A cartografia**. Campinas: Editora Papirus, 1985.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**. Iniciação cartográfica na Escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes**. Faça você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

_____. **Mapas de Geografia e cartografia temática**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MENEZES, Paulo Márcio Leal; FERNANDES, Manuel do Couto. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Disciplina: Bases Sociológicas da Educação

Carga Horária: 30 horas

Período: 2º

Ementa: Introdução ao estudo da Sociologia: contexto histórico de seu surgimento, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Os Clássicos Sociológicos e a Educação. Principais conceitos da sociologia clássica e a relação destes com a escola e o educador. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI. Conexões entre processos socioculturais e educação.

Bibliografia básica:

CARNIEL, Fagner; FEITOSA, Samara (Org.). **A sociologia em sala de aula: diálogos sobre**

o ensino e suas práticas. 1. ed. Curitiba: Base Editorial, 2012. 176 p.

GUIMARÃES, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcaño. **Educar pela sociologia**: contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012. 168 p.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RODRIGUES, Alberto. **Sociologia da Educação**. 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TURA, Maria de Lourdes (org.) **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Bibliografia complementar:

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2002. 237 p. ISBN 9788502027176 (broch.)

TOLOMIO, Cristiano. **Sociologia**: EJA. 1. ed. São Paulo: Didática Suplegraf, 2009. 64 p.

DEMO, Pedro. **Introdução à Sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 382 p. ISBN 9788522433124

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6.ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Bases Filosóficas da Educação

Carga Horária: 30 horas

Período: 2º

Ementa: Introdução a Filosofia. A Filosofia e o pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.

Bibliográfica básica:

ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

DALBOSCO, Claudio A.; PAGNI, Pedro A.; GALLO, Sílvio (Org.). **Filosofia da educação como praxis humana**: homenagem a Antônio Joaquim Severino. São Paulo: Cortez, c2016. 303 p. ISBN 9788524924712 (broch.).

COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. **Fundamentos da educação**: história e filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979. 336 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

Bibliografia complementar:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2014.

COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. **Fundamentos da educação**: história e filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979. 336 p.

DALBOSCO, Claudio A.; PAGNI, Pedro A.; GALLO, Sílvio (Org.). **Filosofia da educação como práxis humana**: homenagem a Antonio Joaquim Severino. São Paulo: Cortez, c2016. 303 p. ISBN 9788524924712 (broch.).

Disciplina: Geologia Geral

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 60h/ CH Prática: 15h)

Período: 2º

Ementa: Princípios gerais de geologia; origem e evolução do Universo; estruturação interna da Terra; escala de tempo geológico; tectônica de placas; minerais e rochas; dinâmica interna: magma, vulcanismo, terremotos; tectônica de placas e epirogênese; noções de geologia estrutural e teorias geotectônicas; noções de geologia histórica e estratigráfica; processos exógenos e dinâmicas externas.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas laboratoriais e instrumentais e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para Entender a Terra**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

POPP, José Henrique. **Geologia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TEIXEIRA, Wilson et al (Org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2000.

Bibliografia complementar:

FOSSEN, Haakon; ANDRADE, Fábio Ramos Dias de. **Geologia Estrutural**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

GILL, Robin. **Rochas e processos ígneos**: um guia prático. Porto Alegre, Bookman, 2014.

JERRAM, Dougal; PETFORD, Nick. **Descrição de rochas ígneas**: guia geológico de campo. Porto Alegre, Bookman, 2014.

MENEZES, Sebastião de Oliveira. **Rochas**: manual fácil de estudo e classificação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

PRESS, Frank et al. **Para entender a terra**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia Sedimentar**. São Paulo: Edgar Bluncher, 2003.

WERNICK, Eberhard. **Rochas Magmáticas**. São Paulo: UNESP, 2004.

WICANDER, Reed; MONROE, James S. **Fundamentos de geologia**. São Paulo, Cengage Learning, 2009.

Disciplina: Formação do Mundo Contemporâneo II

Carga Horária: 30 horas
Período: 2º
Ementa: O período Entre Guerras: a Revolução Bolchevique, a crise de 1929, e a ascensão do nazifascismo; a Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria: a geopolítica do Mundo Bipolar, a independência dos Estados Africanos e Asiáticos e os conflitos no Terceiro Mundo; o fim do Bloco Soviético e o nascimento da Nova Ordem Mundial.
Bibliográfica básica:
HOBBSAWN, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1989). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
REIS FILHO, Daniel Aarão. O Século XX: o tempo das incertezas. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
FERRO, Marc. Reviravolta da história: a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
Bibliografia complementar:
BROWN, Archie. Ascensão e queda do comunismo. Rio de Janeiro: Record, 2011.
HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
_____. Revolucionários: ensaios contemporâneos. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
_____. Nações e nacionalismos desde 1870. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
IMONCIC, Flavio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Grande Depressão: política e economia na década de 1930: Europa, Américas, África e Ásia. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.
MAGNOLI, Demétrio (Org.). Histórias das guerras. São Paulo: Contexto, 2006.
PIPES, Richard. História concisa da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.
REYNOLDS, David. Cúpulas: seis encontros que moldaram o século XX. Rio de Janeiro: Record, 2013.
SNYDER, Tomothy. Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin. Rio de Janeiro: Record, 2012.
TAYLOR, Frederic. Muro de Berlim: um mundo dividido (1961-1989). Rio de Janeiro: Record, 2009.

Disciplina: Noções de História do Brasil
Carga Horária: 30 horas
Período: 2º
Ementa: O Período Colonial: o Brasil sob domínio português (1500 – 1822) – A independência e o Brasil Império (1822-1889) - A república oligárquica e a política do café com leite (1889-1930) – A Era de Vargas e o início da industrialização (1930-1945) – A

Segunda República (1945-1964) – A Ditadura Militar (1964-1985) – A redemocratização e o período pós-1985.

Bibliográfica básica:

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14a ed. São Paulo: Edusp, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bibliografia complementar:

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PRADO JÚNIOR. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

Disciplina: Psicologia da Educação
Carga Horária: 60 horas
Período: 2º
Ementa: Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Aprendizagem e processos educacionais. Questões contemporâneas em psicologia da educação.
Bibliográfica básica:
CUNHA, Marcos Vinícius da. Psicologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação : fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2009.
MOREIRA, Marco A. Teorias da Aprendizagem . São Paulo: EPU, 2011.
SALVADOR, César Coll et al. Psicologia do Ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.
COLL, César; PALACIUS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação 2 : psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
Bibliografia complementar:
ALBERNAZ, Jussara Martins. Mundo visual, desenvolvimento e aprendizagem : mudanças

conceituais e novas abordagens teóricas. Vitória: EDUFES, 2010.

COLL, César; PALACIUS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação 3**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BURUCHIVITCH, Evely; Bzuneck, José Aloyseo (Org.). **Aprendizagem: processos psicológicos e contexto social na escola**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEONTIEV, Alexis et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2013.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985 (verificar ano).

SALVADOR, César Coll. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

Disciplina: Climatologia Geográfica

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 60h/ CH Prática: 15h)

Período: 2º

Ementa: Objetivos e campos de estudos para a Climatologia Geográfica. A atmosfera terrestre: composição, massa e estrutura. Fatores e elementos integrados do clima: radiação, temperatura e precipitação. Circulação atmosférica. Classificações climáticas: abordagens. Distribuição dos climas do mundo. Microclimas. Variações e mudanças climáticas. Interações e repercussões das atividades humanas com o clima.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas instrumentais e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

AYODE, J. O.. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. Lisboa: Bertrand, 2015.

CONTI, José Bueno. **Clima e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Atual/ Saraiva, 2011.

MEDONÇA, Francisco; OLIVEIRA, Dani; MORESCO, Inês. **Climatologia: Noções Básicas e Climas do Brasil**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2007.

Bibliografia complementar:

FERRETTI, Eliane Regina. **Geografia em ação: práticas em Climatologia**. Curitiba: Aymar, 2012.

BARRY, Roger G; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, Tempo e Clima**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013.

CAVALCANTI, Nelson J. **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2009.

CHRISTOPERSON, Robert W. **Geossistemas: Uma Introdução a Geografia Física**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2012.

MARENGO, José A. **Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a**

Biodiversidade. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2007. Disponível em http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/prod_probio/Livro2_completo.pdf

MONTEIRO; Carlos Augusto de Figueiredo; MEDONÇA, Francisco. **Clima Urbano.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Introdução à Climatologia.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VENTURI, Luís Antonio Bittar. **Geografia: Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula.** São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

Disciplina: Climatologia Geográfica

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 60h/ CH Prática: 15h)

Período: 2º

Ementa: Objetivos e campos de estudos para a Climatologia Geográfica. A atmosfera terrestre: composição, massa e estrutura. Fatores e elementos integrados do clima: radiação, temperatura e precipitação. Circulação atmosférica. Classificações climáticas: abordagens. Distribuição dos climas do mundo. Microclimas. Variações e mudanças climáticas. Interações e repercussões das atividades humanas com o clima.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

AYODE, J. O. **Introdução à Climatologia para os Tópicos.** Lisboa: Bertrand, 2015.

CONTI, José Bueno. **Clima e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Atual/ Saraiva, 2011.

MENDONÇA, Francisco; OLIVEIRA, Dani; MORESCO, Inês. **Climatologia: Noções Básicas e Climas do Brasil.** São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2007.

Bibliografia complementar:

BARRY, Roger G; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, Tempo e Clima.** Porto Alegre: Editora Bookman, 2013.

CAVALCANTI, Nelson J. **Tempo e Clima no Brasil.** São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2009.

CHRISTOPERSON, Robert W. **Geossistemas: Uma Introdução a Geografia Física.** Porto Alegre: Editora Bookman, 2012.

MARENCO, José A. **Mudanças Climáticas Globais e seus efeitos sobre a Biodiversidade.** Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2007. Disponível em http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/prod_probio/Livro2_completo.pdf

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MEDONÇA, Francisco. **Clima Urbano.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Introdução a Climatologia.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VENTURI, Luís Antonio Bittar. **Geografia: Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula.**

São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

Disciplina: História da Educação

Carga Horária: 60 horas

Período: 3º

Ementa: História da Educação como campo específico do conhecimento; contextos da educação mundial: das primeiras civilizações ao Mundo Moderno; a educação brasileira analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em diferentes momentos da História do Brasil e suas relações com o contexto da educação mundial; a repercussão desses movimentos na configuração de teorias e práticas educacionais.

Bibliográfica básica:

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 497 p.

GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUFU, 21 cm. 303 p. (Coleção Memória da Educação.). ISBN 8574961248 (broch.)

Bibliografia complementar:

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 497 p.

GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUFU, 21 cm. 303 p. (Coleção Memória da Educação.). ISBN 8574961248 (broch.)

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Disciplina: Cartografia Temática

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 3º

Ementa:

Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos; representações cartográficas sintéticas: síntese por sobreposição, tratamento gráfico da informação, coremas; o papel da cartografia temática na produção do conhecimento geográfico. A carga horária prática será desenvolvida, através de práticas pedagógicas voltadas à produção de materiais didáticos, na perspectiva da alfabetização geográfica.

Bibliográfica básica:

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes**. Faça você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

_____. **Mapas de Geografia e cartografia temática**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FERNAND, Jolly. **A cartografia**. Campinas: Editora Papirus, 1985.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

_____. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**. Iniciação cartográfica na Escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp: 2014.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**. O homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: Elementos de Epistemologia de Geografia

Carga Horária: 60 horas

Período: 3º

Ementa:

O desenvolvimento dos saberes geográficos na história da humanidade; a Modernidade, o conhecimento do mundo e os avanços dos saberes geográficos; A consolidação da Geografia no meio acadêmico-científico no século XIX; a Geografia e sua relação com as Ciências Humanas e com as Ciências da Natureza; as diferentes escolas do pensamento geográfico: contexto histórico, influências filosóficas e propostas de definição de objeto e método; principais conceitos e categorias da geografia (espaço, território, lugar, paisagem e região).

Bibliográfica básica:

MEDONÇA, Francisco. **Geografia Física: Ciência Humana**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Bibliografia complementar:

CORRÊA, Roberto Lobato; RODENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2014.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Papyrus, 19985.

RIBEIRO, Guilherme; HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes. **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014.

Disciplina: Noções Gerais de Estatística
Carga Horária: 45 horas
Período: 3º
Ementa: Elementos estatísticos: método estatístico e fases do método estatístico (coleta de dados, crítica, apuração, exposição, análise e divulgação); população, amostra, amostragem e variável; séries estatísticas: diferentes tipos de tabelas; gráficos estatísticos; distribuição de frequência; medidas de posição; medidas de dispersão ou variabilidade; medidas de assimetria e curtose; aplicação básica de probabilidade.
Bibliográfica básica:
CRESPO, Antonio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística Geral e Aplicada . São Paulo: Editora Atlas, 2014.
CAMPOS, Celso Ribeiro; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti; JACOBINI, Otavio Roberto. Educação Estatística . Belo Horizonte: Editora Autentica, 2013.
Bibliografia complementar:
CAMPOS, Mauro Cesar Martins. Introdução à probabilidade e estatística . Vitória: UFES - Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2009.
LEVINE, David M. Estatística - Teoria e Aplicações Usando Microsoft Excel . Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.
LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. Matemática aplicada na educação profissional . Curitiba: Base Editorial, 2010.
MARTINS, Gilberto de Andrade; DA FONSECA, Jairo Simon. Curso de Estatística . São

Paulo: Editora Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Franscisco Estevan Martins de. **Estatística e Probabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Magno Alves de. **Probabilidade e estatística: um curso introdutório**. Brasília: IFB, 2011.

HAZZAN, Samuel; IEZZI, Gelson; DEGENSZAJN, David. **Fundamentos de Matemática Elementar: Volume 11.2ª Edição**. São Paulo: Editora Atual, 2013.

Disciplina: Didática Geral

Carga Horária: 60 horas

Período: 3º

Ementa:

Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem; Planejamento pedagógico: diferentes dimensões; Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação; As relações entre professor, aluno e aprendizagem.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MOREIRA, Marco A. **Teorias de aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2011.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Beatriz (Org.) et al. **Ensinar: tarefa para profissionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei (Org.) et al. **Currículo e processos formativos: experiências, saberes e culturas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Saberes implicados, saberes que formam: a diferença em perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Noemi Salgado. **Educação transdisciplinar e a arte de aprender: a pedagogia do autoconhecimento para o desenvolvimento humano**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

Disciplina: Antropologia Cultural

Carga Horária: 45 horas

Período: 4º

Ementa: Cultura como rede de significados compartilhados. Cultura como expressão política da inserção social dos diferentes grupos que compõem a sociedade: a ideia de diversidade. O olhar distanciado e a observação participante: a metodologia do trabalho de campo. Relativismo e etnocentrismo: a utilização do conceito de cultura para compreensão da relação entre diferentes grupos sociais.

Bibliografia básica:

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Bibliografia complementar:

DA MATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues**. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 23-35.

_____. **A antropologia no quadro das ciências**. In: *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo**. A noção de bruxaria como explicação de infortúnio. In: *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 49-60; 243-255

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

INGOLD, Tim. **Humanidade e animalidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28: 39-53. 1995. Disponível em http://www.biolingagem.com/ling_cog_cult/ingold_1994_humanidade_animalidade.pdf

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: EDUSC, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALINOWSKI, B. **Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa**. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978. p. 17-34.

MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **“O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte I)”** In Mana 3/1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 41-73. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>

VELHO, Gilberto (1981) **Observando o familiar**. In: Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 121-132.

Disciplina: Globalização e Geografia

Carga Horária: 60 horas

Período: 4º

Ementa:

Globalização e desenvolvimento do capitalismo; as novas divisões internacionais do trabalho e a reconfiguração das relações centro-periferia; A ascensão do neoliberalismo, o papel das grandes corporações e das entidades supranacionais na geopolítica mundial; os blocos econômicos e a ampliação da fluidez; Globalização e os novos focos de tensão: guerras, conflitos e crise no mundo. A unidade heterogênea: a fragmentação do mundo globalizado, as regionalizações do espaço mundial: o Planeta Dividido em Mundos.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como a produção de material didático e paradidático.

Bibliografia básica:

HAESBAERT, Rogério; Porto-Gonçalves. **A Nova Des(Ordem) Mundial**. Niterói: Editora Eduff, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff, 2013.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

Bibliografia complementar:

BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FERRO, Marc. **Reviravolta da história: a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

_____. **Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **Histórias das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

REYNOLDS, David. **Cúpulas: seis encontros que moldaram o século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX**. O Tempo das Incertezas. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. São Paulo: Editora Record, 2010.

Disciplina: Geomorfologia I
Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)
Período: 4º
<p>Ementa: Bases conceituais da Geomorfologia. Teorias Geomorfológicas. Gênese, dinâmica e evolução do relevo e do modelado terrestre. Relação entre o relevo e a litologia, associada às propriedades físicas e químicas dos diferentes tipos litológicos. Processos endógenos de elaboração do relevo terrestre. Os compartimentos morfoestruturais do território brasileiro. Processos físicos e antrópicos que atuam na esculturação, forma e evolução do relevo. Estruturas e relevos derivados: relevos em bacias sedimentares, em estrutura dobrada, dômica, falhada, em escudo antigo, vulcânica e cárstico.</p> <p>Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como a produção de material didático e trabalho de campo.</p>
<p>Bibliográfica básica:</p> <p>COELHO, A. L. N.; GOULART, Antonio Celso de Oliveira; BERGAMASCHI, R. B & TEUBNER JR, F J. Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves/UFES, 2012.</p> <p>FLORENZANO, Teresa Galloti. Geomorfologia: Conceitos e Tecnologias Atuais. São Paulo. Editora Oficina de Textos, 2008.</p> <p>IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Manual técnico de geomorfologia. Rio de Janeiro : IBGE, 2009. 182 p. – (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5)</p> <p>ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2015.</p> <p>_____. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. São Paulo: Editora Contexto, 2015.</p> <p>TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B; MELFI, A. J. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.</p> <p>TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; NETO, Roberto Marques; MENEZES, Sebastião de Oliveira. Introdução à Geomorfologia. São Paulo: Editora Cengage, 2012.</p> <p>Definidos a partir das temáticas escolhidas e apresentadas no Plano de Ensino.</p>

Bibliografia complementar:

AB´SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo: Editora Blucher, 1980.

CUNHA, Sandra Batista da & GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia: Exercícios, Técnicas e Aplicações**. Lisboa: Editora Bertrand, 2010.

_____. **Geomorfologia do Brasil**. Lisboa: Editora Bertrand, 1998.

GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia Urbana**. São Paulo. Editora Oficina de Textos, 2011.

NUNES, Bernardo de Almeida et al. **Manual Técnico de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1994.

PENTEADO, Margarida. **Fundamentos de Geomorfologia**. IBGE: Rio de Janeiro, 1984. p. 133-148

Disciplina: Didática e Avaliação da Aprendizagem

Carga Horária: 30 horas

Período: 4º

Ementa: Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.

Bibliografia Básica:

ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (Org.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TENÓRIO, Robison Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai de Magalhães (Org.). **Avaliação e resiliência**: diagnosticar, negociar e melhorar. Salvador: EDUFBA, 2012.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Maria Palmira Carlos. **Currículo e avaliação**: uma perspectiva integrada. Porto, PT: Porto Editora, 2004.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (Org.). **Avaliação educacional**: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009.

PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TENÓRIO, Robison Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda (Org.). **Avaliação e decisão: teorias, modelos e usos.** Salvador: EDUFBA, 2011.

Componente Curricular: Política e Organização da Educação Básica

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa:

Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino.** São Paulo: Editora Avercamp, 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, c1997.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade.** 7. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Maria Couto (Org.). **Gestão educacional nos municípios: entraves e perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2009.

HELENE, Otaviano A. M. **Um diagnóstico da educação brasileira: e de seu financiamento.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MEDEL, Cassia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e Consentimento.** A Política Educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados, 2002.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** Campinas, SP: Autores Associados, Plano Editora, c2004.

Disciplina: Formação do Território Brasileiro

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 5º

Ementa: O processo de formação do território brasileiro. Heranças coloniais sobre o território e população brasileira. Formação da sociedade urbano-industrial brasileira. A heterogeneidade socioeconômica e cultural do território brasileiro e seus contrastes regionais. A diversidade étnica da população brasileira. Tradição x modernidade: os diferentes atores sociais que compõem a sociedade brasileira e suas respectivas

territorialidades.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e produção de material didático.

Bibliografia básica:

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazonas** – 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio Nunes Guimarães. **Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste**. Campinas: Textos Nepo, 1997. Disponível em https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_33.pdf

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil** – 2ª Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia Por Uma Re(li)gião**. São Paulo: Boinotempo Editorial, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil** – 43ª Edição - 2012. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

SANTOS, Milton, e, SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: **Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2010.

Bibliografia complementar:

BACKER, Bertha K. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia do Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. São Paulo, Global, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos** – 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2014.

SANSONE, Lívio. **Negritude Sem Etnicidade: O Local e Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra do Brasil**. Salvador: Edufba, 2004.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto, Nem Branco, Muito Pelo Contrário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Disciplina: Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográficas (SIG)

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 5º

Ementa: Introdução e histórico ao sensoriamento remoto. Importância e principais aplicações. Conceitos e princípios físicos do sensoriamento remoto, radiação eletromagnética (REM), interação da REM com os elementos dispostos na superfície terrestre: água, solo, vegetação, áreas urbanas. Plataformas, sistemas e sensores. Tipos de satélites. Fotografias aéreas e imagens orbitais. Interpretação de imagens. Sensoriamento Remoto e educação. Sistemas e aplicativos. Sistemas Gratuitos. Utilização de Interfaces geográficas e do Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES) na educação.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas laboratoriais e instrumentais e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

BLASCHKE, Thomas, e KUX, Hermann. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

_____. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

GALDOLFI, Nilson, e Zuquette, Lázaro V. **Cartografia Geotécnica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

KUX, Hermann; BLASCHKE, Thomas (Org.). **Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de sistemas de informações geográficas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

ROSA, Roberto. **Introdução ao sensoriamento remoto**. 7. ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Bibliografia complementar:

DI MAIO, Angelica Carvalho. **Geotecnologias Digitais no Ensino Médio: avaliação prática de seu potencial**. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2004. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100075/dimaio_ac_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acessado em 16/07/2019.

FERNAND, Jolly. **A cartografia**. Campinas: Editora Papirus, 1985.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIU, William Tse-Horng. **Aplicações de sensoriamento remoto**. Campo Grande: UNIDERP, 2007.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes**. Faça você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de, e FERNANDES, Manuel do Couto. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MOREIRA, Maurício A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 4. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2011.

TULER, Marcelo, e SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Disciplina: Geomorfologia II

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 5º

Ementa: Importância do clima sobre as formas de relevo. As oscilações climáticas do Quaternário e suas influências no modelado. Processos exógenos de elaboração do relevo: pedogênese e morfogênese. A dinâmica da água na superfície, a atuação dos processos erosivos e as vertentes. Morfogênese fluvial e litorânea. Modelado das regiões intertropicais, zonas secas, latitudes médias e subtropicais. Natureza e características dos processos morfoclimáticos e os grandes conjuntos morfoclimáticos do globo. Classificações do relevo brasileiro.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como a produção de material didático e trabalho de campo.

Bibliográfica básica:

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 2015.

FLORENZANO, T. A. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos.

TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R.; MENEZES, S de O. Geomorfologia fluvial. In: **Introdução à Geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Coleção Textos básicos de Geografia. p. 145-174.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B; MELFI, A. J. Rios e processos aluviais. In: **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150

Bibliografia complementar:

AB´SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São

Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

_____. **Brasil, paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense, patrimônios básicos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BIGARELLA, João José e SUGUIO, Kenetiro. **Ambiente fluvial.** Curitiba, UFPR, 1979.

BIGARELLA, João José. BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. dos. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais.** Santa Catarina. Editora da UFSC. Vol. 1, 1994.

_____. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais.** Santa Catarina. Editora da UFSC. Vol. 2, 1996. p. 448.

BIGARELLA, João José. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais.** Santa Catarina. Editora da UFSC. Vol. 3, 2003. p. 425.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial.** São Paulo: Edgard Blücher, 313 p. 1981.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Análise morfométrica das bacias hidrográficas. In: **Boletim Geográfico**, (220), Rio de Janeiro, IBGE, 1971, p. 131-159. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201971%20v30%20n220.pdf>>

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Ambiente.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

DIETRICH, S.; MASCARENHAS S.; VALEIRAS, N.(et al). **Estudo de Bacias Hidrográficas.** São Paulo, SP. Ed. Rima, 2003.

PORTO, Rubem La Laina. **Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos.** Porto Alegre : ABRH, 2002. 419p.

RODRIGUES, C.; ADAMI, S. Técnicas fundamentais para o estudo de bacias hidrográficas. In: VENTURI, L. A. B.. (Org.). **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório.** São Paulo: Oficina de Textos, 2005, v. , p. 147-166.

SILVA, J. de P.; RODRIGUES, C. Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros. **Revista de Geografia** (Recife), v. Vol. 2, p. 220-235, 2011. Disponível em: < www.revista.ufpe.br > Página inicial > Vol. 27, No 3 (2010) > Silva >

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - Libras

Carga Horária: 60 horas

Período: 5º

Ementa: Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN. Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Ação pedagógica junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. A importância da avaliação: finalidade e objetivos. Processo histórico educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais - Libras (parâmetros fonológicos, léxico da

morfologia; diálogos contextualizados).

Bibliográfica básica:

LACERDA, C.B.F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos**: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, 69, vol. 26, p.163-184, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>

QUADROS, Ronice M. **Educação de Surdos a Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GOES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2012.

MASCARENHAS, Luiza Teles. **Encontro entre surdos e ouvintes na escola regular – desafiando fronteiras**. Niterói: EDUFF, 2016.

Bibliografia complementar:

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças**: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. Recife: Editora do Autor, 2007.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2013.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2012.

LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho: discursos e contradições**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Práticas de Inclusão Escolar: Um Diálogo Multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2016.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 2. ed. - Porto Alegre: Mediação, 1999.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de; QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**: [TISLR 9]. Petrópolis: Arara azul, 2008.

Componente Curricular: Instrumentação para o Ensino

Carga Horária: 15 h

Período: 5º

Ementa:

Estratégias de ensino; produção de material didático; utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no processo de ensino aprendizagem; espaços não formais de ensino.

Bibliografia Básica:

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. 1. ed. Campinas:

Papirus, 2012.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e respostas**. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar:

CASTELLAR, Sônia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2016.

_____. **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2014.

MAIA, Diego Correa. **Ensino de Geografia em Debate**. Salvador: Edufba, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

Disciplina: Tecnologias Integradas à Educação

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 35h/ CH Prática: 10h)

Período: 5º

Ementa: Abordagens pedagógicas no uso do computador. Planejamento e elaboração de ferramentas de ensino/aprendizagem. Noções de educação à distância. Utilização de ferramentas tecnológicas favoráveis à construção de conhecimento. Criação de objetos digitais que auxiliem na construção do saber em ambiente presencial ou à distância.

Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas de laboratório e elaboração de material didático. Está vinculado às práticas extensionistas do curso com o objetivo de construção de itinerários, práticas, oficinas, planos de aula, materiais didáticos para a prática extensionista em espaços formais e não formais de educação.

Bibliográfica básica:

ALMEIDA, M. E. B. **Informática e formação de professores**. Brasília: SEAD – Proinfo – MEC, 2000. Disponível gratuitamente em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003148.pdf>

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. **Microsoft office power point 2007: passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2008

MANZANO, José Augusto N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007 avançado**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2008.

MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2007**. São Paulo: Érica, 2007.

MORAN, J. M. (orgs.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: MEC-SEED, 2005.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Adriana de Fátima. **BrOffice.org impress 2.4: recursos e aplicações em apresentações de slides**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008

ARAÚJO, Adriana de Fátima; REHDER, Wellington da Silva. **BrOffice.org writer 2.4: recursos & aplicações na edição de textos**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008

BLUMER, Fernando Lobo. **BrOffice.org calc 2.4: trabalhando com planilhas**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008.

MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2008.

OLIVEIRA, Karina de; VARGAS, Elton. **Microsoft office xp. Guia prático: Power Point**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2002.

OLIVEIRA, Karina de. **Microsoft office xp. Guia prático: Excel**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2002.

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Carga Horária: 45 horas

Período: 5º

Ementa: O ensino de Geografia na educação infantil e no ensino fundamental: Propostas curriculares; Análises e avaliações das vivências docentes no cotidiano escolar; Proposições de enfrentamento e de pesquisas em problemas de ensino e de aprendizagem; Livros didáticos e outros instrumentos auxiliares do trabalho docente. Docência.

Bibliográfica básica:

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 2013.

PORTUGAL, Jussara Fraga, e CHAIGAR, Vânia Alves Martins. **Educação Geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes**. Salvador: Edufba, 2015.

PORTUGAL, Jussara Fraga, OLIVEIRA, Simone Santos de, e RIBEIRO, Solange Lucas. **Formação e docência em geografia: narrativas, saberes e práticas**. Campinas: Papyrus, 2016.

Bibliografia complementar:

SELBACH, Simone (Coord.). **Geografia e didática**. Petrópolis: Vozes, c2010. 149 p. (Coleção Como Bem Ensinar).

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia nas Escolas**. Campinas: Papyrus, 2012.

KIMURA, Choko. **Geografia no Ensino Básico**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo:

Cortez, 2010.

PASSINI, Elza, PASSINI, Romão, e MALYSZ, Sandra T. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

Disciplina: Geografia Urbana

Carga Horária: 75 horas (50 h teoria/ 25h prática)

Período: 6º

Ementa: As relações campo-cidade e o campo da Geografia Urbana; conceitos e categorias: campo x cidade, rural x urbano; história das cidades e da urbanização no mundo; as cidades e urbanização no Brasil; redes urbanas e hierarquia urbana; o fenômeno da metropolização e as cidades globais; a reprodução do capital no processo de produção do espaço urbano – o papel do mercado imobiliário; segregação e fragmentação do espaço urbano contemporâneo; violência urbana e estigmatização dos espaços segregados/periféricos; noções de planejamento e gestão urbanas.

Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e elaboração de material didático, e está vinculado às práticas extensionistas do curso, por meio de ações relacionadas à cidadania (direito à moradia e à cidade) e gestão urbana junto à associações de moradores e poder público, sobretudo prefeituras municipais.

Bibliográfica básica:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

WHITAKER, Arthur Magon e, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre o Urbano e o Rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **O Desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORREA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana Maria. (org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Editor Contexto, 2013.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Tarcísio Bahia de. **Visões sobre a cidade, a Grande Vitória em textos e imagem**. Vitória: EDUFES, 2011.

BERNARDO NETO, Jaime. **Mercado Imobiliário e produção do Espaço Urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80**. Revista Geografares; Vitória, n.10, p. 99-127, 2012.

CÂMARA NETO, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira.; ALMEIDA, Cláudia Maria de (Org.). **Geoinformação em urbanismo: cidade real X cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

_____. **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GONÇALVES, Thalimar. **A cidade em pedaços: a dinâmica Imobiliária em Serra/ES**. Serra: Link Editoração, 2016.

JUNIOR, Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora Edusp, 2005.

SERPA, Ângelo. **Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORREA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana Maria. (org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Editor Contexto, 2013.

Disciplina: Educação das Relações Étnico-Raciais

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: 6º

Ementa:

Ementa: As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e seus efeitos curriculares: contexto, justificativa e objetivos de uma política pública de promoção da igualdade por meio da educação. A história africana e indígena no Brasil e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial na formação política, social, demográfica, econômica e cultural do Brasil. Compreensão de conceitos fundamentais para a promoção da educação para as relações étnico-raciais: conceito biológico e social de raça, etnia, racismo, preconceito, intolerância, estereótipo, identidade, cultura, diversidade, multiculturalismo, antirracismo, ações afirmativas, genocídio, epistemicídio. Especificidades do ensino de geografia e as relações étnico-raciais: racismo cartográfico.

Este componente curricular tem como objetivo a construção de itinerários, práticas, oficinas, planos de aula, materiais didáticos para a prática extensionista em espaços formais e não formais de educação com a temática das Relações Étnico-raciais, com a culminância na exposição durante a Semana de Consciência Negra.

Bibliografia básica:

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In. MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2.ed.rev. Brasília, MEC:

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 31 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário Oficial da União, 11 de março de 2008.

_____. **CNE/CP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 31 de julho de 2019

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO; DIVERSIDADE. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. MEC/Secad, Brasília 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso em: 31 de julho de 2019

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2.ed.; 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 31 de julho de 2019.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, Dezembro de 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742015000300020&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 31 de julho de 2019

_____. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 4, n. 8, p. 06-14, out. 2012. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246>. Acesso em: 30 jul. 2019.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Cadernos Penesb - Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, n.5, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>. Acesso em; 31 de julho de 2019

RICARDO, Beto et al. (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2006/2010**. Instituto

Socioambiental, 2011. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Povos%20Indigenas%20no%20Brasil%202006_2010.pdf . Acesso em 31 de julho de 2019

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Maciel de. **Os últimos zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão**. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: **Diário Oficial da União, 24 de novembro de 2003**.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. MEC/SECAD, Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. 3 ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2016.

PEREIRA, Mateus er al. **Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Rona, 2012

PIMENTEL, Spency. **O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012

PIVA, Izabel Maria da Penha; Piva, Rogério Frigério. **À sombra do elefante: a área de proteção ambiental da Pedra do Elefante como guardiã da história e da cultura de Nova Venécia**. Nova Venécia: Edição dos Autores, 2014.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 1ªed. São Paulo: Ática, 2014.

Disciplina: Hidrografia e Recursos Hídricos

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/CH Prática: 15h)

Período: 6º

Ementa: Introdução aos estudos de Hidrografia. Potomografia. As fontes de análise e métodos, o ciclo hidrológico, o balanço hidrológico. Bacia hidrográfica: características, classificação dos cursos d'água, sistemas de drenagem. escoamento superficial: dinâmica e processos, os materiais transportados. Regimes dos cursos d'água. Recursos hídricos.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas laboratoriais e instrumentais e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial. In: **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 2015.

FLORENZANO, T. A. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

STEVAUX, José Candido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, c2017. 336 p. (Coleção geografia)

TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R. & MENEZES, S de O. Geomorfologia fluvial. In: **Introdução à Geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Coleção Textos básicos de Geografia. p. 145-174.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. Rios e processos aluviais. In: **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150

Bibliografia complementar:

BIGARELLA, João José e SUGUIO, Kenetiro. **Ambiente fluvial**. Curitiba, UFPR, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Edgard Blücher, 313 p. 1981.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Análise morfométrica das bacias hidrográficas. In: **Boletim Geográfico**, (220), Rio de Janeiro, IBGE, 1971, p. 131-159. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201971%20v30%20n220.pdf>>

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

DIETRICH SCHIEL & SERGIO MASCARENHAS & NORA VALEIRAS & ET AL. **Estudo de Bacias Hidrográficas**. São Paulo, SP. Ed. Rima, 2003.

PORTO, RUBEM LA LAINA. **Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos**. Porto Alegre : ABRH, 2002. 419p.

RODRIGUES, C.; ADAMI, S. Técnicas fundamentais para o estudo de bacias hidrográficas. In: VENTURI, L. A. B.. (Org.). **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, v. , p. 147-166.

SILVA, J. de P. ; RODRIGUES, C. . Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros. **Revista de Geografia** (Recife), v. Vol. 2, p. 220-235, 2011. Disponível em: < www.revista.ufpe.br > Página inicial > Vol. 27, No 3 (2010) > Silva >

Disciplina: Hidrografia e Recursos Hídricos

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática:15h)

Período: 6º

Ementa: Introdução aos estudos de Hidrografia. Potomografia. As fontes de análise e métodos, o ciclo hidrológico, o balanço hidrológico. Bacia hidrográfica: características, classificação dos cursos d'água, sistemas de drenagem. Escoamento superficial: dinâmica e processos, os materiais transportados. Regimes dos cursos d'água. Recursos hídricos e legislação brasileira.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático,

como aulas de campo e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Recursos Hídricos: conjunto de normas legais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

PINTO, Nelson Luiz de Souza et al. **Hidrologia Básica**. São Paulo: Edgard Bluncher, 1976.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. **Rios e processos aluviais**. In: Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.

TUCCI, Carlos E. M. (Org.) **Hidrologia: ciência e aplicação**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

Bibliografia complementar:

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise morfométrica das bacias hidrográficas**. In: **Boletim Geográfico**, (220), Rio de Janeiro, IBGE, 1971, p. 131-159. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201971%20v30%20n220.pdf>>

SILVA, J. de P.; RODRIGUES, C. **Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros**. Revista de Geografia (Recife), v. Vol. 2, p. 220-235, 2011. Disponível em: www.revista.ufpe.br > Página inicial > Vol. 27, No 3 (2010) > Silva

FLORENZANO, Teresa Galloti. **Geomorfologia: Conceitos e Tecnologias Atuais**. São Paulo. Editora Oficina de Textos,

TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R. & MENEZES, S de O. **Geomorfologia fluvial**. In: Introdução à Geomorfologia. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Coleção Textos básicos de Geografia. p. 145-174.

Disciplina: Gestão e Organização do Trabalho Escolar

Carga Horária: 60h

Período: 6º

Ementa:

Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.

Bibliográfica básica:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6.ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da Estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola** Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Clovis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa
Carga Horária: 60 horas
Período: 6º
Ementa: Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.
Bibliográfica básica: KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. MARCONI, Marina de Andrade, e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar: GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos resenhas. São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. SAMPIERI, Roberto H.; FERNANDEZ, Carlos C., e BAPTISTA, Maria Lucio del Pilar. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. SACRAMENTO, Weverton Pereira do. Metodologia da pesquisa científica. Ouro Preto: UFOP, 2008.

Disciplina: Estágio Supervisionado II
Carga Horária: 120 horas
Período: VI
Ementa: O ensino de Geografia na educação infantil e no ensino fundamental: Propostas curriculares; Análises e avaliações das vivências docentes no cotidiano escolar; Proposições de enfrentamento e de pesquisas em problemas de ensino e de aprendizagem; Livros didáticos e outros instrumentos auxiliares do trabalho docente. Docência.
Bibliográfica básica:
CAVALCANTI, Lana de Souza. O Ensino de Geografia nas Escolas . Campinas: Papyrus, 2012.
KIMURA, Choko. Geografia no Ensino Básico . São Paulo: Contexto, 2014.
PASSINI, Elza, PASSINI, Romão, e MALYSZ, Sandra T. Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado . São Paulo: Contexto, 2007.
Bibliografia complementar:
LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2010.
CAVALCANTE, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimento . Campinas: Papyrus, 2013.
PORTUGAL, Jussara Fraga, OLIVEIRA, Simone Santos de, e RIBEIRO, Solange Lucas. Formação e docência em geografia: narrativas, saberes e práticas . Campinas: Papyrus, 2016.
PORTUGAL, Jussara Fraga, e CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Educação Geográfica: Memórias, histórias de vida e narrativas docentes . Salvador: Edufba, 2015.
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006.

Disciplina: Geografia Rural
Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)
Período: 7º
Ementa: O rural no pensamento geográfico. Limites e desafios conceituais e metodológicos: o campesinato e as dicotomias rural/urbano, campo/cidade, agricultura/indústria. As correntes teóricas sobre a questão agrária. A agricultura nas formações pré-capitalistas. A agricultura sob o capitalismo: a renda da terra e as relações de produção e de trabalho no campo. Modernização do campo: o complexo agroindustrial, a “revolução verde” e a industrialização da agricultura. O espaço rural no Brasil: formação, organização, exploração, distribuição e comercialização da produção agropecuária. Territorialidades e conflitos no campo brasileiro. Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e produção de material didático e paradidático.
Bibliográfica básica:
CARVALHO, Horácio Martin de. Chayanov e o campesinato . São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. 184p. Disponível gratuitamente em http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p. Disponível gratuitamente em <http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. A luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo, Editora da Unesp, 2006.

CARVALHO, Horácio Martin de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla, e MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª Edição São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA, Marta. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SPOSITO, Maria Beltrão Encarnação, e WHITAKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. Vol.1. O debate tradicional – 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol.2 O debate na esquerda – 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol.3 Programas de Reforma Agrária – 1946 - 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol.4 História e natureza das ligas camponesas – 1954 - 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 - 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol.6 O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Vol. 7. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro, e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra em transição.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

Disciplina: Geopedologia
Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)
Período: 7º
Ementa: A história dos solos. Ciências do solo, Pedologia e Pedologia Tropical. Evolução dos estudos pedológicos. Conceitos de solo. Funções do solo. Aplicações científicas e utilitárias do estudo dos solos. Gênese dos solos: fatores e processos de formação do solo. Componentes do solo. Morfologia e propriedades do solo: as escalas de observação, métodos e técnicas; macromorfologia; noções de micromorfologia. As representações dos solos em perfil e em planta: escalas; objetivos; modelos. Relações clima-solo-relevo-vegetação. Relações solo-atividade antrópica. Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas de laboratório e elaboração de material didático. Está vinculado às práticas extensionistas do curso, por meio de ações relacionadas às escolas do campo, às práticas de manejo e conservação dos solos junto aos agricultores e gestores públicos, com ações vinculadas ao Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia.
Bibliográfica básica: ESPÍNDOLA, Carlos Roberto. Retrospectiva Crítica Sobre a Pedologia. Campinas: Unicamp, 2008. GUERRA, Antonio José Teixeira. Erosão e Conservação do Solo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. LEPSCH, Igor F. 19 Lições de Pedologia. São Paulo: Editora Oficina de Texto, 2011. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B. De; CORRÊA, G. F. Pedologia: base para distinção de ambientes. Lavras: Editora UFLA, 2007.

Bibliografia complementar:

GUERRA, Antonio José Teixeira, e, JORGE, Maria do Carmo O. **Degradação dos Solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEPSCH, Igor F. **Formação e Conservação do Solo**. São Paulo: Editora Oficina de Texto, 2002.

OLIVEIRA, João Bertolo de. **Pedologia Aplicada**. Piracicaba: FEALQ, 2005.

OLIVEIRA, M. L. (org). **Curso de Manejo Ecológico**: conservação do solo e da água e reabilitação de áreas degradadas. Colatina: Ifes, 2012.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia Sedimentar**. São Paulo: Edgar Bluncher, 2003.

Disciplina: Educação Especial

Carga Horária: 30 horas

Período: 7º

Ementa: Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais. Público-alvo da Educação Especial. Implicações metodológicas: estratégias de ensino-aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas e avaliação.

Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas de laboratório e elaboração de material didático. Está vinculado às práticas extensionistas do curso com o objetivo de construção de itinerários, práticas, oficinas, planos de aula, materiais didáticos para a prática extensionista em espaços formais e não formais de educação.

Bibliografia básica:

GOÉS, Maria Cecília Rafael de, e, LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2013.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Práticas de Inclusão Escolar: Um Diálogo Multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2016.

MIRANDA, Therezinha G., e GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Educação especial em contexto inclusivo**: ação e reflexão. Salvador: Edufba, 2011.

Bibliografia complementar:

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno com deficiência visual na escola**: lembranças e depoimentos. Campinas: Autores Associados, 2014.

GOES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2012.

LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho**: discursos e contradições. Campinas: Autores Associados, 2015.

TUNES, Elizabeth, e PIANTI, Danezy. **Cadê a síndrome de down que estava aqui?** Campinas: Autores Associados, 2013.

Disciplina: Projeto de Pesquisa
Carga Horária: 30 horas
Período: 7º
Ementa: Delimitação da temática de pesquisa a ser desenvolvida nos componentes curriculares Monografia I e Monografia II e realização de uma primeira revisão bibliográfica sobre o tema com esboço dos objetivos e da metodologia a se empregar na pesquisa.
Bibliográfica básica: KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. MARCONI, Marina de Andrade, e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar: GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos resenhas. São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. SAMPIERI, Roberto H.; FERNANDEZ, Carlos C.; BAPTISTA, Maria Lucio del Pilar. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. SACRAMENTO, Weverton Pereira do. Metodologia da pesquisa científica. Ouro Preto: UFOP, 2008.

Disciplina: Estágio Supervisionado III
Carga Horária: 120 horas
Período: 7º
Ementa: A Geografia na Educação Básica; Propostas curriculares; Análises e avaliações das vivências docentes no cotidiano escolar; Proposições de enfrentamento e de pesquisas em problemas de ensino e de aprendizagem; Livros didáticos e outros instrumentos auxiliares do trabalho docente. Docência.
Bibliográfica básica: ANTUNES, Celso. Geografia e Didática. Petrópolis: Vozes, 2010. CASTELLAR, Sônia. Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005. CAVALCANTI, Lana de Souza. Temas de Geografia na Escola Básica. Campinas: Papyrus, 2013.
Bibliografia complementar: BARREIRA, Iraíde Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. Prática de ensino e

estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A Geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia nas Escolas.** Campinas: Papirus, 2012.

KIMURA, Choko. **Geografia no Ensino Básico.** São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2010.

MAIA, Diego Correa. **Ensino de Geografia em Debate.** Salvador: Edufba, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

PASSINI, Elza, PASSINI, Romão, e MALYSZ, Sandra T. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

Disciplina: Monografia I

Carga Horária: 30 horas (CH Teórica: 20h/ CH Prática: 10h)

Período: 8º

Ementa: Aprofundamento da revisão bibliográfica referente à temática da pesquisa, iniciada no componente curricular Projeto de Pesquisa, com definição da proposta de pesquisa (problemática, objetivos, metodologia, cronograma de desenvolvimento etc.) e dos referenciais teóricos e conceituais a serem utilizados.

Disciplina: Geografia Política

Carga Horária: 60 horas

Período: 8º

Ementa: Paradigmas clássicos: geografia política ou geografia do Estado? O pensamento de Ratzel, Makinder e outros geógrafos antes da renovação crítica; a formação do Estado Nação moderno como parte do processo de desenvolvimento do sistema-mundo capitalista; as diversas esferas do poder estatal e seu papel nas relações espaciais (federalismo, separatismos, movimentos regionalistas); as relações entre poder político e poder econômico e sua dimensão espacial/territorial; O poder e as relações territoriais para além do Estado (a superação dos paradigmas da geografia clássica): as relações entre espaço e poder; o conceito de território, em seu caráter multidimensional, e sua relação com a categoria espaço; as relações entre representações, identidade e territorialidade; as complexas relações territoriais na era das redes e dos fluxos sob o capitalismo neoliberal.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e/ou produção de material didático e paradidático.

Bibliográfica básica:

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais do Brasil.** Editora Contexto, 2016.

_____. **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: Edusp, 2016.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VESENTINI, Jose Willian. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, Escala de Ações e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLATRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

HAESBAERT, Rogério; Porto-Gonçalves. **A Nova Des(Ordem) Mundial**. Niterói: Editora Eduff, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff,

_____. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

_____. **Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, José Antonio. **Filosofia Política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil – 2ª Edição**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX. O Tempo das Incertezas**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

SAID, Eduard W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. São Paulo: Editora Record, 2010.

Disciplina: Fitogeografia e Biogeografia

Carga Horária: 75 horas (CH Teórica: 50h/ CH Prática: 25h)

Período: 8º

Ementa: Biogeografia e Fitogeografia: conceitos, enfoques e linha teóricas; perspectiva histórica e ecológica na biogeografia; conceitos taxonômicos (espécie, gênero, família e ordem); padrões e escalas geográficas de distribuição da diversidade biológica; fatores ambientais (climáticos, edáficos, fisiográficos, bióticos, abióticos e antrópicos); centros de origem e de diversidade taxonômica; especiação e extinção; disjunção, vicariância e endemismo; natureza e estrutura das comunidades vegetais (sucessão e clímax, vegetação clímax climática e edáfica, ecótonos); biomassa e produção primária em diferentes tipos de

vegetação; conceitos de paisagem e aplicação da fitogeografia nos estudos da paisagem geográfica; paleobigeografia e biogeografia das ilhas; teoria dos refúgios; biomas mundiais e brasileiros; ecossistemas naturais campestres, florestais e litorâneos do Brasil (campos naturais, pantanal, floresta atlântica e amazônica, cerrado, caatinga, vegetação de restinga e manguezais); sistemas de classificação da vegetação (von Martius, IBGE, Veloso, Rizzini e outros); domínios morfoclimáticos; manejo e conservação dos biomas.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas laboratoriais e instrumentais e produção de material didático.

Bibliográfica básica:

AB´SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

_____. **Brasil, paisagens de exceção:** o litoral e o Pantanal Mato-Grossense, patrimônios básicos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BROWN, James; LIMOLINO, Mark. **Biogeografia.** Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2006.

COX, Barry C.; MOORE, Peter D. **Biogeografia:** uma abordagem ecológica e evolutiva. São Paulo: LTC, 2009.

FIGUEIRÓ, Adriano. **Biogeografia:** dinâmica e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>>

LIWINSOHN, Thomas, e PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade brasileira:** síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **Ordenamento Territorial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DEAN, W. **A ferro e fogo.** A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (ES); UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Atlas de ecossistemas do Espírito Santo.** Vitória: SEAMA, 2008

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

RIZZINI, C. T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1997.

ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp: 2014.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos.

VEYRET, Yvette. **Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: Educação do Campo

Carga Horária: 30 horas

Período: 8º

Ementa: Concepções e práticas da educação do campo. O direito dos povos camponeses à educação. Estudo de manifestações do modo de vida e de trabalho camponês, não em uma territorialidade específica, mas na multiforme interação entre campo e cidade, constitutiva do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro; os lugares e não-lugares da educação nessas diversas ruralidades. Educação popular. A educação do Campo no campo. A educação do campo enquanto produção de cultura. A educação do campo na formação dos sujeitos. A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável. A educação do campo e o respeito às características do campo.

Caráter prático e extensionista do componente curricular: Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo, práticas de laboratório e elaboração de material didático. Está vinculado às práticas extensionistas do curso, por meio de ações relacionadas às escolas do campo e movimentos sociais do campo.

Bibliográfica básica:

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011

GIMONET, Claude Jean. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs** – tradução de Thierry Burgrave – Petrópolis, RJ, Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de formação Rural, 2007, p162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PEREIRA, Dilcinéia Nunes. **Educação camponesa no Brasil: marcos históricos e legais**. 2015. TCC (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal do Espírito Santo, Alegre, 2015 Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000E/00000E4A.pdf>>

QUEIROZ, João Batista P. de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Brasília, Departamento de Sociologia, 2004, 210p. Tese de Doutorado.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão ; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo:** ralações e contradições entre urbano e rural. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

Bibliografia complementar:

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação no campo:** recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009

ALMEIDA, Luiz Paulo de. et al. Discutindo a cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem em três escolas do sul do Brasil. . In: MACHADO, Carmen Lucia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares e PALUDO, Conceição (Orgs.). **Teoria e prática da educação do campo** - análises de experiências organizadoras. Brasília: MDA, 2008. 236 p. -- (NEAD Experiências).

FOERSTE, Erineu; CARVALHO, Letícia Queiroz de & CALIARI, Rogério. **Cartas de professores do campo.** Vitória, ES: EDUFES, 2012. (Educação do campo. Diálogos Interculturais)

MERLER, Alberto et al. (Org.). **Educação do campo:** diálogos interculturais em terras capixabas. Vitória: EDUFES, 2013. 367 p. (Coleção educação do campo

NASCIMENTO, Antônio Dias; RODRIGUES, Rosana Mara C.; SODRÉ, Maria Dorath B. (Org.). **Educação do campo e contemporaneidade:** paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces. Salvador: EDUFBA, 2013.

NOSELLA, Paolo. **Educação do campo:** origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. (Educação do campo. Diálogos Interculturais)

SILVA, Adenilde Stein; MORETO Charles; FOERSTE, Erineu; JESUS, Janinha Gerke de; TRARBACH, Maria Aparecida. **Educação do Campo:** Saberes e Práticas. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

SOUZA, Elizeu Clemnetino. **Educação e Ruralidades.** Memórias e narrativas (auto)biográficas. Salvador: EDUFBA, 2012.

Componente Curricular: Movimentos Sociais e Educação

Carga Horária: 45h (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: 8º

Ementa:

Estado, Movimentos Sociais e Educação. A Educação como Direito Humano Universal. Direitos Humanos e Movimentos Sociais no Brasil. Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. A Consolidação das Políticas de Educação nos Contextos Global e Local: tendências e tensões.

Caráter prático e extensionista do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e elaboração de material didático, e está vinculado às práticas extensionistas do curso, por meio de ações relacionadas aos movimentos sociais do campo e da cidade.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

Bibliografia Complementar:

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23. ed. Petrópolis: Vozes, c1997.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, c2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Disciplina: Estágio Supervisionado IV

Carga Horária: 120 horas

Período: 8º

Ementa: A Geografia na Educação Básica; Propostas curriculares; Análises e avaliações das vivências docentes no cotidiano escolar; Proposições de enfrentamento e de pesquisas em problemas de ensino e de aprendizagem; Livros didáticos e outros instrumentos auxiliares do trabalho docente. Docência.

Bibliográfica básica:

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAIA, Diego Correa. **Ensino de Geografia em Debate**. Salvador: Edufba, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

Bibliografia complementar:

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Celso. **Geografia e Didática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARREIRA, Iraíde Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papyrus, 2013.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 2013.

PORTUGAL, Jussara Fraga, OLIVEIRA, Simone Santos de, e RIBEIRO, Solange Lucas. **Formação e docência em geografia: narrativas, saberes e práticas**. Campinas: Papyrus, 2016.

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos

Carga Horária: 30 horas

Período: 9º

Ementa:

Fundamento histórico da educação de jovens e adultos. A política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos. Projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos. Implicações metodológicas para EJA. Fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.

Bibliografia Básica:

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JARDILINO, José Rubens Lima; DE ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. **Educação de Jovens e Adultos. Sujeitos, Saberes e Práticas**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

BRACHT, Valter. **Emancipação e diferença na educação: uma leitura de Bauman**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GENTILI, Pablo A. A.; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ, Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Org.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, 2010.

VÓVIO, Cláudia Lemos; IRELAND, Timothy Denis (Org.). BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, 2008. 362 p. (Coleção educação para todos;3).

Componente Curricular: Trabalho e Educação

Carga Horária: 30 horas

Período: 9º

Ementa:

O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação,

economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Bibliografia Básica:

FRIGOTTO, Gaudêncio ; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta ; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2005.

LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo socialmente necessário para a formação profissional: do modelo correcional-assistencialista das Escolas de Aprendizizes Artífices ao modelo tecnológico-fragmentário do CEFET(s)**. Vitória: Ed. do Autor, 2010.

SOUZA, Claudio Reynaldo Barbosa de; SAMPAIO, Renelson Ribeiro (Org.). **Educação, tecnologia & inovação**. Salvador: Edifba, 2015.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. *Educ. Soc.* [online]. 2004, vol.25, n.87, pp.335-351.

KUENZER, A. Z.; LIMA, H. R. **As relações entre o mundo do trabalho e a escola: a alternância como possibilidade de integração**. *Educação (UFES)*, v. 38, p. 523, 2013.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica**. *Rev. Bras. Educ.*[online]. 2007, vol.12, n.34, pp.137-151

OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende. **EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja**.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação*. v.12, n. 34, Jan/Abr. 2007.

Disciplina: Ecologia Política

Carga Horária: 30 horas

Período: 9º

Ementa: A racionalidade instrumental da ciência moderna e as suas implicações na relação natureza-sociedade. Perspectivas teóricas e críticas no debate ambiental: Epistemologias do Sul (Colonialidade e a descolonialidade). A geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Dialética, totalidade e complexidade: ecologia e sistemas. As lutas sociais e a problemática ambiental. Políticas públicas de conservação da natureza e gestão ambiental..

Bibliográfica básica:

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, setembro 2005. p.133-168. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SALES, Vanda de Claudino. **Geografia, sistemas e análise ambiental**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 125 - 141, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp16/Artigo8.pdf>>

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Parte I e Parte II. Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. (trad. Mouza Benedito). São Paulo: Boitempo, 2007, 128p.

Bibliografia complementar:

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006, 30ª reimpressão, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; SADER, Emir (Org.). **O desafio ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 179 p. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CUNHA, S. B. da GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GIDDENS, Anthony. A modernidade sobre signo negativo: questões ecológicas e política da vida. In: GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

_____. La ecología política en América Latina: un campo em construcción. In: **Soc. Estado**. vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100003>

Disciplina: Geografia da Mobilidade

Carga Horária: 60 horas

Período: 9º
<p>Ementa: Abordagem geográfica do fenômeno da circulação e de seu papel na lógica de reprodução do capital; histórico do desenvolvimento dos sistemas de transporte e de mundialização do capitalismo; a configuração, evolução e funcionamento das redes que permitem os fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informações no mundo globalizado; transportes e logística no território brasileiro: histórico e quadro atual; os diferentes modais e o planejamento da infraestrutura logística do território; sistemas de transporte, urbanização e dinâmica econômica local/regional.</p> <p>Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático, como aulas de campo e produção de material didático e paradidático.</p>
<p>Bibliográfica básica:</p> <p>CLYDESDALE, Greg. Cargas: como o comércio mudou no mundo. Rio de Janeiro, Record, 2012.</p> <p>HARVEY, David. Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2006.</p> <p>_____. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2017.</p> <p>PEREIRA, Vicente de Britto. Transportes: história, crise e caminhos. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARBOSA, Malvina. Um século das estradas de ferro brasileiras. 105 anos de história (1854 a 1959). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.</p> <p>BOITEUX, Paulo. História das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.</p> <p>BRASIL. Atlas multimodal. Programa de aceleração do crescimento – PAC 2011. Brasília: DNIT/UFP, 2011. Disponível em http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/atlas-multimodal/atlas.pdf</p> <p>CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, e, GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.</p> <p>RODRIGUE, Jean Paul. The Geography Of Transport Systems. Disponível em http://people.hofstra.edu/geotrans/index.html. Acesso em agosto de 2010.</p> <p>SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.</p> <p>SANTOS, Milton, e, SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Editora Record, 2010.</p> <p>VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzemomo. Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.</p>

Disciplina: Diversidade e Educação
Carga Horária: 60 horas
Período: 9º
Ementa: Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações

com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.

Bibliográfica básica:

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 154 p.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. 133 p.

Bibliografia complementar:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 58 p.

FOERSTE, Erineu, CARVALHO, Letícia Queiroz de; MOREIRA, Rachel Curto Machado. **Cartas de Professores do Campo**. Vitória: Edufes, 2013.

GURGEL, Paulo Roberto Holanda; SANTOS, Wilson Nascimento. **Saberes Plurais, Difusão do Conhecimento e Práxis Pedagógica**. Salvador: Edufba, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 5. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014. 98 p.

GONZAGA, Eugênia Augusta; MEDEIROS, Jorge Luiz Ribeiro de (Org.). **Ministério Público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília: ESMPU, 2018. 302 p.

LUZ, Marcos Aurélio. **Cultura Negra em Tempos Pós-Modernos**. Salvador: Edufba, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Viver sem limite**: plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência. Brasília: [SNPD], 2014. 177 p.

Disciplina: Geografia da População

Carga Horária: 45 horas

Período: 9º

Ementa: A Geografia da População no contexto geral da Ciência Geográfica. Conceitos.

variáveis para o estudo da população – estrutura, distribuição, evolução, características, migrações, etc. As teorias demográficas e a questão do crescimento populacional; População, trabalho, cidadania e qualidade de vida. A mobilidade socioespacial da população. Relações entre política, economia e sociedade nos estudos populacionais. Dinâmica populacional e implicações na organização do espaço. Metodologia em estudos populacionais: Censos, amostras, Interpretação e elaboração de gráficos, mapas e outros instrumentos de representação geográfica. Estudos populacionais em diferentes níveis de abrangência territorial.

Bibliográfica básica:

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia da População**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

MARTINS, Dora, e, VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

Bibliografia complementar:

BORBA, Julian. **As Políticas Públicas de População no Brasil: Uma Interpretação Histórica**. In: ENPAG 2004 (Anais). Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2004/2004_ENAPG39.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A redistribuição espacial da população brasileira na década de 80**. Brasília, 1994. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0329.pdf

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil – 43ª Edição** - 2012. São Paulo: Editora Brasiliense,

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp: 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2013.

WHITAKER, Arthur Magon e, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre o Urbano e o Rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

Disciplina: Ecossistemas Costeiros

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: 9º

Ementa: Relação homem-natureza e introdução aos bens e serviços dos ecossistemas costeiros. Impactos ambientais. Identificação de riscos e perigos ambientais. Necessidades de gerenciamento costeiro integrado. Definição e tipificação de recursos naturais. Introdução à economia convencional e economia ecológica. Estrutura, funcionamento e manejo de ecossistemas costeiros. Compartimentalização da paisagem costeira. A construção da ementa e plano de ensino da disciplina será realizada conjuntamente entre os(as) professores(as) que estiverem ministrando disciplinas no presente semestre com o(a) professor(a) principal coordenador(a) da disciplina Tópicos Especiais de Ensino/Geografia.

Caráter prático do componente curricular: envolve ações diversas de caráter prático,

como aulas de campo e produção de material didático e paradidático.

Bibliográfica básica:

AB´SABER, A. N. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 158p.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B.; MELFI, A. J. Processos Oceânicos e a fisiografia dos fundos marinhos. IN: TEIXEIRA, W et. Al (org). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.

TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R.; MENEZES, S de O. Geomorfologia litorânea. In: **Introdução à Geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012

Bibliografia complementar:

FLORENZANO, T. A. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

MUEHE, D. Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Volume 2, Nº 1 (2001) 35-44 Disponível em: <<http://lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/6/4>>

MUEHE, Dieter (Org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006.

VENTURI, Luis A.B. **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

XAVIER, R. **O Gerenciamento Costeiro no Brasil e a Cooperação Internacional**. 1. ed. Brasília: IPRI, 1994. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0067.pdf>>.

MMA/SBF/GBA. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil** / Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros. – Brasília: MMA/SBF/GBA, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao_03022011100749.pdf>

Disciplina: Monografia II

Carga Horária: 30 horas

Período: 9º

Ementa: Desenvolvimento da dimensão empírica da pesquisa, redação da monografia, apresentação e defesa do trabalho mediante banca composta por no mínimo três examinadores e entrega do trabalho final.

Disciplina: Geoprocessamento

Carga Horária: 30 horas

Período: Optativa

Ementa: O Conjunto das Geotecnologias. Introdução ao Geoprocessamento. Característica dos SIGs. Dados Espaciais. Fontes de Dados. Bases digitais na Internet. Atlas digitais. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Topologia. Aquisição e Manipulação de Dados. Geocodificação. Gerenciamento de Dados. Integração de Dados. Consulta e Análise

Espacial. Mapeamento por Computador. Aplicações meteorológicas, oceanográficas, urbanas e ambientais. Estudos de Caso. Atividades Práticas. Trabalho de Campo Curricular. Prática Laboratorial.

Bibliográfica básica:

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KUX, Hermann; BLASCHKE, Thomas (Org.). **Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007

TULER, Marcelo, e SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Bibliografia complementar:

BLASCHKE, Thomas, e KUX, Hermann. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

GALDOLFI, Nilson, e Zuquette, Lázaro V. **Cartografia Geotécnica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de sistemas de informações geográficas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

MOREIRA, Mauricio Alves. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. Viçosa: EDUFV, 2011.

SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas: UNICAMP, c2003.

Disciplina: Geografia Física do Brasil

Carga Horária: 30 horas

Período: Optativa

Ementa:

A natureza e seu significado na organização do espaço brasileiro. Os elementos formadores da natureza e seu inter-relacionamento. As grandes paisagens naturais brasileiras. As potencialidades da natureza (recursos naturais) frente ao desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiro. A questão da biodiversidade brasileira. Problemas ambientais dos ecossistemas brasileiros e as suas relações com as questões ambientais globais.

Bibliográfica básica:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Geomorfologia do Brasil**. Lisboa: Editora Bertrand, 1998.

LIWINSOHN, Thomas, e PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade brasileira**. Síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MEDONÇA, Francisco, OLIVEIRA, Dani, e, MORESCO, Inês. **Climatologia: Noções Básicas e Climas do Brasil**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2007.

Bibliografia complementar:

CASSETTI, Walter. **O Ambiente e a Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GUERRA, Antonio José Teixeira, e, JORGE, Maria do Carmo O. **Degradação dos Solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de; MELFI, A. J. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

RODRIGUES, C. A **Teoria Geossistêmica e sua Contribuição aos Estudos Geográficos e Ambientais**. Revista do Departamento de Geografia (USP), São Paulo, v. 1, n. 14, p. 112-122, 2001. Disponível em: <
http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_Cleide.pdf>

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp: 2014.

VENTURI, Luis A.B. **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

Disciplina: Agroecologia na Educação Básica

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: Optativa

Ementa: Dimensões da agroecologia, correntes da agroecologia, agrobiodiversidade e sujeitos do campo, processos ecológicos, cooperação agrícola, soberania alimentar. Ecoalfabetização e Permacultura.

Bibliográfica básica:

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989. 240p. Disponível em: <
<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf?iv=133>>

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**. Presidente Prudente. ano 13, nº. 16. p. 22-32. jan-jun, 2010. Disponível em: <
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>>

CAPORAL, F. R., AZEVEDO, E. O. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância. 192 p. 2011. Disponível em: < <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>>

C

HABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. Porto Alegre, L&PM, 1987. 253p. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/livros/Plantas%20doentes%20uso%20agrot%20F3xico%20-%20Chaboussou.pdf>> Acessar pelo provedor Mozilla Firefox.

PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais.** São Paulo: Nobel, 1982.

TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. *Intemperismo e Formação do Solo.* In: TEIXEIRA, W et. Al (org). **Decifrando a Terra.** São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.

Bibliografia complementar:

FORNARI, E. **Manual Prático de Agroecologia.** São Paulo: Aquariana, 2002.

FUKUOKA, M. **Agricultura Natural.** São Paulo, Nobel, 1995.

HOWARD, A. **Um Testamento Agrícola.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

L

EFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado, Brasília:** 2003. vol.18 no.1-2 Brasília, enero/dic. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100003> >

LEPSCH, Igo. **Formação e Conservação dos Solos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

OLIVEIRA, M. L. (org). **Curso de Manejo Ecológico, conservação do solo e da água e reabilitação de áreas degradadas.** Colatina: Ifes, 2012.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio.** 2. ed. revisada. São Paulo: Expressão popular, 2016

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009

STEINER, R. **Fundamentos da agricultura biodinâmica.** São Paulo, Antroposófica, 1993. 235p.

Disciplina: Manejo Ecológico dos Solos Tropicais

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: Optativa

Ementa: Zonalidade dos solos: especificidade das regiões tropicais. Processos de alteração, de formação dos constituintes mineralógicos e seu comportamento nas regiões tropicais. O papel da matéria orgânica e da atividade biológica. Consequências da dinâmica da água. Organização da cobertura pedológica nas regiões tropicais. Os solos do Brasil. Manejo Ecológico do Solo. Agroecologia. Permacultura.

Bibliográfica básica:

LEPSCH, Igo. **19 lições de Pedologia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEPSCH, Igo. **Formação e Conservação dos Solos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20ecol%C3%B3gica%20da%20agricultura.pdf>>

C3%A3o%20ecol% C3%B 3gica%20da%20agricultura.pdf>

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2. ed. revisada. São Paulo: Expressão popular, 2016

Bibliografia complementar:

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989. 240p. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf?iv=133>>

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**. Presidente Prudente. ano 13, nº. 16. p. 22-32. jan-jun, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>>

CAPORAL, F. R., AZEVEDO, E. O. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância. 192 p. 2011. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>>

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. Porto Alegre, L&PM, 1987. 253p. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/livros/Plantas%20doentes%20uso%20agrot% F3xico%20-%20Chaboussou.pdf>> Acessar pelo provedor Mozilla Firefox.

FORNARI, E. **Manual Prático de Agroecologia**. São Paulo: Aquariana, 2002.

FUKUOKA, M. **Agricultura Natural**. São Paulo, Nobel, 1995. 300

HOWARD, A. **Um Testamento Agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, M. L. (org). **Curso de Manejo Ecológico, conservação do solo e da água e reabilitação de áreas degradadas**. Colatina: Ifes, 2012.

PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1982.

STEINER, R. **Fundamentos da agricultura biodinâmica**. São Paulo, Antroposófica, 1993. 235p

TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. Intemperismo e Formação do Solo. In: TEIXEIRA, W et. Al (org). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.

Disciplina: Técnicas de Trabalho de Campo

Carga Horária: 45 horas (CH Teórica: 30h/ CH Prática: 15h)

Período: Optativa

Ementa: Coleta de informações em campo. A observação e o olhar como ferramentas essenciais para a compreensão da realidade do campo. Análise de cartografia da área de estudo: primeiro plano de compreensão do lugar. Análise bibliográfica: elementos para a interpretação da realidade estudada. Análise de dados estatísticos para identificação do quadro socioeconômico. Procedimentos de campo: elaboração de croqui de localização; entrevistas e coleta de depoimentos, montagem do roteiro de pesquisa, análise da paisagem geográfica. Pós-campo e as formas de sistematização dos dados. Elaboração de produto

final: o portfólio de atividades

Bibliográfica básica:

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Os caminhos da pesquisa de campo em geografia. **Geosp, Espaço e Tempo**. Revista de Pós Graduação em Geografia, São Paulo, no 1, p. 93-97, 1997. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123230/119587>>

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, no 84, p. 07-24, 2006. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografi_a_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>

VENTURI, Luis A.B. **Praticando a Geografia**: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS- AGB. Seleção de Textos no 11. **Teoria e Método**. São Paulo: AGB/SP, 1985. Disponível em: < agb-portoalegre.webnode.com.br/news/selecao-de-textos-nº-11-agb-teoria-e-metodo/>

CAMPOS, Carlos Roberto Pires (Org.). **Aulas de campo para a alfabetização científica**: práticas pedagógicas escolares. Vitória: Ifes, 2015. 284 p. (Série pesquisas em educação em ciências e matemática)

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, no 84, p. 93-104, 2006. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografi_a_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>

MARCO, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, no 84, p. 105-136, 2006. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografi_a_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>

S

ERPA, Ângelo. Trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, no 84, p. 07-24, 2006. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>

SILVA, Flávia Elaine da. Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em geografia urbana. **Geosp, Espaço e Tempo**. Revista de Pós Graduação em Geografia, São Paulo, no 15, p. 139-149, 2004. Disponível em: < <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/NCampo.pdf>>

Disciplina: Geografia e Planejamento

Carga Horária: 30 horas

Período: Optativa

Ementa: O conceito de gestão do território e de territorialidade. Modelos macroeconômicos de desenvolvimento e políticas públicas estruturantes do espaço: a noção de desenvolvimento socioespacial. Poder Público: competências, experiências e novas condutas. Práticas recentes de planejamento e gestão do território no Brasil: O planejamento como instrumento técnico e político. Planejamento estratégico: tipos e escalas de abordagem. Instrumentos regulatórios da ordenação do território. Agentes cogestores da organização do

espaço. Elementos do espaço e categorias de análise do território. Técnicas aplicadas ao planejamento territorial. Avaliação de planos e de projetos: as políticas territoriais em questão.

Bibliográfica básica:

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; GUERRA, Antonio José Teixeira; ARAUJO, Gustavo Henrique de Souza. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÂMARA NETO, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira.; ALMEIDA, Cláudia Maria de (Org.). **Geoinformação em urbanismo: cidade real X cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VITTE, Claudete de Castro Silva, e, KEINERT, Tania Margarete Mezzemomo. **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

_____. **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. GEHLEN, Vitória Régia Fernandes, CHAVES, Helena Lúcia Augusto, e, BARBOSA, Marx Prestes. **Território em Risco**. Pernambuco: Editora Ufpe, 2015.

GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia Urbana**. São Paulo. Editora Oficina de Textos, 2011.

GUERRA, Antônio José Teixeira, e CUNHA, Sandra Baptista da. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

SERPA, Ângelo. **Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

VEYRET, Yvette. **Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: Tópicos Especiais de Ensino/Geografia

Carga Horária: 30 horas

Período: Optativa

Ementa: A construção da ementa e plano de ensino da disciplina será realizada

conjuntamente entre os(as) professores(as) que estiverem ministrando disciplinas no semestre em vigor e o(a) professor(a) principal coordenador(a) da disciplina Tópicos Especiais de Ensino/Geografia.

Bibliográfica básica:

Definidos a partir das temáticas escolhidas e apresentadas no Plano de Ensino.

Bibliografia complementar:

Definidos a partir das temáticas escolhidas e apresentadas no Plano de Ensino.

Disciplina: Língua Inglesa Instrumental

Carga Horária: 30horas

Período: Optativa

Ementa: Estudo de textos variados com foco em textos acadêmicos e didáticos na área de geografia e suas disciplinas correlatas. Estratégias de leitura: identificação da ideia tanto geral quanto específica do tópico frasal e das funções comunicativas dos textos. Estratégias de compreensão da língua escrita. Leitura de artigos científicos, TCC's, manuais e outros documentos que versem sobre a área de geografia.

Bibliográfica básica:

ALLIANDRO, H. Dicionário escolar inglês-português. Ao livro técnico, Rio de Janeiro, 1995. PINTO, D. et al. Compreensão inteligente de textos. Grasping the meaning. Vol. 1 e 2, Ao livro técnico, Rio de Janeiro, 1991.

AMORIM, José Olavo de (Cons.). Longman gramática escolar da língua inglesa. São Paulo: Pearson Education, 2004. 317 p. ISBN 8587214470 (broch.) 10 exmplares

MICHAELIS. Dicionário inglês-português e português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo I. São Paulo: Textonovo, c2000. 111 p. ISBN 8585734367 (broch.)

MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo II. São Paulo: Textonovo, c2001. 134 p. ISBN 858573440X (broch.)

MURPHY, R. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English. Great Britain, Cambridge, 1990.

SILVEIRA, Maria Elisa Knust. Inglês instrumental : volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 270 p. ISBN 8576482657 (broch.). Disponível em: <<http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000015/000015d8.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2019. (pdf)

Bibliografia complementar:

DICIONÁRIO Larousse Ática: avançado : inglês-português, português-inglês. São Paulo: Ática, 2003. xviii, 404, 28, 3 p. ISBN 8508085036 (broch.).

FÜRSTENAU, Eugênio. Novo dicionário de termos técnicos: inglês-português. 24. ed. Porto Alegre: Globo, c1975. 2 v. (1413 p.) ISBN 8525002518 (broch.).

MENDONÇA, M. M. Inglês técnico /; design instrucional Daniela Erani Monteiro Will, Carolina Hoeller da Silva Boeing, [FlaviaLumi Matuzawa]. 2. ed. rev. e atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

TAYLOR, J. Nova gramática delti da língua inglesa. Rio de Janeiro: .Ao Livro Técnico, 1995.

6.3.6 Estágio Curricular Supervisionado

Considerado um espaço-tempo importante no processo formativo do estudante, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado que busca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o estágio consiste em instrumento de integração e de aperfeiçoamento técnico-científico, que se fundamenta no princípio da unidade entre teoria e prática, na perspectiva de formação humana integral.

Assim, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, promovendo o diálogo entre conhecimentos de diversas áreas do conhecimento, dos sujeitos envolvidos e de múltiplos contextos. Para tanto, o estágio precisa ser planejado, efetivado, acompanhado e avaliado em conformidade com a legislação vigente, considerando as seguintes finalidades:

- Proporcionar experiências formativas que possibilitem a atuação crítica, autônoma e criativa do aluno;
- Aprimorar os valores éticos, de cidadania e de relacionamento humano no aluno;
- Promover a familiarização com a área de interesse de atuação do futuro profissional.

O estágio no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia busca proporcionar ao aluno, dentre outras experiências formativas, uma melhor identificação dos variados campos de atuação do profissional dessa área. Assim, respeitando as prerrogativas da legislação federal e das regulamentações internas do Ifes que versem sobre estágio, são apresentadas a seguir as especificidades do curso referido.

6.3.6.1 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório consiste no estágio desenvolvido como atividade opcional, devendo ser realizado em áreas relacionadas ao curso frequentado e que possibilitem o desenvolvimento do discente para a cidadania e para o mundo do trabalho. Nesse contexto, poderá o aluno do Curso de Licenciatura em Geografia realizar o Estágio Não Obrigatório a partir do primeiro período, cabendo ressaltar que tais horas podem compor até 80 (oitenta) das 200 (duzentas) horas complementares em Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) necessárias à conclusão do curso, conforme especificado no regulamento acerca das AACC (Ver Anexo III).

6.3.6.2 Estágio Obrigatório

O estágio, de caráter obrigatório, é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para obtenção do diploma e deverá ser desenvolvido em área compatível com a habilitação do curso. No Curso de Licenciatura em Geografia, a carga horária de Estágio Obrigatório (Supervisionado) é de 405h (quatrocentas e cinco horas) e poderá ser iniciado após a conclusão da primeira metade do curso, sendo realizado em 4 (quatro) etapas que estão especificadas no tópico referente à Organização do Estágio Supervisionado Obrigatório.

6.3.6.3 Partes Envolvidas e Formalização do Estágio

O estágio é um processo que envolve a Instituição de Ensino (Coordenadoria Geral de Extensão, Coordenador do Curso e Professor Orientador), a Unidade Concedente (Representante Legal e Supervisor do Estágio) e o estagiário, abrangendo as dimensões de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação.

A realização do estágio envolve um processo que deverá ser observado com rigor para assegurar a legalidade dos procedimentos. Assim, antes do início de qualquer estágio, a Coordenadoria Geral de Extensão deverá ser procurada para orientação. Esse setor providenciará os formulários necessários para formalização do estágio e prestará assessoria ao aluno durante todo o processo de estágio até a sua finalização.

6.3.6.4 Acompanhamento e avaliação

Todo estágio deverá ter um acompanhamento efetivo do Professor Orientador do/no lfe e do Supervisor de Estágio na Unidade Concedente. Por parte do Professor Orientador, esse acompanhamento será realizado por meio de encontros periódicos com o estagiário, relatórios parciais e visitas à Unidade Concedente. Quanto ao Supervisor de Estágio, isso ocorrerá mediante preenchimento de relatórios em formulários disponibilizados pela Coordenadoria Geral de Extensão.

No caso de Estágio Não Obrigatório, o aluno deverá entregar semestralmente à Coordenadoria Geral de Extensão um Relatório Periódico em formulário disponibilizado pela mesma. Ao final do estágio, será necessário o preenchimento do Relatório Final também em formulário específico, caso o aluno manifeste o desejo de que seu estágio não obrigatório apareça em seu currículo acadêmico. No caso de estágios com duração de até 6 (seis) meses, será necessário apenas o Relatório Final. Se for Estágio Obrigatório, o mesmo será avaliado e acompanhado de acordo com o Plano de Ensino do Componente Curricular (ver item 5.4.).

Considerando a perspectiva de desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, destaca-se que os estagiários que apresentam necessidades educacionais específicas terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio.

6.3.6.5 Organização do Estágio Obrigatório

O Estágio Supervisionado objetiva proporcionar ao discente a experiência do exercício da profissão docente, articulando teoria e prática no processo de construção do conhecimento geográfico na Educação Básica.

Para que o estágio alcance suas finalidades, precisa ser planejado, executado, acompanhado e avaliado dentro de diretrizes bem definidas e estar de acordo com os pressupostos que norteiam o projeto pedagógico do curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia iniciará a partir da segunda metade do curso, no 5º período, tendo como pré-requisito o componente curricular Didática e Avaliação da Aprendizagem.

O estágio poderá ser realizado tanto no Ensino Fundamental (anos finais) como no Ensino Médio, sendo assegurada ao aluno a possibilidade de realizar o estágio nos dois níveis de ensino ou apenas em um nível, conforme sua opção e disponibilidade.

Reitera-se a importância de o professor de estágio atuar como orientador e facilitador do processo de formação do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos “in loco” e encontros de avaliação periódicos, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, também realizará orientações sobre a elaboração do Relatório Final e o preenchimento dos Formulários, que constam no Regulamento do Estágio Supervisionado (Anexo IV).

Ressalta-se que as 405 (quatrocentas e cinco) horas de Estágio Supervisionado distribuem-se ao longo de quatro períodos, conforme ementas e objetivos constantes no Anexo II, sintetizadas a seguir:

Estágio Supervisionado I – Tem por objetivo promover um primeiro contato com o cotidiano da Educação Básica, a partir da observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão e organização escolares em seus diferentes espaços/tempos, o que será feito por meio da análise de documentos escolares (tais como projeto pedagógico, regimento, organograma, “livro” de registro de ponto, boletim escolar, calendário, dentre outros) e da relação entre os princípios filosóficos e didático-pedagógicos expressos no projeto pedagógico da instituição campo e a prática educacional existente. O aluno deverá apresentar um relatório das atividades/observações realizadas junto com as reflexões e encaminhamentos de proposições. O Professor Orientador do estágio deverá organizar encontros periódicos, nos quais se discutirá a prática vivenciada pelos alunos, dentro das 45 horas previstas para esta etapa.

Estágio Supervisionado II – Tem por objetivo promover integração do aluno/licenciando com o ambiente da aula de Geografia por meio de observação das ações de cunho metodológico, cultural e físico estrutural desenvolvidas nesses espaços/tempos, além de estabelecer uma primeira interação discursiva para com o professor titular, como forma de familiarizar-se com os papéis inerentes à docência de Geografia na Educação Básica. O Professor Orientador do estágio deverá organizar encontros periódicos, nos quais discutir-se-á a prática vivenciada pelos alunos com os professores titulares, dentro das 120 horas previstas para esta etapa.

Estágio Supervisionado III e IV – Visam promover a integração do aluno/licenciando com o ambiente da aula de Geografia por meio da observação desses espaços/tempos de aprendizagem, do exercício da docência e por meio da elaboração e vivência de projetos individuais ou coletivos de aprendizagem como forma de interação com papéis inerentes à futura atuação profissional e de aprofundamento do processo de construção do conhecimento. O Professor Orientador do estágio deverá organizar encontros periódicos nos

quais se discutirá a prática vivenciada pelos alunos com os professores titulares, dentro das 120 horas previstas para cada uma dessas etapas.

6.3.7 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Além do estágio curricular, uma série de outras Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são estimuladas como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, tais como: monitoria, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão, apresentações artísticas.

O objetivo das AACC é diversificar e enriquecer a formação do estudante com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a enriquecer sua formação técnica e humanística.

Pretende-se que as AACC auxiliem principalmente no desenvolvimento de perfil do educador que deve ser caracterizado pela criatividade, iniciativa, perseverança, humanidade e capacidade de promover e se adequar a mudanças, bem como estabelecer relacionamentos interpessoais construtivos. É importante lembrar que a realização das AACC dependerá exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada estudante, que deve buscar as atividades que mais lhe interessam para delas participar, sejam elas ofertadas pelo próprio Ifes ou por outras instituições.

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são obrigatórias e curriculares, por isso, devem constar no histórico escolar do estudante, mas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz curricular do curso. O Regulamento das AACC está descrito no Anexo II.

6.3.8 Trabalho De Conclusão De Curso

A produção de uma monografia é requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Geografia pelo Ifes. A partir de sua produção, o estudante demonstrará as competências e habilidades desenvolvidas no curso em um projeto de maior porte. O objetivo da monografia é consolidar os conteúdos vistos ao longo do curso

num trabalho prático de pesquisa e/ou implementação na área que abarque a atuação do habilitado em Geografia.

Cabe ressaltar que a preparação do discente, ao longo do curso, para atuar na produção do conhecimento científico é processual, iniciando-se nos componentes curriculares Metodologia da Pesquisa e Projeto de Pesquisa, culminando nos componentes curriculares Monografia I e Monografia II, quando avaliar-se-á se o discente possui a compreensão de elementos teórico-metodológicos e conceituais referentes à Geografia e seu ensino, sendo capaz de dotá-los de aplicabilidade no ensino dessa ciência.

O projeto deverá ser realizado sob supervisão de um docente orientador e, ao final, deverá ser apresentado e defendido junto a uma banca formada por, no mínimo, 2 (dois) outros profissionais, podendo ser internos ou externos à instituição de ensino, desde que estejam habilitados a atuar na docência no ensino superior (ou seja, devem possuir algum tipo de pós-graduação) e cujas áreas de formação tenham correlação com o tema da pesquisa. A composição da banca deverá ser definida em conjunto pelo orientador e discente, que também deverão averiguar *a priori* a disponibilidade de participação dos docentes indicados, cujos nomes devem ser previamente remetidos à coordenação, que, se julgar necessário, irá submetê-los à avaliação do colegiado antes de serem confirmados na banca.

A produção desse trabalho será dividida em dois momentos, como elencado a seguir.

I. Monografia I

Nesta disciplina, o aluno deverá elaborar o projeto de pesquisa, contemplando os seguintes pontos:

- a) Delimitação do tema da pesquisa e revisão de literatura: deve-se determinar, de maneira clara, qual o tema da pesquisa e problemática nela envolvida. A partir dessa delimitação, deve ser feito um levantamento da literatura já publicada sobre o assunto na área de interesse da pesquisa, a qual servirá de referencial para a elaboração do trabalho proposto.
- b) Justificativa e objetivos: deve-se esclarecer qual a relevância da temática escolhida e quais são os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

c) Metodologia e viabilidade da pesquisa: deverão ser detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa, demonstrando também a viabilidade de sua execução considerando o tempo disponível para tal (o que deve estar explícito por meio de um cronograma para o desenvolvimento do projeto) e os recursos necessários à sua execução.

Ao final do semestre, o aluno deverá apresentar por escrito esses elementos, cabendo ao docente orientador atribuir-lhe a nota final.

II. Monografia II

Nesta etapa, deverá ser realizada a pesquisa propriamente dita, com base no projeto entregue para conclusão da Monografia I, e a exposição pública do trabalho final, com suas respectivas conclusões. O orientador deverá definir, de acordo com o calendário acadêmico, a data prevista para a apresentação oral do trabalho e sugerir, com o discente, a composição da Banca Examinadora. A apresentação oral deverá ser pública, na data prevista, com divulgação de, no mínimo, uma semana de antecedência da data a ser realizada.

O discente terá de 30 a 40 minutos para apresentação oral de seu trabalho. Após a apresentação, o presidente da Banca Examinadora dará a palavra a cada um dos membros; estes poderão fazer quaisquer perguntas pertinentes ao trabalho executado. Então, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não da monografia e a nota a ser atribuída ao aluno na disciplina Monografia II.

No caso do projeto ser aprovado mas, no entender da Banca Examinadora, modificações forem necessárias, estas deverão ser providenciadas, revisadas pelo Professor Orientador e a versão final entregue no prazo previsto no calendário. O orientador será responsável pela verificação do cumprimento dessas exigências.

O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega da versão final do trabalho à Coordenação do Curso, em via digital, bem como à biblioteca, conforme Portaria nº1.226/2012, que dispõe sobre procedimentos de entrega de TCC de Graduações na biblioteca.

Quanto à Monografia, não poderão existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao seu amplo uso e divulgação. Todas as divulgações (publicações) devem explicitar, além do nome do autor, o nome do Ifes, do Curso e do(s) Orientador(es) do Projeto.

6.3.9 Iniciação Científica

A inserção do estudante de graduação em projetos de pesquisa é um instrumento fundamental no aprimoramento das qualidades almejadas em um profissional de nível superior, uma vez que estimula o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Dessa forma, a iniciação científica contribui para o aumento da produção da ciência, do conhecimento tecnológico e da inovação, ao mesmo tempo que amplia o acesso e a integração do estudante à cultura acadêmica.

Os mecanismos institucionais para essa inserção são os estágios curriculares e a iniciação científica. Para a institucionalização das propostas de pesquisas com iniciação científica, objetivando a formalização dentro da rede, a estrutura organizacional do campus conta com uma Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE), que tem as funções de: supervisionar e auxiliar os pesquisadores/orientadores e estudantes no cadastramento, gerenciamento, monitoramento e prestação de contas técnicas dos projetos de pesquisa e extensão; garantir a viabilidade na execução das atividades; possibilitar parcerias institucionais e a captação de recursos internos via Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (PRPPG) e recursos externos por meio de agências de fomento e Acordos de Cooperação Técnica.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, por meio da Diretoria de Pesquisa, divulga periodicamente a distribuição dessas bolsas via editais que compõem o Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Picti). Os editais do Picti são destinados à formação de cadastro de reserva para a distribuição de bolsas captadas junto a agências de fomento externas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), bem como daquelas disponibilizadas pelo próprio Ifes, na forma do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, para

estudantes de graduação, com remuneração, e do Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica – Pivic, para estudantes de graduação, sem remuneração.

Há, ainda, o Programa Institucional de Difusão Científica (Prodif) que, a partir de editais disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, torna possível, via edital, o acesso ao auxílio para publicações científicas; versão e revisão de artigos científicos; apoio à apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos. Dessa forma, o Prodif busca apoiar a difusão de informações relacionadas à pesquisa, sejam elas os próprios resultados das ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, as oportunidades de captação de recursos externos e a divulgação de eventos. Também estão previstos nesse programa o apoio a produções artísticas e culturais realizadas por servidores e estudantes da instituição.

A pesquisa e a iniciação científica que são desenvolvidas ficam sob a responsabilidade do Coordenador da proposta do projeto de pesquisa, normalmente professor do quadro docente do curso, que gerencia as atividades do projeto, desde a elaboração da proposta, formação da equipe de trabalho, seleção dos estudantes bolsistas/voluntários, cronograma de execução das atividades, entre outras.

Para a divulgação à comunidade interna e externa, das pesquisas realizadas por servidores/orientadores e estudantes, dois eventos são realizados anualmente: a Semana Acadêmica Integrada e Jornada Científica do Ifes, organizada pela Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do campus, na qual os estudantes/bolsistas do campus apresentam os resultados dos projetos de pesquisa na forma de pôster e na modalidade oral; e a Jornada Integrada de Iniciação Científica, realizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Ifes, com a participação e apresentação de todos os campi da rede, na apresentação dos resultados de projetos, envolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Dentre algumas das ações de pesquisa da Coordenadoria de Licenciatura em Geografia estão aquelas vinculadas ao acesso a tais editais. Desse modo, no ano de 2015, sob a coordenação do Professor Me. Mizael Fernandes de Oliveira e orientação/tutoria da Profa. Ma. Amanda Catarucci e do Prof. Me. Adilson Coelho, foi submetido o projeto de pesquisa “O uso do Geoprocessamento na análise das dinâmicas socioespaciais do município de Nova Venécia pós década de 1970” ao Edital FAPES/CNPq Nº 14/2014 – Programa de Iniciação Científica Júnior. O projeto foi iniciado no segundo semestre de 2015

e finalizado no segundo semestre de 2017. Envolveu dez estudantes do Ensino Médio Integrado e dois estudantes do Curso de Licenciatura de Geografia do campus, que atuaram como monitores. O projeto foi dividido em seis grandes eixos:

- **Eixo I:** “A legislação da política urbana na produção da cidade de Nova Venécia no período de 1970-2015”: estudou o papel da legislação urbana na produção da cidade de Nova Venécia, a partir da regulamentação e definição de eixos de ocupação, determinando a valorização de porções do espaço urbano em detrimento de outros e na definição de áreas prioritárias de atuação do poder público.

- **Eixo II:** “A dinâmica e a espacialização dos setores econômicos do município de Nova Venécia no período de 1970-2015”: analisou a dinâmica espacial dos setores primário, secundário e terciário da área urbanizada do município de Nova Venécia, por meio de dados estatísticos, econômicos e populacionais das décadas de 1970 a 2017, bem como por meio de elaboração de mapas temáticos.

- **Eixo III:** “O mapeamento da dinâmica do uso da terra do município de Nova Venécia no período de 1970-2015”: apresentou a dinâmica do uso e ocupação da terra no município de Nova Venécia/ES no período de 1970-2015, utilizando ferramentas de geoprocessamento, a partir do uso de imagens de satélite, fotografias aéreas, ortofotos, somados a dados e documentos geográficos e históricos.

- **Eixo IV:** “Mapeamento da dinâmica da população urbana e rural do município de Nova Venécia no período de 1970-2015”: compreendeu a dinâmica da expansão do espaço urbano de Nova Venécia através da análise da mancha urbana, elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos ilustrativos da dinâmica populacional.

- **Eixo V:** “As dinâmicas socioespaciais na produção do espaço urbano e na apropriação do meio físico do município de Nova Venécia no período de 1970-2015”: analisou o processo de produção do espaço urbano do município de Nova Venécia, a partir do uso e apropriação do meio físico e os impactos socioambientais derivados da relação sociedade-natureza estabelecidos no período de 1970-2015.

- **Eixo VI:** “As dinâmicas socioespaciais na estrutura do campo no município de Nova Venécia no período de 1970-2015”: discutiu as dinâmicas socioespaciais na estruturação do campo no município de Nova Venécia, localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, a partir de ferramentas de geoprocessamento, dados e documentos geográficos e históricos, e analisou os fatores sociais, econômicos, históricos que determinaram a configuração e reconfiguração do espaço no período de 1970-2015.

Em 2018, com o intuito de potencializar as experiências, saberes, currículos e práticas de ensino de Geografia desenvolvidos por educadores e educandos de escolas das

redes municipais e estadual de ensino do estado do Espírito Santo, tanto do campo quanto da cidade, e por educadores e educandos do curso de Licenciatura Plena em Geografia do Ifes campus Nova Venécia, foi submetido o Projeto de Pesquisa “Currículo, Saberes e Experiências: Metodologias do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) do Ifes campus Nova Venécia”, vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ “Educação e Cidadania” e articulado ao Curso de Licenciatura em Geografia, sob coordenação do Prof. Dr. Júlio de Souza Santos. O projeto agregou quatro eixos de trabalho principais:

- **Eixo I:** Currículos, Experiências, Saberes e Práticas de Ensino de Educadores e Educandos da Cidade: “Reflexões sobre a prática de ensino de uma educadora de Geografia no contexto do 6º ano do Ensino Fundamental II da EMEF Veneciano”, sob a orientação do professor Júlio de Souza Santos.
- **Eixo II:** Currículos, Experiências, Saberes e Práticas de Ensino de Educadores e Educandos do Campo. “Experiências, narrativas e percursos geográficos no ensino fundamental da Escola Municipal Comunitária Rural (EMCOR) “Santa Helena”, Nova Venécia/ES”, sob a orientação/tutoria da Profª. Ma. Amanda de Fátima Martin Catarucci.
- **Eixo III:** Diálogos entre a Formação Inicial e Continuada de Professores de Geografia: “Diálogos entre a formação inicial e a formação continuada de educadores do campo e da cidade”, sob a orientação/tutoria da Profª. Esp. Eglieni Trevezani.
- **Eixo IV:** Metodologias de Ensino de Geografia no município de Nova Venécia: “Metodologias Inovadoras de Ensino do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia: Corrida de Orientação como perspectiva metodológica de ensino de Cartografia Escolar”, sob a orientação da Profª. Dra. Pamela Marcia Ferreira Dionisio.

Para a execução dessa pesquisa, foi realizada a interlocução com escolas do campo e da cidade, envolvidas em ações de ensino e de extensão do Ifes campus Nova Venécia. As referidas ações consistem em convênios e parcerias com o estágio supervisionado em Geografia, realização de eventos e projetos extensionistas, entre outras. Nesse sentido, as parcerias, no âmbito da pesquisa, com escolas das redes municipais e estadual de ensino, situadas nos municípios de Nova Venécia e de São Mateus, caracterizam-se pelo envolvimento e pela participação das escolas na identificação, sistematização, visibilidade, socialização e democratização das experiências e práticas de ensino de Geografia tecidas no cotidiano escolar.

Percebe-se que tal projeto gera um significativo impacto educacional nas escolas parceiras, uma vez que promove a potencialização das práticas de ensino de Geografia de

educadores e educandos, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação ofertada nesses espaços, através da potencialização do processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, a execução de projetos de pesquisa dessa natureza promove o estreitamento da relação do Ifes com outras escolas e redes de ensino, por meio da parceria e construção coletiva e dialógica de atividades de produção de conhecimento científico, na perspectiva de valorização e visibilidade das experiências, práticas e saberes docentes tecidos por profissionais da educação nesses contextos, em diálogo com os educadores do Ifes, na abordagem interdisciplinar.

Nesses processos formativos, os estudantes pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa participam efetivamente de todas as etapas da pesquisa, tornando-se sujeitos protagonistas no percurso metodológico, através da identificação, sistematização, visibilidade, socialização e democratização das práticas de ensino de Geografia e o desenvolvimento de metodologias de ensino inovadoras, objetivando a criação de um banco de experiências, metodologias de ensino e produção de material didático. Assim, além de contribuir para o desenvolvimento da qualidade da Educação Básica, impacta na formação de estudantes da licenciatura, através da iniciação à pesquisa e a vivência em múltiplos espaços que articulam ensino e extensão.

Outras formas de atividades de pesquisa atreladas ao ensino e extensão são aquelas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e ao Programa de Residência Pedagógica que constituem ações da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC).

O Pibid visa proporcionar aos discentes, na primeira metade do curso de licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Já o Programa de Residência Pedagógica é voltado ao aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de Educação Básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Os discentes são acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das instituições de Educação Superior participantes do programa. Em 2018, o Curso de Licenciatura em Geografia foi contemplado com 24 bolsas de Iniciação à Docência e 24 bolsas de Residência Pedagógica, além de bolsas para professores supervisores que atuam em escolas diferentes do município de Nova Venécia. Atualmente, os programas são coordenados pelos professores doutores Jaime Bernardo Neto e Júlio de Souza Santos.

Tais programas promovem espaços e tempos formativos, envolvendo as demandas apresentadas pelas unidades de ensino e de seus profissionais, bem como dos licenciandos, na perspectiva de promoção do diálogo entre a formação inicial e a continuada. Permitem, ainda, a visibilidade das experiências, saberes e práticas docentes desenvolvidas pelos educadores em parceria com os licenciandos, na perspectiva de valorização profissional docente e na construção de uma educação de qualidade.

Vale ressaltar, por fim, que esses programas constituem uma importante política de permanência e êxito dos estudantes dentro da instituição, uma vez que a remuneração proveniente das bolsas garante o custeio de muitos gastos que, direta ou indiretamente, estão relacionados ao Curso de Licenciatura, como pagamento de aluguel, água, luz, alimentação, entre outros.

6.3.10 Extensão

Considerando o compromisso social das Instituições de Ensino Superior com toda a sociedade, as atividades de extensão são vistas como formas de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade, desenvolvimento e responsabilidade social.

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo concede bolsas via editais para alunos(as) do Ifes de cursos técnico, de graduação, de formação inicial e continuada, e de pós-graduação lato e stricto sensu mediante seleção de propostas para a execução de programas ou projetos de extensão, por meio do Programa de Apoio à Extensão do Ifes – Paex e de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 53/2016, Resolução do Conselho Superior nº 44/2016 e Orientação Normativa Cgaex/Proex Nº 01/2016.

O Programa de Apoio à Extensão do Ifes – Paex é um programa destinado a fomentar o início e a manutenção de programas e projetos de extensão promovidos por estudantes e servidores do Ifes, além de membros das comunidades dos territórios de atuação deste Instituto. Esse programa institucional tem ênfase especial na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País.

Nas experiências de acompanhamento de estudantes da Licenciatura em Geografia, durante a realização do Estágio Supervisionado nas escolas das redes municipais e da rede estadual de ensino nos anos de 2017 e 2018, bem como em movimentos iniciais para a realização de pesquisa e de outras parcerias com as mesmas, vem sendo constatada, através da interlocução com profissionais dos referidos estabelecimentos educacionais, a necessidade de ampliação de projetos colaborativos com o Ifes, na perspectiva do atendimento às demandas de formação apresentadas por educandos e educadores, diante do quadro de precarização da educação escolar, com condições adversas de trabalho, condição socioeconômica dos educandos, estrutura física inadequada, ausência de formação continuada e/ou oferta de formação em serviço inapropriada, entre outros muitos aspectos.

Desse modo, através da realização de reuniões com as escolas parceiras do Estágio Supervisionado, profissionais dos referidos estabelecimentos de ensino solicitaram a possibilidade de diversas atividades pedagógicas, como visitas monitoradas no Ifes campus Nova Venécia, sobretudo, para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental; realização de palestras; oferta de oficinas pedagógicas nas escolas, de acordo com as demandas formativas apresentadas pelos educandos e educadores.

Em virtude das demandas apresentadas, realizamos, em parceria com essas escolas, a construção coletiva de um projeto de extensão, com a finalidade de abranger diversas atividades pedagógicas requeridas em cada contexto. Em 2018, foi submetido o projeto de extensão: “Atendimento às demandas formativas na Educação Básica”, de caráter interdisciplinar, que objetivou contribuir para o atendimento às demandas formativas apresentadas por educadores e educandos de escolas de redes municipais e estadual de ensino, em diferentes níveis e modalidades da Educação Básica.

Para tanto, vem sendo realizada uma construção coletiva e dialógica da referida ação para a oferta de múltiplos espaços e tempos formativos, com a realização de oficinas pedagógicas, palestras e visitas pedagógicas monitoradas, envolvendo as referidas comunidades escolares e estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Geografia do Ifes campus Nova Venécia, como pode ser observado no Quadro 1.

O Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) “Mizael Fernandes de Oliveira”³ foi implementado em 2017 e possui a finalidade de potencializar e integrar as

3

atividades de ensino. Em sua gênese, recebia a nomenclatura de Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (LEAGEO) e funcionava em uma pequena sala do campus, com o intuito de oportunizar aos alunos o contato com materiais pedagógicos, a confecção de recursos didáticos e a vivência de atividades práticas. Em 2018, o LEAGEO passou a ser denominado Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e foi deslocado para outro espaço, onde funcionava uma sala temática, que apresenta artes visuais sobre a origem do Universo, a formação do Planeta Terra, a evolução da vida, entre outros elementos. Ressalta-se que esse espaço era usado também para aulas, oficinas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos, entre outras finalidades.

O Lapeg vem sendo palco de várias atividades institucionalizadas, como o Projeto de Extensão “Atendimento às demandas formativas na Educação Básica”, da Coordenadoria de Licenciatura em Geografia, que tem por objetivo principal contribuir para o atendimento às demandas formativas apresentadas por educadores e educandos, através do desenvolvimento de atividades temáticas integradoras, na perspectiva de estreitamento das relações entre o Instituto Federal e estabelecimentos educacionais, oferecendo-lhes oportunidades de conhecer o campus, abrir o leque de conhecimento entre aluno e professor, dialogar com práticas e experiências diferentes e oferecer um novo olhar diante de uma ação cotidiana que passaria despercebida diante de muitos.

Desse modo, o Lapeg tem sido regularmente empregado para visitas de escolas das redes de ensino municipais e estadual; nele são desenvolvidas atividades temáticas previamente planejadas com os professores de Geografia dos alunos visitantes, com o apoio de materiais e recursos didáticos (explicados mais à frente do texto) empregados para o desenvolvimento das aulas. Nesse sentido, o Lapeg contribui para inovação em práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Geografia.

Nessa mesma perspectiva, vêm sendo desenvolvidas também ações relativas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e ao Programa Residência Pedagógica no Lapeg, no qual ocorrem reuniões de orientações individuais e coletivas, grupo de estudo, elaboração de planos de aulas, desenvolvimento de experimentos e trocas de experiências dos alunos bolsistas. Além disso, integrantes de projetos de pesquisas

O Lapeg recebeu o nome do Professor Me. Mizael Fernandes de Oliveira, falecido em abril de 2017, em homenagem a sua memória e valiosa contribuição ao Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia.

vinculados à Coordenadoria de Geografia são associadas ao Lapeg, aproveitando o espaço como local de estudos, de reuniões e de orientações.

Diante do exposto, o Laboratório de Prática de Ensino de Geografia possui caráter interdisciplinar, para promover debates, reflexões e ressignificação das ações docentes no âmbito da educação geográfica. Portanto, busca-se contribuir na formação de professores autônomos e inovadores, capazes de projetar e realizar melhorias em seus campos de atuação, de propor novas metodologias e criar materiais didáticos para a educação geográfica, além de formular, planejar, desenvolver e avaliar projetos de pesquisa.

Nesse laboratório, o aluno tem a sua disposição materiais para serem utilizados nos trabalhos acadêmicos, nas atividades interdisciplinares, nas atividades envolvendo diversas turmas do Curso de Geografia, sendo que tais materiais seriam ativos permanentes dessa Licenciatura.

Vários fenômenos e/ou situações do processo de ensino-aprendizagem podem ser simulados em laboratório, proporcionando ao aluno a possibilidade de compreendê-lo em sua essência. Dessa forma, estaríamos garantindo condições de formar não somente professores, mas também cidadãos, que possam analisar, compreender e propor soluções para esta intrincada e, ao mesmo tempo, gratificante relação educando-educador.

Atualmente, o laboratório consta com computadores para a realização dos trabalhos em gabinete dos bolsistas de pesquisa e extensão do curso de Licenciatura; maquetes, mapas temáticos, fotografias aéreas e imagens de satélite, multimídia e espaço para a projeção de *slides*, jogos interativos, uma “Caixa de Areia” (*sandbox*) de realidade aumentada, que permite a projeção das curvas de nível dos terrenos em ambiente 3D; diversos materiais didáticos produzidos pelos estudantes em oficinas pedagógicas e nas disciplinas do curso. O ambiente da sala contém desenhado em suas paredes a história da evolução geológica da Terra e da vida do planeta, bem como o desenho das principais civilizações da História (gregos, romanos, egípcios e outros) e uma tabela periódica de Química. A tinta utilizada é fluorescente e, quando combinada com a utilização de luzes de neon, produz um efeito incrível, realçando fenômenos a serem discutidos nos diferentes itinerários temáticos construídos para as visitas monitoradas das escolas.

Quadro 1. Relação das atividades realizadas do Projeto de Extensão “Atendimento às Demandas Formativas na Educação Básica”, junto ao Laboratório de Práticas de Ensino (Lapeg) “Mizael Fernandes de Oliveira”

Identificação das atividades executadas	Descrição das atividades executadas
Catalogação e organização de materiais didáticos do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg)	Catalogação e organização de materiais didáticos do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg), na perspectiva de elaboração de roteiros formativos para visitas e oficinas pedagógicas. Período: 17/09 a 30/11/2018.
Oficina Pedagógica: Novas Tecnologias na Educação Geográfica	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Veneciano, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Período: 01 a 17/10/2018.
Palestra: Perspectivas de Vida	Planejamento e realização de Palestra para Educandos da EMEF Stanislaw Zucoloto. Período: 01 a 18/10/2018.
Palestra: Geografia dos Alimentos	Planejamento e realização de Palestra na Escola-Família Agrícola Chapadinha. Período: 01 a 19/10/2018.
Oficina Pedagógica: Novas Tecnologias na Educação Geográfica	Planejamento e Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Tito dos Santos Neves, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Período: 20 a 30/10/2018.
Registro de dados de equipe executora das atividades do Projeto de Extensão, no Sistema de Registro e Emissão de Certificados do Ifes (SRC).	Realização do registro de dados de equipe executora das atividades do Projeto de Extensão, no Sistema de Registro de Certificação (SRC). Período: meses de novembro e dezembro de 2018.
Oficina Pedagógica “Técnicas de convivência com efeitos do clima”.	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMCOR Santa Helena, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Data: 18 de março de 2018.
Oficina Pedagógica “História e memória de Nova Venécia-ES: as transformações nas paisagens e no espaço geográfico”.	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Veneciano, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Data: 15 de abril de 2018.
Oficina Pedagógica “Introdução aos fundamentos da Astronomia”.	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Claudina Barbosa, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia

	(Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Período: 07 a 14 de Maio de 2018.
Oficina Pedagógica “Formação dos Solos”.	Oficina pedagógica no CEIER Vila Pavão com os estudantes do Técnico Agrícola. Data: 25 de abril de 2018.
Oficina Pedagógica “As culturas, os reinos e os impérios africanos”.	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Stanislaw Zucoloto, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Data: 28 de Maio de 2018.
Palestra “Impactos da Agricultura e Mineração e Questão Ambiental”.	EMEIF Pio XI, no município de São Mateus, com estudantes do Fundamental II. Data: 07 de junho de 2018.
Palestra “A importância da escola na vida da criança”.	EMEF Stanislaw Zucoloto. Data: 11 de junho de 2018.
Oficina Pedagógica "Regionalização do espaço mundial"; Oficina Pedagógica "Observando com o microscópio"; Oficina Pedagógica "Brasil: aspectos históricos, demográficos e físicos".	Realização de Oficina Pedagógica, com educandos da EMEF Veneciano, no Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg) e outras dependências do Ifes campus Nova Venécia. Período: 05 e 27 de junho de 2018.

Percebe-se, portanto, à medida que se busca atender às demandas das escolas, potencializam-se os processos formativos dos educandos e dos educadores, contribuindo para o estreitamento da relação entre o Instituto Federal do Espírito Santo e a comunidade externa. O projeto fomenta, ainda, a potencialização da formação dos educadores e educandos; o estreitamento da interlocução e parceria com as redes públicas de ensino municipal e estadual; e garante a valorização do trabalho docente desenvolvido pelos profissionais envolvidos.

Além disso, o projeto busca o desenvolvimento de um banco de dados de experiências e metodologias de ensino, através de ambientes e plataformas virtuais que contemplem a divulgação de textos reflexivos, dos materiais didáticos produzidos, dos planos de trabalho de diferentes atividades pedagógicas, de videoaulas, entre outros; objetiva ainda a construção coletiva de grupos de estudo, de acervo físico de materiais didáticos, de fóruns de discussão, de encontros de educadores, entre outros, constituindo espaços e tempos de formação inicial e continuada.

Atualmente, o projeto vem sendo reestruturado para constituir um programa de extensão do campus de Nova Venécia, junto à DPPGE, garantindo a permanência do trabalho dessa proposta inicial e atuando, também, junto às disciplinas de caráter prático e extensionista do curso, garantindo o atendimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e da Resolução CNE/CNS nº 07/2018. Salienta-se que, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece, na meta 12, a estratégia 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

A Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, entende, no artigo 3º, que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se **integra à matriz curricular e à organização da pesquisa**, constituindo-se em **processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico**, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em **articulação permanente com o ensino e a pesquisa** (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7/2018, grifo nosso).

A organização curricular do curso permite o desenvolvimento de atividades e ações de responsabilidade social articuladas às atividades de extensão. Assim, a fim de garantir o cumprimento e a execução dessas ações, foram levantadas disciplinas da grade curricular que possuem caráter prático – como aulas de campo, técnicas laboratoriais, instrumentais e elaboração de material didático – e de caráter extensionista, ou seja, que ao longo da história da constituição do Curso de Licenciatura em Geografia do campus construíram ou teriam maiores possibilidades de construir um trabalho conjunto com a comunidade urbana e rural do território, escolas da região e demais atores da esfera pública e civil, através da execução de projetos e outras ações. No Quadro 2, é possível identificar as disciplinas selecionadas dentro desse perfil.

Quadro 2. Distribuição e carga horária das disciplinas de caráter prático e extensionista

Disciplina	Semestre	Carga Horária
Tecnologias integradas à Educação	5º	45 horas

Geografia Urbana	6º	75 horas
Educação das relações étnico-raciais	6º	45 horas
Geopedologia	7º	75 horas
Educação Especial	7º	30 horas
Educação do Campo	8º	30 horas
Movimentos Sociais e Educação	8º	45 horas
TOTAL		345

Tais disciplinas, **obrigatoriamente**, devem desempenhar ações articuladas junto ao Programa de Extensão desenvolvido pelo Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia (Lapeg) “Mizael Fernandes de Oliveira” (em fase de construção), como já apresentado anteriormente, atreladas ou não aos demais núcleos do campus, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Naebi), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), Núcleo de Gênero (Nugen), Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA). Tais ações envolverão o desenvolvimento de projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, comprovadas a partir do cadastramento próprio do Lapeg junto à DPPGE do campus.

É importante ressaltar que, para além das ações vinculadas ao Lapeg, a Coordenadoria de Licenciatura do campus já realizava ações de extensão articuladas aos Estágios Supervisionados obrigatórios e aos programas institucionais PIBID e Residência Pedagógica. Algumas das ações desenvolvidas estão descritas abaixo, no Quadro 03.

Quadro 3. Ações de extensão desenvolvidas pela coordenadoria

Evento	Descrição	Data ou Período
Semeando Agroecologia: Seminário Regional da Produção Agroecológica.	Evento articulado com diversos segmentos da sociedade: associações de agricultores (Associação de Agroecologia Universo Orgânico, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Venécia e Vila Pavão); movimentos sociais do campo (MST, MPA, MMC) e da cidade (Central das Associações e Organizações Sociais de Nova Venécia); Incaper, Banco do Nordeste e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. <u>Metodologia:</u> Palestras e oficinas realizadas com educadores, agricultores (as) e técnicos (as) da prefeitura.	28 de setembro de 2017.

<p>I Colóquio de Diálogos das Experiências e Práticas de Ensino no Estágio Supervisionado em Geografia – Ifes campus Nova Venécia.</p>	<p>Evento realizado com o intuito de promover a socialização e o debate sobre as práticas docentes de Geografia tecidas na educação básica e no âmbito do estágio supervisionado, além de valorizar o profissional da Educação Básica, por meio da interlocução entre o Instituto Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia e os sistemas de ensino municipais e estadual.</p> <p><u>Metodologia:</u> Mesas de diálogos, com a exposição de relatos de experiências dos alunos e professores supervisores, sob a mediação de professores que lecionam no Curso de Licenciatura Plena em Geografia do Ifes campus Nova Venécia; exposição de <i>banners</i> de oficinas pedagógicas realizadas por alunos estagiários.</p>	<p>04 e 11 de dezembro de 2017.</p>
<p>VIII Semana de Educação para a Vida: “Terra e resistência: campo e cidade na superação das desigualdades”/ Semana dos Orgânicos: “Produto Orgânico: Melhor para a vida”.</p>	<p>A proposta de organização da Semana de Educação para a Vida proporcionou experiências formativas para os profissionais e estudantes envolvidos com a educação básica, sobretudo dos municípios de Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros, Jaguaré, Ecoporanga e Vila Pavão, contribuindo para o conhecimento sobre as práticas agroecológicas no contexto da agricultura familiar e da luta pela reforma agrária. Oportunizou, ainda, vivências e práticas agroecológicas, ampliando a percepção sobre a produção, comercialização e consumo, bem como sobre as culturas e saberes camponeses na conjuntura da agricultura familiar e reforma agrária.</p> <p><u>Metodologia:</u> palestras, mesas de diálogos, apresentações culturais, rodas de conversa, visitas técnicas às propriedades agroecológicas da região.</p>	<p>23 a 26 de maio de 2018.</p>
<p>II Colóquio de Diálogos das Experiências e Práticas de Ensino no Estágio Supervisionado em Geografia</p>	<p>Evento realizado com o intuito de promover a socialização e o debate sobre as práticas docentes de geografia tecidas na Educação Básica e no âmbito do estágio supervisionado, além de valorizar o profissional da Educação Básica, por meio da interlocução entre o Instituto Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia e os sistemas de ensino municipais e estadual.</p> <p><u>Metodologia:</u> Mesas de diálogos, com a exposição de relatos de experiências dos alunos e professores supervisores, sob a mediação de professores que lecionam no Curso de Licenciatura Plena em Geografia do Ifes campus Nova Venécia; exposição de <i>banners</i> de oficinas pedagógicas realizadas por alunos estagiários.</p>	<p>05, 06 e 07 de junho de 2018.</p>

É inquestionável que todas essas ações desenvolvidas ampliam o processo de interlocução, colaboração e integração entre o Ifes campus Nova Venécia e outras escolas,

na perspectiva de contribuir para o protagonismo das redes de ensino e na formação inicial e continuada de professores, bem como expressam o compromisso social dessa instituição com os direitos humanos, a justiça social e ambiental, a ciência, a tecnologia e o trabalho.

7 AVALIAÇÃO

7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ocorrerá com base na análise de diversos fatores, tais como: cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso o desenvolvimento das respectivas habilidades e competências necessárias à profissão docente, estrutura curricular, flexibilização curricular, atividades acadêmico científico-culturais, pertinência do curso no contexto regional e corpo docente e discente.

Entende-se aqui que tal avaliação deve ser contínua e feita de forma coletiva, uma vez que a contribuição de diferentes perspectivas é fundamental tanto ao diagnóstico quanto à proposição de eventuais prognósticos. Este Projeto Político de Curso já é, por si só, um reflexo desse processo e as mudanças em relação ao projeto original são, por sinal, fruto da avaliação do curso feita pelo Núcleo Docente Estruturante, conjuntamente com demais atores envolvidos, como os discentes e demais profissionais e setores do campus que atuam direta ou indiretamente no curso, respeitando as prerrogativas da Resolução CS nº 1/2019⁴.

Tal avaliação fora feita, portanto, de forma coletiva, a partir da experiência dos cinco primeiros anos de funcionamento do curso, visando melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes que já se encontram cursando a referida graduação na instituição.

Convém ressaltar que as alterações propostas no presente Projeto de Curso visam contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do curso e a formação acadêmica dos discentes. Seguindo a premissa de continuidade no processo de avaliação, para os futuros ingressantes será elaborada uma nova grade curricular a ser implementada em 2020/1, adequando o Projeto Político do Curso às novas diretrizes do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação e promovendo as mudanças sugeridas a partir da análise coletiva e multidimensional do curso.

⁴ A Resolução CS nº 1/2019 do Ifes estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

Frisa-se ainda que a avaliação do desenvolvimento do PPC dar-se-á em relação ao cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso, estrutura curricular, flexibilização curricular, atividades teórico-práticas, pertinência do curso no contexto regional, corpo docente e discente. Será avaliado formalmente a cada cinco anos ou sempre que tal avaliação se fizer necessária e envolverá atuação conjunta entre a Coordenadoria, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso.

Quanto ao Colegiado de Curso, cabe salientar que este segue as normatizações estabelecidas na Resolução CS/Ifes no 65, de 23/11/2010, tendo como atribuições:

- I. contribuir com o Núcleo Docente Estruturante - NDE na atualização, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. homologar a oferta de vagas para o curso em cada período letivo e encaminhá-la ao Diretor do Campus, obedecendo ao prazo do Calendário Acadêmico;
- III. definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- IV. propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as Coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- V. orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;
- VI. sugerir às Coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- VII. propor ao setor de registro acadêmico a suspensão temporária de ofertas de turmas/componentes curriculares quando a demanda ficar abaixo do que estabelecem as normas acadêmicas;
- VIII. definir, junto às Coordenadorias acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;
- IX. estabelecer equivalências de estudos e indicar os componentes curriculares a serem adaptados ou dispensados, em casos de aproveitamento de estudos;
- X. examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do Campus;
- XI. elaborar e aprovar o plano anual de atividades do Colegiado;
- XII. elaborar e aprovar o relatório anual de atividades do Colegiado para envio à Diretoria de Graduação ou de Pós-Graduação;

- XIII. estabelecer normas e procedimentos para o seu funcionamento, bem como propor seu Regimento Interno, que deverá ser homologado pela Diretoria de Ensino ou setor equivalente do Campus;
- XIV. criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- XV. coordenar as atividades de autoavaliação, sob a supervisão da CPA.

Importante citar ainda que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) segue as normatizações estabelecidas na Resolução CS/lfes nº 14, de 11/12/2009, sendo responsável diretamente pela atualização, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, cabendo aos professores do NDE a responsabilidade permanente de garantir a qualidade acadêmica do curso.

7.2 Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A aprendizagem escolar é um processo complexo de construção de conhecimentos formais que pressupõe transformações sucessivas nas formas de pensamento e de comportamento do educando, cujo processo envolve dimensões biológicas, afetivas e sociais, uma vez que se refere à formação humana.

Entendendo a avaliação como parte integrante do processo de formação, com função formativa, somativa e de diagnóstico, ela importa tanto para a instituição de ensino como para o professor e o estudante. De acordo com Haydt (1997), a função diagnóstica da avaliação identifica as dificuldades de aprendizagem; a formativa determina o alcance dos objetivos propostos e a somativa tem a função principal de promover o aluno. Saviani (2000) reforça que

[...] mais que ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos (SAVIANI, 2000, p.41).

Considerando o exposto, a avaliação no Curso de Licenciatura em Geografia no Ifes aponta para as seguintes finalidades:

- Diagnosticar as etapas e respectivas adversidades ao processo de ensino-aprendizagem, servindo para que sejam tomadas medidas para recuperação de conceitos e estímulo a novas estruturas.
- Propiciar a reflexão do processo ensino-aprendizagem pelos atores do mesmo.
- Integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem.

- Comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva.
- Apresentar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.
- Possibilitar a reflexão sobre como está se desenrolando o proposto para a formação do licenciado em Geografia.

Faz-se importante esclarecer que a avaliação do desempenho dos discentes em cada componente curricular, de acordo com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Superiores – ROD do Ifes, será realizada de forma processual e efetivar-se-á por meio de, no mínimo, três instrumentos avaliativos documentados.

Em consonância com os pressupostos estabelecidos para o desenvolvimento do ensino no Instituto e de acordo com os princípios preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a avaliação do processo ensino-aprendizagem ocorrerá em dinâmica processual, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo professores e alunos. Assim, entende-se a avaliação como uma ação contínua, pois resulta do acompanhamento efetivo do professor durante o período no qual determinado conhecimento está sendo apropriado pelo licenciando. Avaliação, ensino e aprendizagem vinculam-se, portanto, ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas aos momentos específicos de aplicação de instrumentos avaliativos.

Salienta-se, assim, que a avaliação da aprendizagem priorizará atividades formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades, orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e orientar as atividades de (re) planejamento dos conteúdos curriculares.

Na avaliação da aprendizagem dos estudantes serão considerados a assiduidade e o aproveitamento nos estudos. Para ser aprovado, portanto, o estudante deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco) e 60 (sessenta) pontos nas atividades desenvolvidas em cada componente curricular, cabendo ao professor os registros devidos, excetuando-se os casos amparados em lei e os componentes curriculares cursados a distância – estes deverão seguir as normas e registros conforme orientações adequadas ao sistema específico (*Moodle*, Sistema Acadêmico, entre outros). A verificação do aproveitamento nos estudos e do alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino, em cada componente curricular, ocorrerá por meio da aplicação de diferentes instrumentos, tais como: relatórios, provas, atividades práticas, autoavaliação, seminários, apresentações, entre outros. O aluno

que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada poderá realizar o instrumento final de avaliação.

Além da avaliação inerente a cada componente curricular, poderá ser feita também uma avaliação mais ampla e holística da situação de cada discente por meio das reuniões pedagógicas, que contam com a participação dos professores do colegiado do curso, membros da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e de outros setores ligados ao ensino, conforme estabelece Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes. Nessas reuniões, analisa-se em conjunto a situação de cada discente e avalia-se o que pode ser feito, tanto em âmbito mais amplo quanto individual. É importante salientar também que são oferecidos pelos docentes horários de atendimentos semanais e, nestes momentos, o conteúdo estudado pode ser reforçado/recuperado. Cita-se ainda que podem ser oferecidas monitorias (voluntárias ou não) de alguns componentes curriculares, a fim de reforçar a compreensão dos conteúdos; tanto em atendimentos docentes quanto nas monitorias, a presença do aluno é facultativa.

7.3 Avaliação do Curso

O Curso de Licenciatura em Geografia será avaliado em todo percurso de sua execução, obedecidas as diretrizes nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciaturas e proposta de avaliação Institucional do Ifes. Incluem-se como legislações importantes neste processo: a Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Resolução CNE/CP nº 2 de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; e a Resolução CS/Ifes nº 29, de 09/08/2013, que homologa o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto.

A avaliação do curso abrange os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se, aqui, a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, considerando necessidades, situações específicas, os diferentes focos e aprofundamentos exigidos pela

própria dinâmica de atuação do Ifes, adotando-se uma metodologia participativa, conforme orientação da Avaliação Institucional (item 7.4). Os métodos empregados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

As dimensões a serem avaliadas são:

- Analisar e avaliar o Plano do Curso, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento.
- Analisar a produção Acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações.
- Avaliar a relação do curso com a comunidade através da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.
- Avaliar os Recursos Humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente.
- Avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.
- Infraestrutura Física e Tecnológica - sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.
- Adequação do Projeto do Curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional: avaliar as formas de atendimento ao Corpo Discente e integração deste a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

7.4 Plano de Avaliação Institucional

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Ifes, ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Neste processo, serão considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O

resultado da avaliação na Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

Esta avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o Ifes oferece para a sociedade, além de confirmar a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

7.4.1 Objetivos da Avaliação Institucional

São objetivos da avaliação institucional no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações do Ifes a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- Consolidar o compromisso social do Ifes;
- Consolidar o compromisso científico-cultural do Ifes.

7.4.2 Mecanismos de Integração da Avaliação

A proposta de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) prevê a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade). As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas no intuito de garantir um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico do curso ocorrerá por meio da contextualização desta avaliação frente ao projeto com as características próprias das demandas externas, sejam sociais, culturais, econômicas etc., respeitando-se as limitações

regionais. Tal processo de contextualização é central para que possam ser fomentadas ações estratégicas a serem desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

7.4.3 Diretrizes Metodológicas e Operacionais

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizada pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e pela Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo.

O processo de autoavaliação deve contar com a participação de uma Comissão designada para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio da alta gestão do Ifes e com a disponibilização de informações e dados confiáveis. Como um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, está sujeito a tantas variáveis quanto ao número de agentes envolvidos. Por esta razão, ficará para um segundo momento estabelecer os métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das deficiências.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes. A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e dar-se-á globalmente a cada ano.

Para tal foi designada, pelo órgão diretivo competente da Instituição, uma Comissão Própria de Avaliação, que é composta por representantes da comunidade externa, do corpo técnico-administrativo, discente e docente. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta estabelecida pelo Sinaes. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de

representantes da sociedade civil organizada, o qual tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), consideradas as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A Lei nº 10.861/2004 estabelece, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Para colaborar na condução da Autoavaliação Institucional em cada Campus do Ifes, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), que desenvolvem as atividades junto com a CPA. As CSAs têm a finalidade de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus.

A Avaliação Institucional do Ifes campus Nova Venécia é realizada pela Comissão Setorial de Avaliação (CSA) do campus. As comissões setoriais foram criadas para colaborar na condução da Autoavaliação Institucional em cada campus do Instituto, desenvolvendo atividades em parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Avaliação Institucional, proposta pela CPA/Ifes, adota uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade acadêmica, favorecendo a convergência dos canais de comunicação em torno dos objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

O Processo de Avaliação Institucional compreende várias etapas: planejamento; consolidação do processo; elaboração de relatório e programa de redirecionamento do processo educativo. São avaliadas todas as dimensões com as quais a gestão institucional do Ifes estabelece influência direta. A autoavaliação é realizada por meio de aplicação de questionários eletrônicos.

8 ATENDIMENTO AO DISCENTE

De acordo com o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB nº 9.394/1996, o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Com isso, faz-se necessário construir a assistência estudantil como espaço de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica, de Assistência Estudantil, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, e o Setor de Enfermagem são setores que se colocam à disposição deste atendimento ao aluno no Ifes. Além disso, o campus Nova Venécia conta ainda com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Arte e Cultura (NAC).

Portanto, o atendimento ao discente tem como objetivo principal o incentivo a permanência dos alunos na escola, atuando na prevenção e no enfrentamento de questão social, por meio de projetos como bolsa de estudo, bolsa de monitoria, auxílio-transporte e isenção de taxas, entre outros. Essa assistência é realizada por meio de programas de atendimento extraclasse, apoio pedagógico e psicossocial, acolhendo, assim, não somente as necessidades educacionais específicas, mas também, quando necessário, atendendo a saúde do discente, bem como suas possíveis necessidades materiais.

8.1 Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP)

A CGP é o setor responsável pela coordenação e assessoramento pedagógico, trabalhando diretamente na orientação, acompanhamento e supervisão do processo de ensino-aprendizagem, num trabalho de parceria com professores, alunos e os demais setores ligados ao ensino do campus. São atribuições da CGP:

- Implementar as diretrizes pedagógicas no campus;
- Colaborar com a Diretoria de Ensino e com as Coordenadorias de Curso no desenvolvimento de projetos de novos cursos e nas adequações que se fizerem necessárias aos existentes;
- Acompanhar os alunos no percurso de sua formação, dando-lhes a devida assistência e orientação para o seu melhor desenvolvimento acadêmico;
- Contribuir para a consolidação do currículo das habilitações oferecidas pelo campus, mediante análise e compatibilização dos planos de ensino e sistematização de experiências e atividades educativas;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos planos de ensino em articulação com as coordenadorias de cursos, bem como o desenvolvimento de pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Participar do processo de seleção de docentes;
- Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Articular-se às coordenadorias de cursos com vistas à consolidação pedagógica do PPC;

- Organizar, coordenar e realizar a reunião pedagógica, em articulação com as coordenadorias de cursos;
- Discutir e desenvolver atividades junto com a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar para o acompanhamento dos alunos que exigirem assistência diferenciada;
- Assessorar os docentes na busca da identificação das causas determinantes do baixo rendimento escolar; e
- Desenvolver as demais atividades definidas pelos Regulamentos da Organização Didática e por outros documentos do Ifes.

8.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

O Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Entende-se como pessoas com necessidades específicas aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

A atuação do Napne é norteada pelos seguintes princípios: respeito aos Direitos Humanos; educação de qualidade para todos; acolhimento à diversidade; acessibilidade e autonomia; gestão participativa; parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil; inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Os objetivos do núcleo são:

- I. Identificar os discentes com necessidades específicas no campus;
- II. Orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- III. Contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele necessitarem;
- IV. Orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas;
- V. Contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
- VI. Promover, junto à comunidade escolar, ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;

- VII. Articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;
- VIII. Contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;
- IX. Colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do Ifes;
- X. Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;
- XI. Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

O Napne do Ifes Nova Venécia é composto por servidores docentes e técnico-administrativos, constituindo equipe multidisciplinar do ensino formada por: pedagoga, psicólogo, auxiliar de enfermagem, bibliotecário, tradutora e intérprete de libras, docente de atendimento educacional especializado, docentes do ensino regular de cursos técnicos e superiores.

Por ser um órgão de natureza consultiva e executiva, o Napne colabora na articulação das ações de inclusão de pessoas com necessidades específicas tomando por referência a ideia da corresponsabilização, por compreender que os processos de ensino-aprendizagem são possíveis com a participação de todos os envolvidos na comunidade acadêmica (profissionais da educação, estudantes, familiares, sociedade civil).

Os procedimentos de identificação, acompanhamento, atendimento e certificação de estudantes com necessidades específicas estão previstos em documentos institucionais – como resoluções, regulamento de organização didática, projetos de curso – acompanhando os marcos legais federais. A finalidade dessas ações é a formação integral do estudante.

Todo o processo de acompanhamento, desde a matrícula do aluno até a conclusão do curso, segue as legislações vigentes, incluindo as Resoluções do Conselho Superior do Ifes que tratam do atendimento a alunos com necessidades específicas. As adaptações e flexibilizações curriculares garantidas por Lei são realizadas por meio de planejamentos, reuniões entre equipe docente, pedagógica, Napne e Coordenadoria de Curso, acolhimento e diálogo com aluno e família, acompanhamento dos envolvidos diretamente na aprendizagem do aluno, atendimentos individuais do aluno com os docentes e Napne ao longo dos semestres, reuniões finais para avaliação final do aluno em cada disciplina e

reuniões com a gestão do campus para providências que competem à Gestão (contratações, aquisições de materiais, ente outros).

Frisa-se que o acompanhamento, avaliações (formativa, processual, diagnóstica, por Terminalidade Específica) e análise do trabalho a ser realizado seguem as legislações e são realizadas de acordo a realidade e especificidades de cada aluno, visto que não há como estabelecer procedimentos sem considerar as peculiaridades do discente. Quanto aos instrumentos das práticas avaliativas, são várias as possibilidades enumeradas: observação e registro (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo); provas operatórias (individuais e em grupos); autoavaliação; portfólio, dentre outros.

Salienta-se, portanto que, quando necessário, serão empregadas adaptações no currículo regular para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes, público-alvo da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), visando à adaptação e flexibilização curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente. Será prevista ainda a possibilidade de aceleração para concluir em menor tempo o Curso de Licenciatura em Geografia para os estudantes com altas habilidades/superdotação. Estas ações serão realizadas de forma articulada com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, Napne, Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar e Colegiado do Curso. A adaptação e a flexibilização curricular ou terminalidade específica serão previstas e desenvolvidas conforme regulamentação própria.

8.2.1 Acesso às pessoas com deficiência

O acesso de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida é assegurado pelas normatizações constantes no Decreto nº 5.296/2004. O Ifes campus Nova Venécia possui uma estrutura física e predial que permite o acesso de cadeirantes às suas edificações, como rampas de baixa declividade (presentes em todos os prédios), além de um elevador para permitir-lhes o acesso ao segundo piso do prédio Acadêmico I, onde ocorrem a maior parte das aulas do curso de Licenciatura em Geografia. Além disso, como já mencionado, o campus possui um núcleo dedicado a atender as pessoas com necessidades específicas para prestar outros serviços necessários à política de inclusão (ver Napne, item 8.2).

8.3 Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM)

A CAM é o setor responsável por desenvolver ações preventivas e garantir atendimento inicial aos educandos e servidores nos assuntos de promoção social e de natureza médica, odontológica e psicológica conforme previsto no Regimento Interno do Ifes.

No campus Nova Venécia, o setor é formado por profissionais das áreas da Psicologia, Enfermagem e Serviço Social, cuja atuação visa, entre outras coisas:

- I. Promover um ambiente escolar seguro e saudável, reforçando a prevenção e reduzindo a prevalência dos fatores de risco;
- II. Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- III. Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- IV. Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades no campo da saúde que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar dos discentes;
- V. Promover a comunicação entre o Ifes de Nova Venécia e as unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos discentes.
- VI. Apoiar as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne);
- VII. Estimular, nos usuários, práticas de hábitos saudáveis e melhorias da qualidade de vida.

Dentre as atribuições da CAM, destaca-se a execução das ações da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Ifes, realizadas em conjunto com setor pedagógico, coordenadorias de curso, diretorias de ensino e de administração e planejamento.

A PAE tem como objetivos: I. Promover a Assistência Estudantil contribuindo para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes; II. Contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes; III. Buscar alternativas para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, a fim de prevenir e minimizar a reprovação e evasão escolar. O público-alvo das ações dessa política são os estudantes regularmente matriculados no Ifes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social.

Os Programas de Apoio à Formação Discente previstos na PAE são divididos em três modalidades: Programas Universais, Programas Específicos e Programas de Atenção Secundária.

Entende-se por *Programas Universais* aqueles que são acessíveis a toda comunidade discente, com objetivo de favorecer o desenvolvimento integral. Podem ser divididos nas seguintes categorias: a) Incentivo a atividades culturais e lazer; b) Apoio à pessoa com necessidades educacionais específicas; c) Ações educativas/formação para cidadania; e d) Atenção biopsicossocial.

Os *Programas Específicos* visam ao atendimento ao estudante em vulnerabilidade social e são divididos em dois tipos, de atenção primária e de atenção secundária. No campus Nova Venécia os programas de atenção primária são executados por meio dos programas de auxílio-transporte, alimentação, moradia, financeiro e material didático e uniforme. São lançados editais para seleção dos estudantes que pleiteiam os auxílios, sendo realizado estudo social do discente por profissional de serviço social. Os editais são publicados no site e murais do campus.

Os *Programas de Atenção Secundária* são aqueles que contribuem para a formação acadêmica, mas que não são determinantes para a permanência dos discentes na Instituição. No campus Nova Venécia, dentro desse programa, são executadas ações de Monitoria, com a finalidade de contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem atendendo a dois segmentos de estudantes: aqueles que possuem um bom desempenho acadêmico e aqueles que necessitam de apoio em suas atividades acadêmicas. Os monitores são selecionados por meio de editais lançados pelas coordenadorias de curso, sendo as ações acompanhadas por docentes supervisores, Coordenadoria Geral de Ensino, Diretoria de Ensino, Coordenadoria de Gestão Pedagógica e Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar.

8.4 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)

O Neabi é um espaço criado no Campus Nova Venécia pela Portaria nº 150, de 07 de Junho de 2017 e conta, atualmente, com 10 membros entre docentes, discente e técnico-administrativos. Seu objetivo é promover um espaço de discussão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira que garanta uma ressignificação e valorização das matrizes africanas e indígenas que compõe a gênese da diversidade cultural brasileira. Dentro dessa perspectiva, o Núcleo busca desenvolver ações voltadas à articulação da promoção da

igualdade racial como política pública por meio de construção e aperfeiçoamento de políticas institucionais de acesso, permanência e êxito de parcelas com históricos de marginalização, valorização identitária desses grupos por meio de alterações curriculares, aquisição de bibliografia e materiais didáticos específicos da temática, cursos de formação continuada para professores, cursos e eventos de extensão para a comunidade, além da garantia de espaço permanente para formação do corpo discente.

Seguindo os objetivos supracitados, o Neabi trabalha com o foco na proposição de atividades acadêmicas que contemplem a temática da educação das relações étnico-raciais com ênfase na promoção da visibilidade de grupos étnico-raciais, em especial, os afro-brasileiros e indígenas, no contexto da diversidade cultural e étnica que circunda e compõe o campus, valorizando suas identidades, tradições e manifestações culturais. Dessa maneira, o Núcleo tem especial atenção na proposição e supervisão da composição de matrizes curriculares, componentes curriculares específicos, além de promover um enriquecimento do currículo oculto propiciado pela interação e socialização no espaço escolar.

Este Núcleo foi criado com base nas determinações da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino superior. As atividades desenvolvidas incluem a organização anual da Semana da Consciência Negra, a intermediação de cursos de Formação de Professores e a organização de minicursos, oficinas e palestras, bem como orientar e supervisionar a implantação e a execução de melhorias curriculares.

O componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais adicionado à matriz curricular constante neste PPC é consequência direta do trabalho do Neabi, assim como a composição de sua ementa, bibliografia e metodologia de trabalho de caráter extensionista na qual as atividades dos discentes serão direcionadas para a construção de itinerários, oficinas, planos de aula, materiais didáticos, práticas que poderão ser utilizadas em espaços formais e não formais de educação, que culminarão com a exposição na Semana da Consciência Negra e farão parte do repositório do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia – Lapeg.

8.5 Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

O NAC está vinculado à Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e é responsável por desenvolver a política cultural do Ifes no Campus de Nova Venécia. Caracteriza-se como um Programa que é concretizado por meio de subprogramas, projetos, eventos e ações culturais.

O NAC foi criado em 05 de dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 433, daquele mesmo ano. Tem por objetivo geral promover ações de arte e cultura, fortalecendo o desenvolvimento humano e a transformação social. Além disso, suas ações buscam: desenvolver a política cultural do Campus Nova Venécia baseada no reconhecimento da diversidade cultural e da multiplicidade de expressões culturais; democratização do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; articulação entre os Campi do Ifes e articulação do Campus com o poder público e com as entidades e organizações da sociedade civil com vistas à promoção da cidadania cultural.

É composto por uma equipe multidisciplinar e seu papel é o de elaborar, executar promover, acompanhar e apoiar a realização de programas, projetos, eventos e ações culturais em parceria com os demais setores do Campus e com a comunidade externa, bem como com os demais campi do Instituto promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão para a promoção da arte, da inovação, da cultura e do empreendedorismo criativo e solidário.

Atualmente, o NAC de Nova Venécia tem a seguinte estrutura: coordenador, vice-coordenador, coordenadores de eixos de ações (eixo difusão, fomento e formação) e colaboradores externos e internos (oficineiros, servidores, alunos, voluntários).

Os membros do NAC se reúnem, regularmente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocados, por questões de demandas e/ou projetos que necessitem de discussão de toda a equipe do núcleo. As ações do NAC estão organizadas a partir de planos bianuais. Para o biênio de 2018-2019 as ações definidas para serem realizadas estão organizadas conforme Tabela 10 que segue. Porém, outras ações podem ser agregadas a esse conjunto de iniciativas ao longo desse período.

Tabela 10 - Ações propostas pelo NAC Ifes campus Nova Venécia (biênio 2018/2019):

	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO PREVISTO	RESPONSÁVEL
1	Comissão de Apresentações	Apresentações Artísticas Diversas	2018-19	Rogério Danieletto Teixeira

	Culturais			
2	“Pegue e Toque”	Disponibilização de instrumentos musicais (FIC)	2019/2	Rogério Danieletto Teixeira
3	Cineclube	Exibição de películas não comerciais	2018-19	Roney Marcos Pavani Mariana Brugger Silva
4	Recreio Cultural	Apresentações musicais no recreio	2018-19	Ademir Adeodato Rogério Danieletto
5	RPG Ifes	Práticas de jogos de interpretação	2018-2019	Roney Marcos Pavani
6	História das Ideias	Estudos das principais correntes do pensamento político moderno	2018/19	Roney Marcos Pavani
7	II Festival de Artes Integradas	Promoção de vivências artísticas	2019/2	Rogério Danieletto Teixeira
8	Espaço Cultural Ifes	Criação de espaço para exposições e intervenções artísticas	2019/2	Douglas Colombi André Luiz Bis Pirola Weriquison Simer Curbani Ademir Adeodato
9	Brechó de trocas	Promoção de espaços para troca de pertences (roupas, maquiagens, bijuterias, etc...)	2018/2	Jaqueline Donadia Mariana Brugger Silva
10	Feira de trocas Brinquedos	Promoção da reflexão sobre o consumo consciente	2019/2	Douglas Colombi Cuquetto e Jaqueline Frigerio Donadia André Luiz Bis Pirola Weriquison Simer Curbani
11	Dia da Consciência Negra	Evento de valorização étnico-racial	2018/19	André Luiz Bis Pirola; Roney Marcos Pavani; Weriquison Simer Curbani
12	Projeto Harmonia	Aulas avançadas em Harmonia e teoria musical	2019/2	Ademir Adeodato
13	Projeto de Forró	Aulas de dança	2018-2019	Ademir Adeodato

9 GESTÃO DO CURSO

O curso de Geografia do campus Nova Venécia administrativamente é constituído por um(a) Coordenador(a), cujo perfil exigido para exercer a função é ser titular de cargo da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrante do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

As decisões e as ações do curso perpassam pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) e colegiado de curso. O NDE é composto pelo coordenador do curso, 2 (dois) docentes do núcleo específico do curso e 2 (dois) docentes que fizeram parte da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso. De acordo com a Resolução CS nº14/2009, cabe ao NDE:

- I. atualização do Projeto Pedagógico de Curso – PPC;
- II. implantação do Projeto Pedagógico de Curso;
- III. consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

Já o Colegiado do Curso é composto pelo Coordenador do Curso, um representante da Coordenadoria Pedagógica; no mínimo, 4 (quatro) professores da área técnica e 2 (dois) do núcleo básico que ministrem componentes curriculares no curso, além de 2 alunos do Curso. Conforme Resolução nº 65/2010 do Conselho Superior do Ifes, o Colegiado do Curso tem papel importante na gestão do curso, com as seguintes atribuições:

- I. contribuir com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na atualização, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. homologar a oferta de vagas para o curso em cada período letivo e encaminhá-la ao Diretor do Campus, obedecendo ao prazo do Calendário Acadêmico;
- III. definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- IV. propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as Coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- V. orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;
- VI. sugerir às Coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- VII. propor ao setor de registro acadêmico a suspensão temporária de ofertas de turmas/componentes curriculares quando a demanda ficar abaixo do que estabelecem as normas acadêmicas;
- VIII. definir, junto às Coordenadorias acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;
- IX. estabelecer equivalências de estudos e indicar os componentes curriculares a serem adaptados ou dispensados, em casos de aproveitamento de estudos;

- X. examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do Campus;
- XI. elaborar e aprovar o plano anual de atividades do Colegiado;
- XII. elaborar e aprovar o relatório anual de atividades do Colegiado para envio à Diretoria de Graduação ou de Pós-Graduação;
- XIII. estabelecer normas e procedimentos para o seu funcionamento, bem como propor seu Regimento Interno, que deverá ser homologado pela Diretoria de Ensino ou setor equivalente do Campus;
- XIV. criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- XV. coordenar as atividades de auto-avaliação, sob a supervisão da CPA.

10 CORPO DOCENTE

O Curso de Graduação em Geografia conta atualmente com docentes efetivos e substitutos vinculados ao quadro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Nova Venécia, conforme Tabela 11:

Tabela 11 – Corpo de Docentes

CORPO DOCENTE								
Nome	CPF	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional	Curriculum Lattes	Listar todos os títulos (graduação e pós-graduação)	20h, 40h ou Dedicã o Exclusiva (DE)	Disciplinas ministradas
Ademir Adeodato	9680826708	Doutor em Música	40 horas com Dedicção Exclusiva	14 anos	http://lattes.cnpq.br/4085052974812362	-Licenciatura em Música (UFES); -Especialização (pós-graduação lato sensu) em Terapia das Artes/Musicoterapia (UFES); -Especialização (pós-graduação lato sensu) em Educação Comunitária (UFES); -Mestrado em Música (UFES); -Doutorado em Música (ensino) (UNIRIO)	40h DE	-Política e Organização da Educação Básica; -Psicologia da Educação; -História da Educação.

Amanda de Fátima Catarucci	30723804818	Mestre em Geografia Física	40 horas com Dedicção Exclusiva	3 anos	http://lattes.cnpq.br/2872828167323397	- Licenciatura e bacharelado em Geografia (USP); - Mestrado em Geografia Física (USP);	40h DE	-Climatologia Geográfica; -Geomorfologia 1 e 2; - Geopedologia; -Ecossistemas Costeiros.
André Luiz Bis Pirola	2757917773	Doutor em História da Educação	40 horas com Dedicção Exclusiva	15 anos	http://lattes.cnpq.br/1295569818802518	- Bacharelado em Direito (Multivix) - Licenciatura em História (UFES); - Especialização (pós-graduação lato-sensu) em Psicopedagogia (UNICID); - Mestrado em Educação (UFES); -Doutorado em Educação (PUC/SP)	40h DE	- Bases sociológicas da educação; - Bases filosóficas da educação; - Educação de Jovens e Adultos;
Antônio Wallace Lordes	0931112713	Mestre em Linguística	40 horas com Dedicção Exclusiva	19 anos	http://lattes.cnpq.br/4081959890791075	-Licenciatura em Letras/Mestre em Linguística-UFES; -Especialização em Educação, Gestão e Orientação Educacional - FUNCAB; -Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua e Literatura -FUNCAB; -Especialização interrompida em 2008 em Especialização em Educação Profissional - EJA - Ifes.	40h DE	Leitura e Produção de Textos
Carolina de Castro Barbosa	9854875776	Mestra em Ciências Sociais.	40 horas com Dedicção Exclusiva	3 anos	http://lattes.cnpq.br/737803318668	-Licenciatura em Ciência Sociais -Bacharel em Ciências Sociais -Mestrado em Ciência Sociais	40h DE	-Antropologia Cultural -Sociologia Geral

					4181			
Eglieni Trevezani	8023632701	Docência de Ensino Superior -Gestão Escolar	40 horas/Profa substituta	7 anos	http://lattes.cnpq.br/3855760163335212	- Pós graduação Lato Sensu em Educação Infantil -Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar - Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior	40h DE	- Estágio supervisionado I -Estágio supervisionado II -Cartografia Temática -Diversidade e Educação -Geografia da População - Educação Especial
Hedeone Heidman da Silva	116110057110	Graduação em Geografia	40 horas com Dedicção Exclusiva	10 anos	http://lattes.cnpq.br/4676934041290197	- Mestrando em Educação Profissional e Técnica (lfes); - Licenciatura em Geografia (Ufes); - Especialização (pós-graduação lato sensu) em Psicopedagogia Institucional (ISEUB)	40h DE	- Climatologia Geográfica; - Cartografia Temática; - Estágios Supervisionados
Jaime Bernardo Neto	9456432769	Doutorado em Geografia	40 horas com Dedicção Exclusiva	4 anos e 5 meses	http://lattes.cnpq.br/5751641036085344	- Licenciatura e bacharelado em Geografia (UFES); - Mestrado em Geografia (UFES); - Doutorado em Geografia (UFF)	40h DE	-Globalização e Geografia; - Formação do Território Brasileiro; - Geografia Urbana; - Geografia Rural; - Elementos de Epistemologia de Geografia.
Júlio de	9811781702	Doutorado		3 anos e 2	http://lattes.cnpq.br/5751641036085344	- Licenciatura e bacharelado em	40h DE	- Didática Geral;

Souza Santos		em Educação	40 horas com Dedicação Exclusiva	meses	cnpq.br/2800607978769951	Geografia (UFES); - Mestrado e Doutorado em Educação (UFES)		- Educação de Jovens e Adultos; - Estágio Supervisionado.
Mariana Brugger Silva	8786760661	Doutorado em Ciências Biológicas	40 horas com Dedicação Exclusiva	2 anos	http://lattes.cnpq.br/4762318234980960	- Graduação em Ciências Biológicas - Mestrado em curso de Ciências Biológicas Zoologia - Doutorado em Ciências Biológicas	40h DE	- Fitogeografia e Biogeografia.
Pamela Marcia Ferreira Dionisio	11716311705	Doutorado em Geografia	40 horas com Dedicação Exclusiva	8 anos	http://lattes.cnpq.br/4222262446497327	- Bacharelado e Licenciatura em Geografia (UFRJ) - Mestrado em Geografia (PPGG/UFRJ) - Doutorado em Geografia (PPGG/UFRJ)	40h DE	- Introdução à Cartografia; - Globalização e Geografia.
Roney Marcos Pavani	10237775760	Mestrado em História	40 horas com Dedicação Exclusiva	9 anos	http://lattes.cnpq.br/9315179326957885	- Licenciatura em História (UFES); - Mestrado em História (UFES);	40h DE	- Formação do Mundo Contemporâneo 1 e 2; - Noções de História do Brasil.
Wagner da Silva Andrade	02165675804	Doutor em Ensino e História de Ciências da Terra	40 horas com Dedicação Exclusiva	25 anos	http://lattes.cnpq.br/8186004917535506	Graduado em Geologia/Mestrado em Educação, Administração e Comunicação/Doutor em Ensino e História de Ciências da Terra	40h DE	- Geologia Geral.
Weriquison Simer Curbani	10944545750	Mestre em Filosofia	40 horas com Dedicação Exclusiva	9 anos	http://lattes.cnpq.br/7214886780766066	- Licenciatura em filosofia (UFES); - Mestrado em filosofia (UFES)	40h DE	- Introdução à Filosofia.

Weverton Pereira do Sacramento	91723957615	Doutorado em Educação	40 horas com Dedicação Exclusiva	15 anos	http://lattes.cnpq.br/9213307411458655	Eng. de Minas -Mestre em Educação/ Doutor em Educação	40h DE	-Metodologia da Pesquisa; -Relações étnico- raciais
--------------------------------------	-------------	-----------------------------	--	---------	---	---	--------	--

11 INFRAESTRUTURA

O Ifes campus Nova Venécia possui em sua estrutura três prédios acadêmicos que atendem aos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Mineração, Licenciatura em Geografia e uma Pós-Graduação em Gestão Ambiental, além de dois prédios administrativos. As tabelas 12 a 16 abaixo descrevem as instalações disponíveis para o ensino no campus.

11.1 Áreas de ensino específicas

Tabela12 – Áreas de Ensino Específicas

Ambiente	Existente	A Construir	Área (m ²)
Salas de aula	x		1 x 48,51 1 x 48,32 2 x 54,48 6 x 54,67 Total: 533,81
Sala dos professores*: Coordenadoria da Lic. em Geografia	x		26,04m ²
Coordenadoria do Núcleo Comum			37,82m ²
Coordenadoria de Meio Ambientes			23,77m ²
Coordenadoria de Mineração			20,42 m ²
Coordenadoria do curso	x		12,21 m ²

* Nem todos os professores que atuam na Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia são lotados na Coordenadoria da Licenciatura em Geografia. Também há docentes das coordenadorias do Núcleo Comum, Mineração e Meio Ambiente.

11.2 Áreas de estudo geral

Tabela 13 – Área de Estudo Geral

Ambiente	Existente	A Construir	Área (m ²)
Laboratório de tratamento de minério	x		900
Laboratório de mineralogia	x		80
Laboratório de Informática 1	x		45
Laboratório de Informática 2	x		39
Laboratório de Informática 4	x		39
Laboratório de Geoprocessamento	x		24,60
Laboratório de Solos	x		150
Laboratório de Cartografia e Topografia	x		
Laboratório de Desenho	x		

Biblioteca	x		203,24
Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg)	x		18,45

11.3. Áreas de esporte e vivência

Tabela 14 – Área de Esporte e Vivência

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Área de Esportes	x		1.460
Cantina / Refeitório	x		19,58
Pátio Coberto	x		514
Gráfica		x	-

11.4 Áreas de atendimento discente

Tabela 15 – Área de Atendimento ao Discente

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Atendimento psicológico	x		8,62
Atendimento pedagógico	x		44,45
Enfermagem	x		28,62
Serviço Social	x		17,37
Apoio ao ensino	x		

11.5 Áreas de Apoio

Tabela 16 – Área de Apoio

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Auditório	x		485
Sala de convenção		x	-
Sala de audiovisual	x		*
Mecanografia		x	-

* As salas de aula onde são ministradas as aulas do curso de Licenciatura Plena em Geografia já são dotadas de equipamento audiovisual (computadores, *datashow* e kit multimídia).

11.6 Biblioteca

A Biblioteca Prof. Adelson Souza da Silva do Ifes Campus de Nova Venécia encontra-se localizada no prédio Acadêmico I, conta com uma área de 203m² e capacidade para atender até 50 usuários sentados simultaneamente. Dispõe de 2 bibliotecários e de 1 auxiliar administrativo.

a) Acervo

Atualmente, a biblioteca do campus conta com um acervo de 3.508 títulos com 10.180 exemplares na área da Geografia, Cartografia, Educação e outros. O acervo também é composto por diversos materiais bibliográficos em formato digital (pdf) disponíveis no sítio de pesquisa da biblioteca.

Para atender às necessidades na área de Geografia, além dos livros existentes, o Ifes conta atualmente com o acesso aos periódicos do Portal Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br), onde são disponibilizadas bases de dados e periódicos, num total de 12.766 publicações nacionais e internacionais.

Além do portal de Periódicos da CAPES, a biblioteca também disponibiliza acesso a:

- ✓ Repositório Digital (teses, dissertações e trabalhos acadêmicos do Ifes):
<https://repositorio.ifes.edu.br/mydspace>

- ✓ Biblioteca *Pearson* (Biblioteca virtual que temos assinatura):
<https://ava.cefor.ifes.edu.br/course/view.php?id=1774>

- ✓ Rede *Pergamum* (site de pesquisa do acervo da biblioteca):
<http://biblioteca.ifes.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>
 - *Acesso às Normas da ABNT* (site de pesquisa do acervo da biblioteca):
<http://biblioteca.ifes.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

O usuário terá livre acesso às obras nas estantes e, para localizar o documento desejado, poderá ir até a área de interesse e retirar a obra da estante. Caso o material procurado não esteja na localização indicada, o usuário poderá dirigir-se até o balcão de atendimento e solicitar ajuda do atendente.

Para o registro, descrição e recuperação das obras, a biblioteca utilizará o Sistema *Pergamum*, que possibilita o controle de circulação do material bibliográfico no qual os usuários podem consultar, renovar e/ou reservar suas obras, localmente ou via internet.

Visando à preservação do acervo, a biblioteca apresenta um sistema antifurto, em

que todo o acervo será magnetizado, impedindo que a obra saia irregularmente sem antes ter passado pelo balcão de empréstimo.

b) Empréstimo

O empréstimo domiciliar será facultado somente a alunos e servidores do Ifes campus de Nova Venécia, que tornar-se-ão usuários mediante cadastramento na biblioteca. Os prazos de devolução poderão variar de acordo com o tipo de usuário (Tabela 17):

Tabela 17 - Relação tipo de usuário e material a ser emprestado

Tipo de Usuário	Tipo de material	Quantidade	Prazo (dias)
Alunos	Livro e material adicional*	4	7
Alunos Graduação	Livro e material adicional	5	7
Alunos de Pós-Graduação	Livro e material adicional	5	14
Servidores	Livro e material adicional	5	7

*Entende-se por material adicional: CD-Rom, VHS, DVD, Folhetos e Encartes.

No caso de não observância dos prazos fixados para a devolução de itens retirados por empréstimo, o usuário ficará impedido de realizar novo empréstimo e pagará multa de R\$ 1,00 por dia de atraso.

c) Exemplos de Consulta Local

Os exemplares com carimbo “Não circula” (exemplares de consulta local) poderão ser emprestados, como empréstimo especial, na sexta-feira, devendo retornar no dia útil seguinte.

d) Materiais não emprestados

Alguns materiais estarão disponíveis apenas para consulta na biblioteca. São eles: obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas etc), obras raras e valiosas.

e) Extravio de materiais

O usuário será responsável pela conservação do material retirado da biblioteca, pois toda obra perdida ou danificada, ainda que involuntariamente, deverá ser por ele substituída com um novo exemplar da mesma obra.

f) Devolução

A devolução poderá ser feita por qualquer pessoa. Caso a obra não seja devolvida no prazo previsto, o usuário terá o empréstimo suspenso. A biblioteca se reserva ao direito de lembrar o usuário de seu débito com a mesma.

g) Renovação

A renovação poderá ser feita no Balcão de Atendimento da biblioteca ou via internet.

h) Reserva

Quando o material procurado não se encontrar na biblioteca, o usuário poderá reservá-lo, local ou remotamente. O material ficará à sua disposição por um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a data do aviso de devolução ao usuário solicitante.

i) Setores e serviços

I. Sala de Processamento Técnico

Local destinado ao armazenamento dos materiais bibliográficos, em seus diferentes suportes, para o posterior processamento mecânico e técnico, objetivando a disponibilização da obra no acervo da biblioteca.

II. Espaço de Estudo individual e em grupo

A biblioteca do campus Nova Venécia conta com 10 baias de estudo individual, sete mesas de estudo em grupo, com capacidade para quatro pessoas em cada mesa e doze baias de estudo individual. Não temos salas de estudo em grupo.

III. Acesso à internet

Há disponibilidade de 6 (seis) microcomputadores para digitação de trabalhos e

acesso à Internet. Cada usuário terá direito à utilização do equipamento para atividades de ensino e pesquisa.

IV. Serviço de Reprografia

O serviço de fotocópias pode ser oferecido no interior do campus, desde que obedecida a Lei nº 9.610/98 (Lei do Direito Autoral).

j) Malex (guarda-volumes)

Local que será utilizado para a guarda de bolsas, mochilas, sacolas, pastas, fichários, entre outros, durante a permanência do usuário na biblioteca. São 62 armários. Não será permitido sair da biblioteca com a chave do malex. Os materiais esquecidos no malex serão recolhidos todos os dias, antes da abertura da biblioteca. Cabe aos servidores o direito de examinar os materiais que o usuário lá deixar ou retirar e permitir ou não a entrada ou saída destes. Os servidores da biblioteca não serão responsabilizados pelo extravio dos objetos deixados no malex.

l) Horário de funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, de 7h às 21h.

12 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Contratação de docentes

No Projeto Pedagógico inicial do curso, eram previstos oito professores da formação específica em Geografia para que fosse possível contemplar os componentes curriculares propostos, bem como as demais atividades ligadas ao ensino, como a orientação de estágios e monografias, pesquisa e extensão. Contamos, ao longo do curso, com a participação de docentes de diferentes áreas (como Estatística, História, Língua Portuguesa, Sociologia, Filosofia e outras) que permitiram o funcionamento do curso e, ainda assim, no PPC anterior, prevíamos a necessidade de um professor na área de Geografia Humana, uma vez que havia apenas um profissional com formação *stricto sensu* nessa área. Tal situação será contemplada com a nomeação prevista e em andamento de

outro docente em Geografia, permitindo o remanejamento na distribuição das disciplinas entre os servidores da área específica.

Entretanto, após a Resolução CS nº 170/2016, de 16 de setembro de 2016, que estabeleceu um maior número de disciplinas do eixo pedagógico, a fim de garantir um Núcleo Comum dos cursos de Licenciatura do Ifes, somada à nova reestruturação e organização da matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia, percebemos a necessidade da contratação de um docente com formação específica na área de Educação (Pedagogia), a fim de garantir o atendimento adequado tanto aos componentes curriculares do eixo pedagógico, supridos por tal perfil de servidor, como aqueles vinculados à área específica, atendidos pelos docentes de Geografia e demais áreas.

12.2. Materiais a serem adquiridos

Em virtude da necessidade de se atualizar o Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (Lapeg), faz-se necessária a análise regular e anual de aquisição de itens diversos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia, tais como: mapas diversos (temáticos e topográficos), fotografias aéreas, globos terrestres, entre outros. No momento, o laboratório atende o Curso de maneira satisfatória.

12.3. Aquisição de obras bibliográficas

Atualmente existem apenas algumas demandas pontuais de alguns poucos componentes curriculares que ainda não têm um acervo a contento. Todavia, a necessidade de elaborar uma nova matriz curricular para adequar o curso às novas diretrizes do Ministério da Educação (particularmente a resolução CES/CP nº 02/2015), com inclusão de novos componentes, acarretará a demanda de aquisição de novas obras, ocasião em que aproveitar-se-á para complementar e/ou atualizar as referências disponíveis nos demais componentes curriculares.

13 REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Caracterização do Território. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-venecia_es. Acesso em: 13 julho. 2005.

ALARCÃO, Isabel. Ser professor reflexivo. In: Alarcão, I. (Org.) Formação reflexiva de professores – estratégias de supervisão. Lisboa (Portugal), Porto, 1996, pp. 171-89. BRASIL, 1998.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Fundamental, p.19 e 187.

BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2012.

BRASIL. LEI Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm Acesso em abril de 2012.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, abril, 2010, p. 92.

BRASIL. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Ministério da Educação - Secretaria de Educação a Distância, Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf>.> Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15785:expansao-do-ensino-tecnico-leva-cursos-a-todos-os-estados&catid=209&Itemid=86 Acesso em 17/08/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2159&catid=212&Itemid=86. Acesso em 17/08/2012b.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, Brasília, abril de 2010c.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. DECRETO Nº 89.758, DE 6 DE JUNHO DE 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89758-6-junho-1984-439685-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 jun. 1984.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº, 45.990/1959, habilitação de Licenciatura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45990-14-maio-1959-385078-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 mai. 1959.

CANDAU, Vera Maria (Org). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, parecer nº.153. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>. Acesso em: 1 jun. 1953.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO . RESOLUÇÃO Nº 011/2017. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/f9222fb4-bce5-4600-a387-b1c772102241.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

DECRETO-LEI nº. 39.815, <https://docplayer.com.br/amp/73830239-Projeto-pedagogico-do-curso-de-licenciatura-em-geografia.html>, 20 ago. 1956.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO E AUTOMAÇÃO. REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA. Disponível em: <https://www.dca.ufrn.br/~adelardo/PAP/ReferenciaisGraduacao.pdf>. Acesso em: abril. 2010.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo.. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9768.html>. Acesso em: 28 dez. 2011.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Desmembramento de São Mateus. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20n%C2%BA%20767.htm>. Acesso em: 17 mar. 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOVERNO DO BRASIL. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de

maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2008.

GOVERNO DO BRASIL. Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3868.htm. Acesso em: 30 jan. 1962.

GOVERNO DO BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 jun. 2013.

GOVERNO DO BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 25 abri. 2002.

GOVERNO DO BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 dez. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. LEI Nº 767, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1953. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI7671953.html>. Acesso em: 30 dez. 2005.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9768.html>. Acesso em: 28 dez. 2011.

GOVERNO DO BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 2010.

IFES. Distribuição dos Campi do IFES. Disponível em: www.ifes.edu.br. Acesso em: 22 nov. 2012.

IFES. ORIENTAÇÕES PARA ESTÁGIO. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/sistemas>. Acesso em: 27 jun. 2014.

IFES. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/>. Acesso em: 22 nov. 2009.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Demanda hipotética de professores no Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 10/12/13

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 2010b

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Caracterização do Território. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/nova-venecia.html>. Acesso em: 19 abril. 2010.

JUSBRASIL. Art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11688234/artigo-52-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 20 fev. 1996.

JUSBRASIL. Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694333/artigo-13-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 20 dez. 1996.

JUSBRASIL. Art. 13, inc. II da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694269/inciso-ii-do-artigo-13-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 20 dez. 1996.

JUSBRASIL. Art. 13, inc. III da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694244/inciso-iii-do-artigo-13-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 20 dez. 1996.

MEC. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2002.

MEC. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 1 jul. 2015.

MEC. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE AGOSTO DE 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70141-rcp001-17-pdf/file>. Acesso em: 1 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. EDITAL 03 – 2019 SELEÇÃO DE BOLSISTA DE EXTENSÃO. Disponível em: http://cefor.ifes.edu.br/images/stories/editais/2019/Pesqiusa_e_Extens%C3%A3o/20190701_Edital_selecao_bolsista_paex_Projeto_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Patrim%C3%B4nio_Cultural.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 18 fev. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CES 14, DE 13 DE MARÇO DE 2002.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&Itemid=30192. Acesso em: 07 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 9 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 13 jun. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE AGOSTO DE 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70141-rcp001-17-pdf/file>. Acesso em: 9 ago. 2017.

MORIN, Edgar (org). A religação dos saberes – o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PLANALTO DO GOVERNO. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jun. 2014.

PLANALTO DO GOVERNO. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 24 abr. 2002.

PLANALTO DO GOVERNO. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 20 dez. 1961.

PLANALTO DO GOVERNO. LEI No 3.868, DE 30 DE JANEIRO DE 1961.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3868.htm. Acesso em: 30 jan. 1961.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PLANALTO. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 29 dez. 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PLANALTO. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 dez. 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PLANALTO. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 jul. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: br. Acesso em: 2000.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SINDIROCHAS. Disponível em: <http://www.sindirochas.com/>. Acesso em: 30 dez. 2013.

SILVA, Juliana Cristina da & SILVA, Aline Freitas da. Material Didático impresso na EaD: experiências de concepções de dois projetos pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Serra, ES: mai, 2012. Disponível em: <http://cefor.ifes.edu.br/images/stories/Documentos_Institucionais/ARTIGO_CIAED%20-%20MDI_juliana_revisado.pdf>. Acesso em out. 2019.

SENADO FEDERAL. AUTORIZAÇÃO , FUNCIONAMENTO , ESTABELECIMENTO DE ENSINO , NIVEL SUPERIOR , MUNICIPIO , VITORIA (ES) , ESTADO DO ESPIRITO SANTO (ES). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 7 julho de 1953.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ANEXO I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Estágio Supervisionado para o Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia, parte integrante da formação de professores da Educação Básica, em Nível Superior, consiste na participação do licenciando em atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão, tríade que privilegia a formação integral do profissional, consolidando em situações concretas do ambiente educacional a articulação entre a teoria e a prática.

Art. 2º O Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório para Cursos de Licenciatura, visa propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem do licenciando, devendo ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, planos e calendários escolares, a fim de constituir-se instrumento de integração, formação na prática, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 3º O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido em escola de Educação Básica a partir do quinto período letivo do licenciando.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Setor Responsável pelo Estágio:

- I - Firmar convênios entre Instituições de ensino públicas ou privadas, devidamente regularizadas, sendo facultativa a formalização destes convênios;
- II - Identificar, em conjunto com o Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia, vagas para atendimento às demandas de estágio informadas pela respectiva coordenadoria;
- III - Manter arquivo dos Planos, dos Formulários e dos Relatórios Finais do Estágio Supervisionado (I, II, III e IV) após o término do estágio.

Art. 5º Compete ao Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia:

- I - Supervisionar junto ao Professor Orientador de Estágio o atendimento às diretrizes de estágio do Curso de Licenciatura em Geografia;
- II - Enviar semestralmente ao Setor Responsável pelo Estágio a demanda de vagas para o estágio supervisionado.

Art. 6º Denomina-se Professor Supervisor o docente da escola em que efetivar-se-á o Estágio Supervisionado. Esse profissional da educação deverá ser graduado na mesma área ou em área afim a do aluno estagiário e estar habilitado a atuar no mesmo campo acadêmico-científico em que este estiver sendo formado.

Art. 7º Compete ao Professor Supervisor:

- I - Orientar o aluno estagiário sobre atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico, currículos, planos e calendário da escola;
- II - Criar um ambiente de harmonia entre o aluno estagiário, os alunos da turma, o corpo docente e diretivo e demais segmentos da escola, integrando-o na comunidade escolar;
- III - Avaliar o aluno estagiário, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua “práxis” docente;
- IV - Enviar, ao fim de cada etapa do estágio, o instrumento de avaliação fornecido pelo Ifes campus Nova Venécia, devidamente preenchido, ao professor Orientador de Estágio.

Parágrafo único. O Termo de Compromisso é um documento obrigatório, estabelecido entre o estagiário, a unidade concedente e o Ifes, que regulamenta as responsabilidades das partes durante o andamento do Estágio Supervisionado (I, II, III e IV).

Art. 8º Denomina-se Professor Orientador de Estágio o docente do Ifes campus Nova Venécia que orientará e esclarecer o aluno estagiário quanto ao seu plano de estágio, colaborando com o seu planejamento, assessorando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

Art. 9º São atribuições do Professor Orientador de Estágio:

- I - Proporcionar momentos de reflexão-ação-reflexão, individuais ou coletivos, sobre as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado, estimulando a formação de professores reflexivos, pesquisadores e autocríticos;
- II - Indicar ao aluno estagiário as fontes de pesquisa e de consultas necessárias para o aprimoramento da prática pedagógica e a busca de solução para as dificuldades encontradas;
- III - Orientar o aluno estagiário nas atividades de estágio e no relatório final de estágio;
- IV - Realizar visitas para supervisionar a prática do aluno estagiário nas escolas concedentes, acompanhando a realização do estágio;
- V - Avaliar os relatórios de estágio, divulgando e justificando os resultados obtidos;
- VI - Validar o aproveitamento de carga horária profissional para redução do tempo de atividade de Estágio Supervisionado, conforme o disposto no artigo 23 deste Regulamento;
- VII - Orientar quanto ao preenchimento dos documentos obrigatórios do estágio supervisionado em parceria com o Setor Responsável pelo Estágio.

Art. 10 Denomina-se Aluno Estagiário o estudante do Curso de Licenciatura, regularmente matriculado, que participará das atividades de ensino, pesquisa e extensão em ambiente escolar, consolidando sua formação e a articulação entre a teoria e a prática.

Art. 11 Compete ao Aluno Estagiário:

- I - Apresentar o Plano de Estágio à administração da Instituição em que vai estagiar;
- II - Cumprir a carga horária e as demais exigências determinadas neste Regulamento;
- III - Atender às solicitações de caráter acadêmico e respeitar as especificidades da instituição escolar na qual fará o estágio;
- IV - Apresentar, previamente, ao Professor Orientador de Estágio e Supervisor, os planejamentos das atividades a serem realizadas na Instituição onde atuará.
- V - Ser assíduo e pontual, apresentando-se de forma adequada ao ambiente escolar e cumprindo o Código de Ética em vigência no Ifes.
- VI - Entregar a documentação obrigatória devidamente preenchida ao Setor Responsável pelo Estágio e ao Professor Orientador nos prazos estabelecidos.

CAPÍTULO III

DAS ESCOLAS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 12 O Estágio Supervisionado ocorrerá em instituições de ensino públicas de Ensino Fundamental (séries finais) e Ensino Médio devidamente regularizadas.

Parágrafo único. O aluno estagiário poderá procurar instituições de ensino de sua preferência e estabelecer contato com as mesmas.

CAPÍTULO IV

DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 13 O Estágio Supervisionado terá carga horária efetiva de, no mínimo, 405 (quatrocentas e cinco) horas.

Art. 14 As atividades a serem cumpridas pelo aluno estagiário deverão ser distribuídas de modo a compatibilizar seu horário acadêmico com o horário disponibilizado pela instituição onde ocorrer o estágio.

Parágrafo único. O aluno estagiário, para ter validadas as horas de estágio realizados no semestre, deverá estar matriculado, frequente e ter realizado as atividades indicadas no Plano de Estágio e entregue o Relatório Final do Componente Curricular Estágio Supervisionado (I, II, III, IV).

Art. 15 O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estudante estar seguro contra acidentes pessoais.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 16 O aluno estagiário deverá desempenhar suas atividades numa perspectiva de reflexão na ação e sobre a ação, de modo a formar-se como um professor reflexivo que

paute sua prática em dimensões éticas e políticas, de forma crítica, contextualizada, interdisciplinar e transformadora.

Art. 17 O desenvolvimento do Estágio Supervisionado basear-se-á no seguinte direcionamento metodológico:

I - Conhecimento da realidade;

II - Reflexão sobre a realidade;

III - Identificação das situações que possam tornar-se objeto da proposta pedagógica a ser desenvolvida;

IV - Desenvolvimento de propostas para atuação pedagógica sobre as questões levantadas;

V - Aplicação da(s) proposta(s);

VI - Avaliação;

VII - Conclusão.

CAPÍTULO VI

DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ALUNO ESTAGIÁRIO

Art. 18 As 405 (quatrocentas e cinco) horas de atividades de Estágio de que trata o artigo 14 deste Regulamento estarão distribuídas ao longo de quatro períodos da seguinte forma:

I- 45 (cinquenta) horas - Estágio Supervisionado I;

II- 120 (cento e vinte) horas – Estágio Supervisionado II;

III- 120 (cento e vinte) horas – Estágio Supervisionado III;

IV- 120 (cento e vinte) horas – Estágio Supervisionado IV.

Art. 19 As 45 (quarenta e cinco) horas do Estágio Supervisionado I, deverão compreender:

I - Observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão e organização escolares em seus diferentes espaços/tempos;

II - Análise de documentos escolares tais como: projeto pedagógico, regimento, organograma, “livro” de registro de ponto, boletim escolar, calendário, entre outros;

III - Análise da relação entre os princípios filosóficos e didático-pedagógicos expressos no projeto pedagógico da instituição campo e a prática educacional existente;

IV - A elaboração de relatório final do Estágio Supervisionado, com apresentação oral de seminário socializando a experiência vivida na Instituição de ensino concedente;

V - Reuniões com o Professor Orientador de Estágio para reflexão e análise das informações obtidas.

Art. 20 As 120 (cento e vinte) horas do Estágio Supervisionado II deverão compreender:

I - A observação em sala de aula;

II - A participação, em sala de aula, como assistente do regente do componente curricular observado da Instituição concedente;

III - O planejamento e a execução de pequenas aulas, em cooperação com o regente da do componente curricular observado da Instituição concedente;

IV - A participação em atividades de acompanhamento de alunos com dificuldade de aprendizagem;

V - A participação em reuniões de planejamento, conselhos de classe, reuniões de pais e mestres, projetos interdisciplinares e outras atividades pedagógicas desenvolvidos pela escola concedente de estágio;

VI - A participação em reuniões com o Professor Orientador de Estágio para reflexão e análise das informações obtidas.

VII - A elaboração de relatório final do Estágio Supervisionado, com apresentação oral de seminário socializando a experiência vivida na instituição de ensino concedente;

Art. 21 Nas 120 (cento e vinte) horas destinadas ao Estágio Supervisionado III, os alunos deverão:

I - Integrar-se com o ambiente da aula de Geografia por meio da observação desses espaços/tempos de aprendizagem e por meio do exercício da docência como forma de interação com papéis inerentes à futura atuação profissional e de aprofundamento do processo de construção do conhecimento.

II - Participar como assistente do regente do componente curricular observado da Instituição concedente;

III - Elaborar relatório final do Estágio Supervisionado, com apresentação oral de seminário socializando a experiência vivida na Instituição de ensino concedente;

IV - Participar de reuniões de orientação de estágio para reflexão e análise das informações obtidas.

Art. 22 Nas 120 (cento e vinte) horas do Estágio Supervisionado IV, os alunos estagiários deverão:

I - Integrar-se com o ambiente da aula de Geografia por meio da observação desses espaços/tempos de aprendizagem e por meio do exercício da docência como forma de interação com papéis inerentes à futura atuação profissional e de aprofundamento do processo de construção do conhecimento.

II - Elaborar relatório final do Estágio Supervisionado IV;

III - Participar de reuniões quinzenais com o Professor Orientador de Estágios, para reflexão e discussão da prática vivenciada.

§ 1º A fim de que seja possível fazer-se uma avaliação coerente das competências pedagógicas adquiridas pelo licenciando, devem constar no relatório final do Estágio Supervisionado IV, pelo menos, 03 (três) aulas sob sua regência, com a supervisão do(s) professor (es) que acompanha(m) o estágio.

§ 2º O professor de estágio funcionará como orientador e facilitador do processo de crescimento do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos in loco e encontros de avaliação mensais, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, também será orientada a elaboração do Relatório Final do Estágio Supervisionado IV.

Art. 23 Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio supervisionado até o máximo de 205 (duzentas e cinco) horas.

Parágrafo único. Como forma de oportunizar o cumprimento qualificado das 205 (duzentas e cinco) horas restantes da carga horária de estágio supervisionado I, II, III e IV, deverão ser cumpridas em cada uma destas cargas horárias, respectivamente, 25h, 60h, 60h, e 60h.

CAPÍTULO VII

DO ENCAMINHAMENTO PARA O ESTÁGIO E DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Art. 24 O aluno estagiário deverá assinar em três vias um Termo de Compromisso com a instituição de ensino campo de estágio com interveniência obrigatória do Ifes campus Nova Venécia.

Art. 25 Para que ocorra a formalização do estágio na escola concedente serão necessários os seguintes documentos:

- I - Carta de apresentação do aluno estagiário;
- II - Ficha com os dados de identificação do aluno estagiário;
- III - Plano de estágio, assinado pelo aluno estagiário, pelo Professor Orientador de estágio e pelo representante legal da escola concedente de estágio;
- IV - Formalização do Termo de Compromisso entre aluno, Ifes Nova Venécia e Unidade Concedente.

Art. 26 O Plano de estágio a ser realizado pelos alunos estagiários deverá conter:

- I - Dados de identificação do aluno estagiário e da escola concedente;
- II - Ementa do Componente Curricular;
- III - Atividades a serem desempenhadas pelo aluno estagiário;
- VI - Data e assinaturas.

CAPÍTULO VIII DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO

Art. 27 Ao final de cada período letivo, o aluno estagiário deverá entregar relatórios finais referentes às etapas cumpridas.

Art. 28 Os relatórios deverão ser entregues no prazo a ser estipulado pelo Professor Orientador de Estágio.

Art. 29 O relatório de estágio deverá conter os seguintes itens:

- I - Capa;
- II - Folha de rosto;
- III - Sumário;
- IV - Introdução;
- V - Objetivo geral e objetivos específicos do estágio;
- VI - Relato das atividades desenvolvidas, de acordo com o plano de estágio;
- VII - Avaliação do estágio e autoavaliação;
- VIII - Conclusão;
- IX - Referências Bibliográficas;
- X- Anexos.

CAPÍTULO IX DO DESLIGAMENTO

Art. 30 O aluno estagiário será desligado do Estágio Supervisionado:

I - Ao término do estágio;

II - Se comprovada insuficiência na avaliação de desempenho e rendimento acadêmico;

III - A pedido do próprio;

IV - No caso de ele deixar de comparecer às atividades de estágio, sem motivo justificado, totalizando um número de faltas superior a 25% da carga horária total do período.

CAPÍTULO X DA AVALIAÇÃO

Art. 31 A avaliação do Estágio Supervisionado assumirá caráter formativo durante a sua realização, servindo, ao seu final, para a qualificação do desempenho do aluno estagiário.

§1º A avaliação formativa tem por objetivo o desenvolvimento do aluno estagiário, a transformação da prática docente e a reelaboração contínua da ação pedagógica.

§2º O desempenho do aluno estagiário será avaliado pelo Professor Orientador do Estágio, que deverá manifestar-se em relação à aprovação do aluno estagiário.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 Cabe ao Professor Orientador de Estágio coordenar possíveis alterações e cancelamentos no Plano do Estágio Supervisionado para os Cursos de Licenciatura do Ifes campus Nova Venécia.

Art. 33 Os casos omissos a este Regulamento serão dirimidos no âmbito do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia.

Nova Venécia-ES, Julho de 2019.

ANEXO II

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O presente regulamento normatiza as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) que compõem o currículo pleno do curso de Licenciatura em Geografia.

Art. 2º As AACC serão desenvolvidas ao longo do curso e são integradas por atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, conforme previsto no Projeto do Curso.

Parágrafo único. O colegiado poderá, a seu critério, aceitar atividades realizadas pelo discente antes de seu ingresso no curso, desde que elas não tenham ocorrido há mais de 24 (vinte e quatro) meses antes da data de ingresso, estando limitados, entretanto, em seu conjunto, a 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para as AACC.

Art 3º São consideradas AACC as experiências adquiridas pelos licenciandos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, incluindo-se os meios de comunicação de massa, as diferentes tecnologias, o espaço de produção, o campo científico e o campo da vivência social.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º O objetivo das AACC é proporcionar ao estudante oportunidades de vivenciar situações que contribuam para a formação do seu perfil profissional, nas esferas pessoal, social, cognitiva e psicomotora.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Art. 5º As AACC podem ser realizadas tanto na área específica do curso como em outras áreas de conhecimento, desde que permitam a complementação da formação do estudante, de acordo com o Colegiado de Curso.

§1º As AACC podem ser realizadas em âmbito interno ou externo ao Ifes.

§2º O estudante poderá cumprir as atividades previstas neste regulamento, efetuando uma ou várias atividades, a critério do Colegiado de Curso.

§3º O Colegiado de Curso estabelecerá limites para o cumprimento das AACC relacionadas nos artigos 6º e 8º deste Regulamento.

Art. 6º A fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação docente, o estudante do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes, deverá realizar AACC de, pelo menos, 04 (quatro) itens diferentes, devendo, igualmente, contemplar o total de 200 horas em atividades.

Art. 7º São consideradas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC):

I - Visitas técnicas internas e externas;

II - Assistência e apresentações técnicas de produtos e serviços de empresas;

III - Assistência a exposições de vídeos informativos;

IV - Participação como voluntário no Programa de Enriquecimento Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia;

V - Vivência profissional por meio de estágios não obrigatórios;

VI - Participação em projetos de treinamento com prestação de serviço à comunidade;

VII - Participação em programa de monitoria de disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso ou afim, realizada de acordo com as normas institucionais;

VIII - Participação em cursos, seminários, simpósios, congressos e outras atividades científicas;

IX - Realização de curso a distância;

X - Atividades de pesquisa oficiais, aprovadas pelo órgão competente do Ifes;

XI - Publicações, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico;

XII - Atividades de extensão, promovidas pelo Ifes ou por outras Instituições de Ensino Superior;

XIII - Disciplinas extracurriculares, pertencentes aos demais cursos de graduação do Ifes ou de outra IES;

XIV - Participação em órgãos colegiados e comissões do Ifes;

XV - Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico;

XVI - Atividades culturais, esportivas e de entretenimento;

XVII - Outras, a critério do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV

DA CARGA HORÁRIA

Art. 8º A carga horária de AACC fica assim definida:

I - Ensino

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
Monitoria	Por semestre (máximo de 02)	40
Estágio não obrigatório	Por semestre (máximo de 02)	40
Cursos (idiomas, informática, cursos a distância, entre outros relacionados com os objetivos do curso)	Por módulo (máximo de 02)	Número de horas do curso (máximo: 20h)
Visita técnica extracurricular	Por visita	Horas totais da visita (máximo 04)

Presença em palestra técnico-científica relacionada com os objetivos do curso	Por palestra	02
Presença em palestra de formação humanística	Por palestra	02
Disciplinas optativas	Por disciplina	Número de horas da disciplina

II - Pesquisa

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário	Por semestre	40
Grupo de estudos científicos (registrado na coordenação de pesquisa)	Por pesquisa	30
Monografias não curriculares	Por monografia	30
Premiação científica, técnica e artística ou outra condecoração por relevantes serviços prestados	Por premiação	20
Publicação de artigo completo em anais de simpósios ou encontros	Por publicação	04
Comunicações de trabalho em congressos.	Por apresentação	10
Apresentação de trabalhos em eventos científicos ou similares	Por apresentação	05
Publicação de artigo completo em revista indexada em áreas afins	Por publicação	25
Participação em congresso, simpósio, mostra de iniciação científica ou encontro técnico-científico	Por participação	04

Descrição da Atividade em áreas afins	Período	Nº de horas

III – Extensão

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
Participação em evento cultural, simpósio ou evento de caráter cultural (como assistente)	Por evento	04
Congressos, seminários, simpósios, mesas-redondas, oficinas, palestras e similares (participação, como expositor ou debatedor)	Por participação	04
Participação em comissão organizadora de evento como exposição, semana acadêmica, mostra de trabalhos	Por dia de evento	05
Ministrante de palestra relacionada com os objetivos do curso	Por palestra	10
Participação em projetos institucionais de extensão comunitária	Por projeto	13
Participação em projetos sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sociopolíticos (ONGS, OSIPES, projetos comunitários, creches, asilos etc)	Por participação (Máximo 30)	02
Comissão organizadora de campanhas de solidariedade e cidadania	Por participação (máximo 04)	04
Instrutor de cursos abertos à comunidade	Por curso	Número de horas do curso
Curso de extensão universitária	Por curso	Número de horas do curso

IV – Atividades Socioculturais, artísticas e esportivas

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
Representação estudantil no Conselho Diretor, Colegiado de Curso, Comissão de Trabalho Institucional etc.	Por semestre	10
Participação em atividades socioculturais, artísticas e esportivas, como: coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos, saraus etc. (não curriculares)	Por apresentação	05
	Por produção	10
	Por participação	02
Participação em associações estudantis, culturais e esportivas (Associação Atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico)	Por participação	10

Art. 9º Para efeito de integralização do total de horas previstas nos artigos 6º e 8º deste Regulamento, o estudante deverá entregar, a critério a ser definido pela Coordenação de AACC de Licenciatura em Geografia, os seguintes documentos, nos casos em que se aplicar:

- I - Relatório individual de AACC;
- II - Solicitação de horas de AACC;
- III - Declaração de vivência profissional ou trabalho voluntário.

Parágrafo único. O estudante deverá entregar os formulários previstos no caput deste artigo preenchidos e acompanhados de documentos (fotocópias) que comprovem a realização de cada atividade.

Art. 10 Os seguintes elementos devem constar, obrigatoriamente, nos certificados, declarações ou relatórios anexados aos documentos previstos no artigo 8º:

- a) A natureza da atividade realizada (curso, palestra, estágio curricular não obrigatório, disciplina, monitoria, outros);
- b) Indicação da carga horária cumprida em cada atividade;
- c) Entidade promotora e local da realização da atividade;
- d) Indicação do período e forma de realização da atividade;

e) Assinatura do responsável.

Art. 11 O parecer de avaliação é expresso em horas, equivalente à carga horária de AACC reconhecidas.

Art. 12 O reconhecimento das horas é divulgado aos alunos pela Coordenação de Curso, até a data prevista no calendário escolar.

Art. 13 O reconhecimento das AACC é cumulativo, devendo o aluno atingir, no mínimo, a carga horária prevista no artigo 6º deste Regulamento.

Art. 14 É considerado apto a requerer a Colação de Grau o estudante que tenha atingido a carga horária mínima de AACC prevista, nos termos deste Regulamento, devendo ter cumprido, ainda, as demais exigências curriculares e regimentais.

Art 15 O licenciando terá cumprido o requisito curricular denominado de AACC quando tiver validado sua participação nos grupos de atividades, conforme quadro constante no artigo 8º, respeitando o artigo 6º.

Art. 16 Dos resultados da avaliação, por aluno, cabe pedido de reconsideração ao Colegiado do Curso, no prazo de 2 (dois) dias, contados da divulgação dos resultados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18 A administração e a supervisão global das AACC são exercidas por comissão designada pelo Coordenador do Curso.

Art. 19 Compete ao responsável pela administração e supervisão das AACC:

- a) Apresentar este Regulamento aos alunos e orientá-los sobre a forma de integralização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC);
- b) Avaliar os documentos constantes no artigo 8º deste Regulamento, emitindo parecer de reconhecimento, com a totalização da carga horária;
- c) Manter o registro da carga horária de AACC computada aos estudantes;
- d) Encaminhar à Coordenadoria de Registro Escolar o resultado semestral do reconhecimento de cargas horárias de AACC.

Art. 20 Compete ao aluno:

- a) Participar de AACC, requerendo e comprovando o cumprimento das mesmas;
- b) Encaminhar os documentos constantes no art. 9º, com os respectivos comprovantes, à Coordenação do Curso, observadas as disposições dos artigos 9º e 10º deste Regulamento;
- c) Buscar orientação prévia, com o responsável pela administração e supervisão de AACC, sobre as atividades a serem realizadas;
- d) Inscrever-se, antecipadamente, nas atividades oferecidas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 Compete ao Colegiado de Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas e expedir os atos complementares que se fizerem necessários.

Nova Venécia-ES, Julho de 2019.